



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E DINÂMICA
DO ESPAÇO - PPGeo

JUCELIA MARIA ROCHA OLIVEIRA

**VELHAS E NOVAS TERRITORIALIDADES CAMPONESAS NO CERRADO
PIAUIENSE: Os desafios dos assentados do Projeto de Assentamento Fazenda
Flores-PI pela permanência na terra**

São Luís
2019

JUCELIA MARIA ROCHA OLIVEIRA

**VELHAS E NOVAS TERRITORIALIDADES CAMPONESAS NO CERRADO
PIAUIENSE: Os desafios dos assentados do Projeto de Assentamento Fazenda
Flores-PI pela permanência na terra**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Júnior

São Luís

2019

Oliveira, Jucélia Maria Rocha.

Velhas e novas territorialidades camponesas no cerrado piauiense: os desafios dos assentados do Projeto de Assentamento Fazenda Flores – PI pela permanência na terra / Jucélia Maria Rocha Oliveira. – São Luís, 2019.

111 f

Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador: Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Júnior.

1.Cerrado piauiense. 2.Fronteira agrícola. 3.Assentamentos rurais.
I.Título

CDU: 911.373(812.2)

JUCELIA MARIA ROCHA OLIVEIRA

VELHAS E NOVAS TERRITORIALIDADES CAMPONESAS NO CERRADO

PIAUIENSE: Os desafios dos assentados do Projeto de Assentamento Fazenda

Flores-PI pela permanência na terra

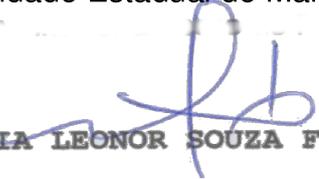
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Aprovada em: 29/08/2019

BANCA EXAMINADORA


JOSÉ SAMPAIO DE MATTOS JÚNIOR (Orientador)

Universidade Estadual do Maranhão


MARIVÂNIA LEONOR SOUZA FURTADO

Universidade Estadual do Maranhão


ITAAN DE JESUS PASTOR SANTOS

Universidade Estadual do Maranhão

Dedico a minha mãe, Odete,
meu lindo e grande exemplo.

AGRADECIMENTOS

O sentimento de gratidão ao longo desses dois anos cabe primeiramente a Deus, pois é dele que vem a minha força e coragem para ir em busca dos sonhos e objetivos e não desistir diante das dificuldades e dos dias cinzas.

Aos meus pais, em especial a minha mãe, pelo amor, cuidado, apoio e incentivo. Obrigada por ter acreditado no meu objetivo e por ter me dado o suporte para que eu chegasse até aqui.

Tenho orgulho dos irmãos/amigos que vocês são, Kátia e Junior, obrigada por me apoiarem. Sempre caminharei com a certeza de que posso contar com vocês, da mesma forma com que vocês sempre poderão contar comigo.

À minha sobrinha Fernanda que veio ao mundo trazendo alegria e doçura nessa reta final.

De modo especial, agradeço a Tia Ceíça, por sempre me receber de braços abertos em sua casa nesses dois anos de idas e vindas de São Luís para Teresina.

À Kelly Mello, amiga/irmã que Deus colocou em meu caminho por meio de um mestrado. Agradeço a carona de Caxias para Teresina no dia da prova de seleção, ao apoio e carinho nesses dois anos em que compartilhamos risos e lágrimas, erros e aprendizados. Somos as “gêmeas” unidas por um mesmo objetivo, o mestrado em Geografia.

Agradeço ao meu orientador, Professor Dr. José Sampaio, pela confiança, orientação e contribuições valiosas que serviram para enriquecer o trabalho.

À Jackeline por ter me recebido em sua casa que também se tornou o meu lar em São Luís.

A todos os colegas do mestrado deixo, o meu obrigada. Aqueles de quem estive mais próxima durante o curso, Alex, Gi e Deuza agradeço a amizade, o carinho, as conversas e a companhia.

À coordenação do PPGEU-UEMA, pela acolhida e dedicação. Aos professores do Programa de mestrado pelas contribuições valiosas. Agradeço à Nana, pela preocupação e por sempre se disponibilizar a ajudar.

Aos membros da banca do exame de qualificação professor Dr. Itaan de Jesus Pastor e professora Dra. Marivania Leonor Sousa pelas contribuições valiosas.

Aos colegas do GEDITE, em especial Igor e Gabriel, agradeço pela elaboração dos mapas.

A pesquisa, além do conhecimento científico, possibilita experiências enriquecedoras, conhecer pessoas, modos de vida, nos leva a refletir sobre determinada realidade e todas as questões que a abrange. Assim sendo, externo o meu obrigado a todos do Projeto de Assentamento Fazenda Flores, campo empírico da pesquisa. Agradeço a acolhida e a confiança depositada por aqueles que se disponibilizaram a compartilhar suas histórias e a realidade do assentamento. De forma especial, agradeço a Cláudia Regina, assentada que me recebeu em sua casa e me acompanhou durante os trabalhos de campo. À dona Marinete e ao Sr. Alcindo, agradeço as conversas e o cafezinho da tarde.

Agradeço ainda às informações concedidas pela Comissão Pastoral da Terra e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Agradeço à Fapema pelo apoio e suporte financeiro que contribuiu para o desenvolvimento do trabalho.

Por fim, agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram durante essa trajetória.

RESUMO

O cerrado da mesorregião sudoeste piauiense vem sendo palco de transformações nas últimas décadas com o processo de expansão da fronteira agrícola. Tal processo foi impulsionado por uma série de investimentos e incentivos fiscais estatais voltados à modernização da agricultura que contribuíram de forma significativa para a apropriação do cerrado piauiense pela dinâmica do agronegócio. Os impactos dessa nova estrutura são sentidos principalmente no campo, pois tratou de agravar ainda mais a estrutura fundiária tendo em vista que a terra na área do cerrado torna-se cada vez mais valorizada, intensificando a concentração fundiária e consequentemente a grilagem de terras. O Projeto de Assentamento Fazenda Flores, de onde partimos para entender as novas dinâmicas que se processam com o avanço da fronteira agrícola no Piauí, encontra-se localizado entre os municípios de Currais e Bom Jesus que se destacam entre os principais produtores de soja no estado. Nesse viés, analisa-se os desafios encontrados pelos assentados para a conquista e permanência no Assentamento Fazenda Flores. Para o alcance de tal objetivo foi realizado o seguinte processo investigativo: a) pesquisa teórica e metodológica sobre fronteira, assentamentos rurais; b) pesquisa de documentos oficiais, em órgãos como o INCRA, que revelou o processo de constituição do Assentamento Fazenda Flores; c) Levantamento de dados em sites oficiais do IBGE e do INCRA; d) trabalho de campo com aplicação de entrevistas semiestruturadas com os assentados, permitindo conhecer o processo histórico de criação do assentamento, o modo de vida e a leitura que os lavradores fazem dos desafios presentes para permanecer no território, bem como entrevista com representante do INCRA e da Comissão Pastoral da Terra que contribuíram para o entendimento da reforma agrária e da luta pela terra no Piauí frente ao avanço da fronteira agrícola. Com este processo investigativo foi possível compreender que os lavradores do referido assentamento enfrentam dificuldades desde a conquista da terra e após a consolidação do PA estão diante dos desafios pela permanência no território, pois enquanto incentivos são direcionados para impulsionar o agronegócio, os assentados resistem na terra sem assistência, sem políticas públicas e diante dos casos de grilagem que deixa-os inseguros com relação ao futuro do assentamento.

Palavras-chave: Cerrado piauiense. Fronteira agrícola. Assentamentos rurais.

ABSTRACT

The cerrado of the southwestern Piauí mesoregion has been the scene of changes in recent decades with the expansion of the agricultural frontier. This process was driven by a series of investments and state tax incentives aimed at the modernization of agriculture that significantly contributed to the appropriation of Piauí's native cerrado by the dynamics of agribusiness. The impacts of this new structure are felt mainly in the countryside, as it managed to further aggravate the land distribution structure as the land in the cerrado area becomes more and more valued, intensifying land concentration and consequently land grabbing. The Fazenda Flores Settlement Project, from where we started to understand the new dynamics that are taking place with the advance of the agricultural frontier in Piauí, is located between the municipalities of Currais and Bom Jesus, which stand out among the main soy producers in the state. From this perspective, we analyze the challenges found by the settlers for the conquest and permanence in the Fazenda Flores Settlement. To achieve this objective, the following investigative process was carried out: a) theoretical and methodological research on frontier, rural settlements; b) search of official documents, in organs such as INCRA, which revealed the process of constitution of the Fazenda Flores Settlement; c) Data collection on official IBGE and INCRA websites; d) fieldwork with the application of semi-structured interviews with the settlers, allowing to know the historical process of creation of the settlement, the way of life and the farmers' vision about the challenges to stay in the territory, as well as interview with an INCRA and the Pastoral Land Commission representative that contributed to the understanding of land reform and the struggle for land in Piauí in the face of the advance of the agricultural frontier. With this investigative process it was possible to understand that the farmers of this settlement face difficulties since the conquest of the land and after the consolidation of the settlement project they face the challenges of staying in the territory, because while incentives are directed to boost agribusiness, the settlers resist on land without assistance, without public policies and in the face of cases of land grabbing that make them unsure about the future of the settlement.

Keywords: Piauí's cerrado. Agricultural Border. Rural settlements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Fases da expansão da fronteira agrícola no Cerrado piauiense.....	35
Figura 2	Mapa com Recorte dos estados do MATOPIBA.....	39
Figura 3	Mapa dos Municípios do Piauí pertencentes a fronteira agrícola	40
Figura 4	Mapas dos conflitos por terra no Piauí de 2007-2017	43
Figura 5	Mapas dos conflitos por terra no Piauí de 2007-2017	44
Figura 6	Mapas dos conflitos por terra no Piauí de 2007-2017	45
Figura 7	Mapa do Número de assentamentos criados no Piauí (1987-2017).	74
Figura 8	Mapa do Número de Famílias Assentadas no Piauí (1987-2017)	75
Figura 9	Mapa de Localização do Projeto de Assentamento Fazenda Flores-PI	78
Figura 10	Estrutura física da associação do assentamento.....	82
Figura 11	Plantio de feijão e de mandioca no PA Fazenda Flores	84
Figura 12	Motor bomba instalado no rio Gurguéia.....	84
Figura 13	Plantio de mandioca na sede do assentamento	85
Figura 14	Criação de suínos e bovinos no assentamento	86
Figura 15	Sede do Assentamento Fazenda Flores-PI	87
Figura 16	Moradia no Assentamento Fazenda Flores-PI.....	88
Figura 17	Ações desenvolvidas no assentamento no período de consolidação.....	89

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Área plantada de soja, feijão, milho e mandioca no cerrado piauiense de 1990 -2015	51
Gráfico 2	Quantidade produzida de soja, feijão, mandioca e milho no cerrado piauiense de 1990-2015	52
Gráfico 3	Políticas de Obtenção de Terras no Piauí (1987-2017)	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Principais municípios piauienses produtores de soja no MATOPIBA em 2017	41
Quadro 2	Número de Assentamentos criados e Famílias assentadas no Piauí (1987-2002)	68
Quadro 3	Número de Assentamentos criados e Famílias assentadas no Piauí no período (2003-2017)	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNB	– Banco do Nordeste do Brasil
COMDEPI	– Companhia de Desenvolvimento do Piauí
CONTAG	– Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPAMN	– Centro de Pesquisa Agropecuário do Meio Norte
CPT	– Comissão Pastoral da Terra
CUT	– Central Única dos Trabalhadores
EMBRAPA	– Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETAG	– Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Piauí
FHC	– Fernando Henrique Cardoso
FINOR	– Fundo de Investimentos do Nordeste
FISET	– Fundo de Investimento Setorial
FNE	– Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
GEDITE	– Grupo de Estudos em Dinâmicas Territoriais
GITE	– Grupo de Inteligência Territorial Estratégica
IBDF	– Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERPI	– Instituto de Terras do Piauí
MATOPIBA	– Maranhão; Tocantins; Piauí; Bahia
MST	– Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA	– Projeto de Assentamento Federal
PCNE	– Programa Corredor de Exportação Norte
PDA	– Plano de Desenvolvimento Agrícola
PDS	– Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PE	– Projeto de Assentamento Estadual
PI	– Piauí
PNRA	– Plano Nacional de Reforma Agrária
POLONORDESTE	– Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas no Nordeste

PPGEO	– Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço
PRODECER	– Programa de Desenvolvimento do Cerrado
PT	– Partido dos Trabalhadores
RAM	– Reforma Agrária de Mercado
RB	– Relação de Beneficiários
RESEX	– Reserva Extrativista
SIPRA	– Sistema de Informação dos Projetos de Reforma Agrária
STRS	– Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	– Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
TIAA	– Teachers Insurance and Annuity Association
UDR	– União Democrática Ruralista
UEMA	– Universidade Estadual do Maranhão
UESPI	– Universidade Estadual do Piauí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUDOESTE PIAUIENSE E OS REFLEXOS DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA	20
1.1 A formação territorial do Sudoeste do Piauí	21
1.2 Considerações teóricas e conceituais sobre fronteira	26
1.3 O Sudoeste piauiense na fronteira agrícola	32
1.4 Expansão do agronegócio da soja e a apropriação do cerrado piauiense.....	48
CAPÍTULO 2 - ENTRAVES PARA A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS FRENTE A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO	57
2.1 Os assentamentos rurais enquanto territórios no campo.....	58
2.2 A territorialização dos assentamentos rurais no Piauí no contexto de expansão da fronteira agrícola	62
CAPÍTULO 3 - A TRAJETÓRIA DO ASSENTAMENTO FAZENDA FLORES E OS DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA DOS CAMPONESES FRENTE AO AVANÇO DO MATOPIBA	77
3.1 O processo histórico de constituição do Assentamento Fazenda Flores	78
3.2 As fragilidades das políticas públicas para a consolidação do Assentamento	86
3.3 Implicações internas e externas para a permanência dos camponeses no Assentamento Fazenda Flores	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICES	108

INTRODUÇÃO

A mesorregião sudoeste piauiense teve sua formação territorial influenciada pelo desenvolvimento da pecuária que por muito tempo foi considerada atividade primordial a ser desenvolvida no estado do Piauí. No período da ocupação e povoamento as atividades agrícolas eram inexpressivas, enquanto a pecuária extensiva se firmara como dominante.

O quadro agrícola da mesorregião sudoeste permanece sem alterações até a década de 1970, quando investimentos são direcionados para a modernização da agricultura e uma nova configuração passa a ganhar visibilidade. Os investimentos e incentivos fiscais, assim como as condições naturais, contribuíram atraindo novos atores sociais vinculados ao agronegócio para essa região. Nesse sentido, mais precisamente na década de 1990 o cerrado do sudoeste do Piauí passa a se destacar por meio da dinâmica da agricultura moderna com base no agronegócio.

Esse processo deu bases para a inserção do sudoeste à fronteira agrícola brasileira, integrando no ano de 2015 a política territorial denominada de MATOPIBA, que engloba os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

É importante destacar que as novas dinâmicas impostas com o processo de expansão da fronteira agrícola no cerrado piauiense, apresentam-se de modo contraditório. O discurso de modernização e desenvolvimento da região propagado, na verdade oculta sua verdadeira face marcada pela desigualdade e exclusão social. A expansão da fronteira agrícola no Piauí tem tratado de intensificar a questão fundiária e conseqüentemente os conflitos agrários, conforme iremos verificar no capítulo 1.

O cerrado piauiense atualmente encontra-se apropriado pela dinâmica do agronegócio da soja, que passou a evoluir em termos produtivos a partir do ano de 2000, apresentando salto expressivo de 2005 a 2015, enquanto a agricultura camponesa apresenta uma produção bem inferior, conforme será evidenciado no item 1.4.

As conseqüências desse processo recai exatamente sobre os camponeses que vêem os seus territórios tornarem-se territórios do capital. Além de trazer como conseqüências a redução dos territórios camponeses, essa dinâmica

dificulta também a apropriação da terra no cerrado piauiense por parte destes sujeitos.

É válido enfatizar que o processo de expansão do agronegócio no cerrado piauiense vem abrindo caminho para a ascensão de um mercado de terras, transformando a terra em um negócio lucrativo, sendo alvo de investimentos financeiros internacionais.

Essas questões acrescentam novas feições a questão agrária piauiense e geram entraves para a realização de uma reforma agrária a medida que acentua a concentração fundiária e intensifica a grilagem de terras.

A política de assentamentos rurais que se configura como principal meio de acesso terra, permitindo aos camponeses a consolidação de seus territórios, encontra-se fragilizada diante do território do agronegócio. O Estado não intensifica essa política nas áreas onde o agronegócio é dominante.

No Piauí até a década de 1980 a reforma agrária permaneceu sem grandes avanços e por essa razão a questão agrária no referido estado tornava-se uma problemática ainda mais evidente. Somente a partir desse período quando os movimentos camponeses passam a ganhar visibilidade, com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹ e a criação do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), a criação dos assentamentos de reforma agrária passa a avançar.

A pressão dos movimentos camponeses contribuíram por pressionar o Estado a realizar a reforma agrária o que culminou na criação dos primeiros assentamentos rurais no Piauí de grande importância por se constituírem como principal meio de acesso à terra. Os assentamentos rurais têm grande representatividade tanto por possibilitar o acesso a terra, como também às condições para que os camponeses possam se reproduzir economicamente e socialmente.

Entretanto, apesar dos avanços no número de assentamentos criados e famílias assentadas no Piauí até os dias atuais, os camponeses continuam diante de uma estrutura fundiária concentrada. Além disso, as novas relações impostas com a

¹ “Os primeiros passos para a formação do MST no Piauí foram dados durante a XI Assembleia Estadual da Comissão Pastoral da Terra (CPT), realizada em 04 de novembro de 1985” (SILVA, 2012, p. 49).

expansão da fronteira agrícola no cerrado da mesorregião sudoeste piauiense dificultam a territorialização dos assentamentos nessa região.

A mesorregião sudoeste do Piauí ao contrário do Norte e Centro-Norte do estado que concentram um número maior de assentamentos e famílias assentadas, aparece com um “vazio” em relação as políticas de assentamentos rurais, o que evidencia que a política de assentamentos rurais não vem sendo intensificada nas áreas de fronteira agrícola.

Observa-se que no Piauí especificamente na mesorregião sudoeste do estado exatamente a área que integra o MATOPIBA, os camponeses além dos desafios para acessar à terra, enfrentam ainda os desafios para permanecer na terra conquistada, pois estão diante de um contexto em que as políticas públicas voltam-se principalmente ao desenvolvimento do agronegócio o que coloca os camponeses em posição de vulnerabilidade frente ao avanço desse processo. É exatamente essa dinâmica que marca a realidade dos camponeses no Projeto de Assentamento Fazenda Flores² campo empírico desta pesquisa.

A escolha do PA Fazenda Flores para desenvolver o presente estudo se justifica pelo fato deste assentamento está localizado na mesorregião sudoeste do Piauí que integra a região do MATOPIBA. A área do assentamento situa-se precisamente entre os municípios de Currais e Bom Jesus que se destacam entre os principais produtores de soja.

Destaco que o primeiro contato com o assentamento ocorreu no ano de 2015 durante aula de campo realizada na disciplina de Organização Espacial do Brasil ministrada no curso de Geografia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) que possibilitou conhecer um pouco sobre a história do assentamento, assim como as dinâmicas que movem a região sudoeste do Piauí com a expansão da fronteira agrícola.

Além disso, o desenvolvimento do trabalho de monografia de conclusão do curso de graduação com a temática “O impacto das Políticas Públicas no Assentamento Baixão do Arvoredo” possibilitou a obtenção de informações sobre a questão agrária no Piauí, assim como dados a respeito da reforma agrária no estado.

² O assentamento é mais conhecido como assentamento Tabocas, pois, essa era a denominação da comunidade antes de passar a ser área de assentamento.

Esses fatores contribuíram por encaminhar as primeiras reflexões a respeito da realidade vivenciada pelos camponeses na região sudoeste piauiense tendo em vista a expansão da fronteira agrícola no Estado.

Com o desenvolvimento da pesquisa no Projeto de Assentamento Fazenda Flores, acreditamos na possibilidade de um embasamento para compreendermos a realidade vivenciada pelos camponeses nas regiões de fronteira agrícola, bem como conhecermos a realidade dos assentamentos de reforma agrária nessas áreas, especificamente no tocante ao estado do Piauí.

Diante disso, no intuito de compreender os desafios enfrentados pelos camponeses para a conquista e permanência na terra na região do MATOPIBA, especificamente a realidade vivenciada pelos camponeses no estado do Piauí, levanta-se como problema de pesquisa: Quais os desafios encontrados pelos assentados para a conquista e permanência no Assentamento Fazenda Flores?

Buscando responder a tal questionamento, a pesquisa foi desenvolvida tendo como objetivo geral analisar os desafios encontrados pelos assentados para a conquista e permanência no Assentamento Fazenda Flores. Para isso, foram determinados como objetivos específicos analisar a formação territorial do sudoeste piauiense e as transformações recentes decorrentes do processo de expansão da fronteira agrícola; compreender os desafios para a territorialização dos assentamentos de reforma agrária no Piauí frente ao avanço da fronteira agrícola; e conhecer os desafios dos camponeses para a conquista e permanência no Projeto de Assentamento Fazenda Flores.

Para se desenvolver uma metodologia que nos orientasse na construção da pesquisa o método torna-se imprescindível por viabilizar a compreensão e a interpretação da realidade dentro das pesquisas geográficas. O método antes de mais nada serve como uma orientação, permitindo ao pesquisador estabelecer relações entre os fatos evidenciados na investigação.

A respeito disso, Spósito (2004) elucida que o tratamento do método deve considera-lo como um instrumento intelectual e racional que permita ao investigador apreender a realidade, quando o mesmo almeja fazer uma leitura da realidade e interpretá-la cientificamente.

Nesse sentido, considerando a importância do método, a presente pesquisa toma por base o método materialismo histórico dialético por este permitir a compreensão a respeito dos desafios dos camponeses do projeto de assentamento

Fazenda Flores para permanecer na terra no contexto de expansão da fronteira agrícola capitalista no estado do Piauí.

[...] o pensamento dialético distingue entre representação e conceito da coisa, com isso não pretendendo apenas distinguir duas formas e dois graus de *conhecimento* da realidade, mas especialmente e sobretudo duas qualidades da *praxis* humana. A atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais (KOSÍK, 1976, p. 9-10, grifo do autor).

O método dialético é visto como aquele que analisa o problema em sua essência, partindo do singular ao geral, confrontando ideias e pensamentos. Dessa forma, “o pensamento que é elaborado, uma vez estabelecido, vai ser confrontado com um novo pensamento, criando assim uma tensão entre dois modos de pensamento [...]” (SPÓSITO, 2004, p. 42).

Com o método definido faz-se necessário destacarmos os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa e contribuíram para alcançar os objetivos propostos.

Sendo assim, dentre os procedimentos utilizados destacam-se pesquisa teórica e metodológica que nos possibilitou um embasamento teórico para a compreensão dos conceitos chaves da pesquisa como assentamentos Rurais, conforme Bergamasco e Norber (1996), Leite e Ávila (2007), as discussões a respeito de Fronteira Agrícola se sustentam em Becker e Egler (1998), Martins (2009) e Silva (2007), e território com base em Haesbaert (2007), Saquet (2006).

No intuito de reunir fontes que nos aproximasse do objeto em estudo, realizamos pesquisa documental junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que nos forneceu dados acerca do processo de desapropriação, criação, número de famílias beneficiadas e área desapropriada do projeto de assentamento Fazenda Flores.

Realizamos ainda levantamento de dados a respeito da reforma agrária no Piauí no banco de dados do INCRA que nos permitiu a elaboração de mapas, tabelas e gráficos. Além disso, coletamos dados sobre a produção de soja nos cerrados piauienses disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De suma importância nesse processo de construção da pesquisa foram os trabalhos de campo realizados de Janeiro a Setembro de 2018 no assentamento Fazenda Flores que nos possibilitou uma aproximação com os sujeitos pesquisados facilitando assim o diálogo entre pesquisadora e pesquisado. Na ocasião foram aplicadas entrevistas com roteiros semi-estruturados com dez assentados incluindo os dois primeiros presidentes e a atual presidente da associação do assentamento.

Além disso, foi aplicada entrevista com o coordenador regional da Comissão Pastoral da Terra do Piauí, Altamiram Lopes Ribeiro que nos possibilitou um panorama acerca da luta pela terra na região sudoeste do Piauí e ainda com o técnico agrícola do INCRA Antonio Neto Alves Leda que nos viabilizou informações sobre a reforma agrária no Piauí frente a expansão da fronteira agrícola.

Após a realização das entrevistas as mesmas foram transcritas e analisadas, contribuindo assim na composição da redação do trabalho.

A pesquisa realizada encontra-se estruturada em três capítulos. No primeiro “A formação territorial do sudoeste piauiense e os reflexos da expansão da fronteira agrícola” apresenta-se a formação territorial do sudoeste do Piauí destacando o conceito de fronteira, apontando sobre como se deu a inserção da mesorregião sudoeste na fronteira agrícola brasileira, bem como os impactos desse processo no campo que tem como base o agronegócio da soja que vem contribuindo para a territorialização do capital nos cerrados piauiense e dessa forma compreender a estrutura na qual o PA Fazenda Flores estar inserido.

No capítulo seguinte, “Entraves para a territorialização dos assentamentos rurais frente a expansão do agronegócio” destaca-se o conceito de território para entender os assentamentos, apresentando a questão da reforma agrária no Piauí e os desafios para a territorialização dos assentamentos no cerrado piauiense.

No último capítulo, intitulado “A trajetória do assentamento Fazenda Flores e os desafios para a permanência dos camponeses no cerrado piauiense”, apresenta-se o processo de constituição e consolidação do assentamento Fazenda Flores, ressaltando as políticas públicas que contribuíram para sua consolidação, assim como os desafios dos assentados pela permanência na terra.

CAPÍTULO 1

A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUDOESTE PIAUIENSE E OS REFLEXOS DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA

1 A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUDOESTE PIAUIENSE E OS REFLEXOS DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA

1.1 A formação territorial do Sudoeste do Piauí

A formação territorial do sudoeste piauiense está intimamente ligada ao processo de formação territorial do Piauí que teve suas bases no desenvolvimento da pecuária. Conforme Rufo e Araújo Sobrinho (2015) a atividade pecuarista começou a se destacar no território piauiense já no início de sua ocupação com a instalação das primeiras fazendas de gado no sudoeste e sul do estado, próximo a divisa com a Bahia. Sobre esse processo é importante destacar que a

Formação histórica do território piauiense inicia-se no final do século XVII quando pequenos agricultores vindos da Bahia, próximos ao Vale do rio São Francisco, chegam ao Estado e começam a fundar as primeiras fazendas de gado (RUFO; ARAÚJO SOBRINHO, 2015, p. 10).

A ocupação e o povoamento do território piauiense teve na pecuária um elemento fundamental, pois foi no período em que esta atividade encontrava-se em desenvolvimento que houve a necessidade de se buscar novas terras para a criação de gado e instalação de currais, dando bases para o surgimento das primeiras fazendas (MENDES, 1995). Pode se afirmar, portanto, que o desenvolvimento dessa atividade foi primordial para o processo de formação territorial do que viria a se tornar o atual estado do Piauí.

[...] Normalmente de outubro a março, o gado deslocava-se para os chamados Gerais, mais especificamente nos platôs piauienses ou chapadas da região. Nesse caso, os pequenos agricultores locais utilizavam os “Gerais” para a engorda dos seus rebanhos de gado no período chuvoso, em razão da grande disponibilidade de pastagens naturais (RUFO; ARAÚJO SOBRINHO, 2015, p. 12).

Diante disso, é importante enfatizar que essas áreas chamadas de Gerais ou chapadas³ situadas no sudoeste piauiense, utilizadas para a engorda do gado no período da colonização, atualmente ganham novos contornos com o processo de ocupação e apropriação pela agricultura moderna.

³ Na taxonomia local, “chapada” ou “serra” designa os terrenos altos e planos de longa extensão, com solos “de barro” (maior teor de argila) ou “de areia” (mais arenosos) e o “clima seco”, com árvores esparsas e de porte baixo (cerrado) (MORAES, 2009, p. 138).

Tendo em vista isso, os pequenos agricultores diante desse processo passam então a disputar espaço com os novos atores que chegam e se apropriam do território.

Atualmente a mesorregião sudoeste vem passando por transformações, mas não se pode negar o papel da pecuária na sua formação territorial, portanto pode se afirmar que

[...] A formação histórica e territorial de grande parte do Estado do Piauí, especialmente nas Mesorregiões Sudoeste e Sudeste Piauiense, está ligada a pecuária extensiva, que no momento histórico de ocupação do território piauiense poderia ser considerada como atividade complementar, portanto secundária, ligada à interiorização do Brasil (RUFO; ARAÚJO SOBRINHO, 2015, p. 12).

É válido destacar que um dos fatores que influenciaram a ocupação do território piauiense foram as condições naturais, onde os vaqueiros instalavam as fazendas próximas aos cursos d' água existentes, ou seja, a ocupação aconteceu próxima aos rios perenes e intermitentes da região (RUFO; ARAÚJO SOBRINHO, 2015).

Cabe mencionar que essa influência das condições naturais, principalmente próximos aos cursos d' água ou fundos de vale ainda é comum. No projeto de Assentamento Fazenda Flores campo empírico desta pesquisa localizado no sudoeste piauiense, durante trabalho de campo foi possível observar que os assentados desenvolvem a agricultura, assim como criam o gado nas proximidades do rio Gurguéia. Nessas áreas próximas ao rio Gurguéia as famílias desenvolvem atividades produtivas tradicionais voltadas principalmente para o provisionamento familiar.

Essas áreas diferentemente das chapadas são denominadas de “baixões” e segundo Moraes (2009) refere-se às terras baixas, cujo solo é mais úmido e rico que o da chapada, por serem áreas com presença de rios, riachos, lagoas e brejos.

Com relação ao processo de ocupação da mesorregião sudoeste atualmente pela dinâmica da agricultura moderna, pode se dizer que

[...] Esse contexto mostra claramente a grande diferença da atual ocupação das chamadas terras altas (Chapadas ou platôs), pois os grandes produtores e empresas hegemônicas ligadas à grande produção buscam justamente as terras planas localizadas nas serras piauienses e não se interessam pelas áreas próximas aos fundos de vales, a não ser para destinação de áreas de reservas obrigatórias [...] (RUFO; ARAÚJO SOBRINHO, 2015, p. 15).

Por muito tempo a pecuária foi a base econômica no Piauí e, portanto, o desenvolvimento desta atividade foi responsável não somente pela sua configuração territorial, mas também pela consolidação dos aspectos sociais, econômicos e culturais.

Diferentemente dos dias atuais, no período da ocupação e povoamento o desenvolvimento da agricultura era tímida, sendo a pecuária a atividade que se firmava como dominante.

[...] toda a organização sócio-espacial do Piauí, definia-se de acordo com a atividade criatória. Poucos eram aqueles que, no início do povoamento, praticavam a agricultura, atividade considerada secundária pelos piauienses e por muitos desprezada. Acrescenta-se a isso, o fato de que quase não havia terras destinadas ao cultivo, pois aquelas que apresentavam aptidão para tal eram ocupadas inteiramente para a pastagem do gado [...] (ALVES, 2003, p. 69).

É válido destacar também que a questão de uma agricultura sem grande visibilidade no Piauí e particularmente no sudoeste do estado nos primeiros anos de sua ocupação tem influência de um discurso, onde

[...] forja-se a imagem limitada de um Piauí agricultável, enquanto a ênfase no fado pecuarista se constrói apoiada na negação de quaisquer possibilidades de cultivo agrícola de escala no solo piauiense utilizando, como um dos argumentos, a aridez das terras do Estado, em particular as do sudoeste, constituídas em grande parte pelas chapadas das regiões dos cerrados (MORAES, 2006, p. 173-174).

O desenvolvimento da pecuária que teve sua fase expansionista por volta do século XVII se estende até o século XVIII quando entra em declínio abrindo espaço para novas atividades das quais se destacam a cultura algodoeira e o extrativismo vegetal. Conforme Peixinho e Scopel (2009) a produção agrícola só passa a ganhar importância a partir do século XIX, quando a cultura do algodão floresceu nas terras próximas ao rio Parnaíba. A produção agrícola,

[...] é remanescente da colonização e se constituía como atividade complementar à criação gado bovino. Com o crescimento demográfico, embora lento, fazia-se necessária a utilização de novos espaços (mesmo dentro dos latifúndios), agora não mais para a expansão de pastos para a pecuária bovina e, sim, para a produção de alimentos. Esta produção destinava-se ao abastecimento dos núcleos urbanos e também para as áreas de produção algodoeira e de extrativismo vegetal (SANTOS, 2007, p. 95).

Santos (2007) esclarece que a economia agrária piauiense se sustentou por meio de três importantes atividades, sendo elas: a pecuária extensiva, a lavoura

de algodão e o extrativismo vegetal, “com a relativa crise dessas atividades e, principalmente, do extrativismo, passa a se desenvolver a produção de subsistência” (SANTOS, 2007, p. 95).

Analisando a espacialização dessas atividades pelo território piauiense temos dois processos distintos, em que o extrativismo se consolida principalmente nas áreas territoriais sem grande expansão da pecuária, se esta se concentrava no Centro-sul e Extremo-sul do estado, o extrativismo tornara-se concentrado no Norte e Semi-árido (BANDEIRA, 1993). A agricultura, nesse caso, se desenvolvia em meio a essas atividades.

Diante disso, pode se compreender como se deu a formação territorial do Piauí. Tal processo foi importante não somente para a ocupação deste território, mas também para a configuração do espaço agrário piauiense.

Sem dúvida a pecuária foi a primeira e principal atividade a ser desenvolvida no Piauí, concentrando-se principalmente na região sudoeste e sul do estado sendo, portanto, responsável pelo seu processo de ocupação e povoamento o que também deu bases para o surgimento da questão agrária no estado, pois a implementação das fazendas levou a formação dos primeiros latifúndios no território piauiense. Portanto, pode se afirmar que

O latifúndio, neste caso, é uma consequência direta do modo extensivo de exploração da pecuária. A expansão da cultura do gado se deu sempre através da utilização extensiva do fator de produção terra, favorecendo a sua concentração e determinando uma dinâmica social pobre e um vazio demográfico recorrente (BONFIM; SANTOS JÚNIOR, 1995, p. 45).

Nessa mesma linha, Peixinho e Scopel (2009, p. 91) contribuem ao dizer que

A ocupação do espaço a partir do extrativismo e da pecuária extensiva engendrou um ordenamento espacial dominado pelo latifúndio e um contingente populacional excluído, que vivia da extração e coleta de produtos nativos. Conforme o ciclo extrativista, essa população se deslocava no território, porém, sempre sob o controle das oligarquias, as quais dificultavam a fixação desses grupos na terra. Essas práticas ainda hoje estão presentes em várias localidades como, por exemplo, no caso das catadeiras de coco, comunidades seculares, que têm as suas atividades dificultadas pelas restrições dos latifundiários.

No sudoeste piauiense a questão fundiária tem se agravado com o processo de ocupação pelos agentes da agricultura moderna, as áreas do cerrado antes de uso comum pelas comunidades tradicionais, passam por um processo de apropriação privada o que acaba desencadeando conflitos por terras nessa região.

Cabe mencionar que os primeiros conflitos fundiários no estado do Piauí surgiram em meio ao processo na qual se desenrolou a ocupação e povoamento que não se deu de forma pacífica.

Os conflitos agrários no Piauí, têm origem nas lutas travadas entre os povos indígenas e os primeiros sesmeiros, em uma primeira fase (no decorrer do século XVII), e entre posseiros e descendentes dos primeiros sesmeiros, em uma segunda (no decorrer dos séculos XVIII e XIX), em decorrência das disputas pela posse e uso das terras localizadas nos vales férteis dos rios formadores da bacia hidrográfica parnaibana e pelo uso das águas superficiais [...] (SOUSA; MUNIZ; FARIAS, 2011, p. 123).

É relevante enfatizarmos aqui também que esse quadro de conflitos no campo piauiense antecede à consolidação da estrutura fundiária no estado, que somente se consolida por volta do século XX (SOUSA; MUNIZ; FARIAS, 2011).

Não resta dúvida de que a consolidação de uma estrutura fundiária marcada pela concentração de terras é fruto das estruturas e processos desencadeados no processo de formação territorial do Piauí.

É importante ressaltarmos que mesmo diante do quadro marcado pela concentração fundiária a agricultura passou a ganhar espaço no Piauí. Santos (2007) afirma que os espaços destinados a pequena produção agrícola passam a aumentar a partir da segunda metade do século XX, diante do quadro marcado pelo aumento populacional e do processo de urbanização.

A respeito disso, Bandeira (1993) esclarece que grande parte dessa pequena produção era praticada por posseiros. Nesse sentido,

[...] passam a coexistir tanto as atividades tradicionais no espaço agrário piauiense (pecuária bovina e extrativismo vegetal), como o desenvolvimento da produção de subsistência em pequenas propriedades (embora ainda limitada por conta do domínio da grande propriedade) (SANTOS, 2007, p. 96).

A mesorregião sudoeste de acordo com Barbosa Júnior, Espíndola e Carneiro (2016) do ponto de vista histórico da ocupação do território piauiense, não era atrativa economicamente, sendo a pecuária extensiva, a atividade que firmara como dominante desde o período colonial.

É válido destacar que o quadro agrícola piauiense e particularmente do sudoeste do estado somente começa a dar os seus primeiros passos a partir da década de 1970, no entanto, os cerrados do sudoeste piauiense “[...] foram

considerados, até os anos 1980, como região estagnada, com dinâmica econômica não reelaborada [...]” (MORAES, 2006, p. 181).

Os anos 1970, ainda titubeante, os 1980, com mais vigor, e os 1990 rompiam, definitivamente, com o imperativo do destino pastoril e assumiam a idéia da vocação agrícola como mais uma feição da economia piauiense, mesmo sem alterações profundas na estrutura agrária e, principalmente, fundiária. Sem dúvida, isto se vincula ao processo de incorporação dos cerrados piauienses que, a partir do final dos anos 1980, ganharia visibilidade como uma nova frente de expansão do agronegócio do complexo carnes/grãos, mais tarde largamente tratada como uma nova fronteira agrícola [...] (MORAES, 2006, p. 174-175).

Esse contexto da década de 1970 aponta para mudanças no quadro agrícola piauiense e deu bases para uma nova configuração ao sudoeste do Piauí que de uma região onde a pecuária era atividade dominante destaca-se atualmente com uma produção agrícola em larga escala.

Foi a partir desse período e com uma série de investimentos e incentivos fiscais que consolida-se uma estrutura agrícola moderna no cerrado do sudoeste piauiense que tratou de inserir o território a última fronteira agrícola do Brasil.

1.2 Considerações teóricas e conceituais sobre fronteira

Para compreendermos como se deu a inserção do território do Piauí como área de fronteira agrícola, cabe aqui esboçarmos primeiramente o que entendemos por fronteira. A fronteira é entendida por Martins (2009, p. 9) sobretudo “[...] no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam ‘do lado de cá’ um cenário de intolerância, ambição e morte [...]”. Por outro lado, esta se configura também como

[...] lugar da elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada pelo milenarismo da espera no advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fatura. O tempo dos justos. Já no âmbito dos diversos grupos étnicos que estão “do outro lado”, e no âmbito das respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos [...] (MARTINS, 2009, p. 10).

A fronteira é entendida dessa maneira, como aquela das relações de poder de um grupo sobre outro, como o lugar do conflito, da disputa por territórios, das diferenças. Dessa forma, pode se dizer que é na fronteira onde se pode

observar como ocorre o processo de formação das sociedades, como elas se desorganizam ou se reproduzem (MARTINS, 2009).

Silva (2007) coloca que no senso comum, a fronteira é tida como aquela referente ao limite entre países, estados e municípios, sugerindo assim uma linha divisória concreta ou imaginária. No entanto, a fronteira que o autor busca definir em seu estudo “[...] é mais do que separação normalmente estática entre grupos sociais delimitados juridicamente. É limite e processo social, simultaneamente” (SILVA, 2007, p. 283).

Martins (2009) destaca que a fronteira não se trata apenas de fronteira geográfica. Esta passa a ser entendida por meio de uma multiplicidade, tornando-se assim

[...] fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano* [...] (MARTINS, 2009, p. 11, grifo do autor).

Nesse sentido, compreendemos que a fronteira é um ponto de encontro entre sociedades e grupos sociais em todas as suas diferenças, vai muito além dos aspectos físicos, materiais, ela conforma antes de tudo, as relações entre os grupos humanos que é marcada historicamente pela conflituosidade. Conforme afirma Martins (2009, p. 133) a fronteira

[...] À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história [...]

A fronteira dessa forma se revela de modo complexo, ao passo que é o lugar do encontro é também do desencontro, isto por que se está diante das particularidades existentes entre os grupos sociais, cada um com seu tempo, sua história, seu modo de vida. Sendo assim, entendemos que “[...] **a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade** [...]” (MARTINS, 2009, p. 133, grifo do autor).

A respeito da fronteira Becker e Egler (1998) contribuem ao dizer que esta não se resume a vasta extensão de terras livres, a ser explorada por homens livres e também não representa determinado tipo de periferia. Ela se configura em um emaranhado de fatores que irão lhes dá sentido, passando dessa forma a constituir um

[...] espaço econômico, social e político não plenamente estruturado e potencialmente gerador de realidades novas. A geopolítica do Estado brasileiro construiu, não apenas uma, mas muitas fronteiras, que deveriam oferecer perspectivas de crescimento econômico, de solução de tensões sociais e do pleno exercício do poder sobre o tempo e o espaço (BECKER; EGLER, 1998, p. 202).

No entanto, o que se percebe com relação a fronteira brasileira são espaços marcados pelo conflito, pela disputa por territórios e por recursos naturais. A medida que ela avança, as estruturas e dinâmicas ali existentes passam a ser transformadas para dar lugar a outras novas de acordo com as pretensões dos novos habitantes que nela se instalam. É exatamente essa dinâmica que configura a fronteira agrícola capitalista.

Diante disso, velhas e novas estruturas passam a se confrontar, mas não devemos esquecer que a fronteira também se caracteriza como espaço de resistência por aqueles que buscam a defesa de seus territórios, de sua cultura, de seu modo de vida. Dessa forma, compreendemos que “[...] a história contemporânea da fronteira, no Brasil, é a história das lutas étnicas e sociais [...]” (MARTINS, 2009, p. 132).

Nesse sentido, as palavras de Martins (2009) são claras quando dizem que a história recente de deslocamento da fronteira se caracteriza como uma história de destruição, mas na outra linha se revela como uma história de resistência, de revolta, de protesto, assim como de sonho e de esperança.

É importante ressaltarmos que o movimento de deslocamento da fronteira agrícola no Brasil ocorre sob forte influência do processo de modernização desencadeado no período da ditadura militar. Como bem afirma Martins (2009) nesse período foi colocado em prática um amplo programa de ocupação da Amazônia brasileira, em bases modernas, onde o discurso dos militares era de “ocupação dos espaços vazios”, embora a região já se encontrasse ocupada por diversos povos indígenas e também, ainda que de forma dispersa, por uma população camponesa.

O discurso de ocupação e avanço da fronteira agrícola sobre bases modernas é intrínseco ao processo de expansão geográfica do capital que está sempre em busca de novas áreas para se desenvolver e se reproduzir de forma ampliada. A modernização surge como um fator impulsionador e meio para justificar essa dinâmica de apropriação desses espaços ditos “vazios” pelo capital.

A fronteira é luta por recursos. A conquista de imensas parcelas do território brasileiro para abertura da fronteira agrícola se deu pela apropriação de imensas áreas de florestas habitadas por populações que são consideradas, de forma equivocada, atrasadas e primitivas (SILVA, 2007, p. 288).

A fronteira agrícola capitalista se caracteriza por meio de um processo de integração de um espaço geográfico não só a economia nacional, mas também a economia a nível global, através da expansão territorial da agricultura moderna (SILVA, 2007). É essa dinâmica, portanto, que caracteriza o território do Piauí atualmente. O autor explica ainda que

[...] a expansão da fronteira agrícola capitalista é parte do avanço da fronteira urbano-industrial, no seu movimento de inserção de lugares e regiões à órbita dos centros de gestão territorial do capitalismo nacional e planetário (SILVA, 2007, p. 291).

Importante no processo de consolidação da fronteira agrícola capitalista é a propriedade da terra, tornando-se um requisito e sua instituição política na fronteira e na sociedade capitalista de modo geral, vem reforçar a desigualdade social (SILVA, 2007). Nesse sentido, pode se dizer que nos espaços marcados pelo avanço da fronteira agrícola capitalista, a questão fundiária e conseqüentemente os conflitos agrários são reveladores dessa desigualdade.

A fronteira é resultado das contradições socioespaciais de reprodução da sociedade capitalista. A busca de novas áreas por produtores e empresas no interior do país reflete processos de exclusão social, reprodução ampliada do capital, inserção precária de grupos sociais e difusão de valores culturais e ideológicos [...] (SILVA, 2007, p. 285).

Segundo o autor, a fronteira capitalista é ainda aberta e fechada ao mesmo tempo como característica das contradições socioespaciais e transformadoras impostas pelo capitalismo sobre o campesinato, comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas etc. Diante disso, cabe destacarmos que a “[...] fronteira capitalista é um fenômeno não somente espacial e histórico, mas de

confrontação cultural e ideológica e de expansão econômica (SILVA, 2007, p. 285).
Do ponto de vista geográfico,

A fronteira expressa, em linhas gerais, expansão agrícola em área, concentração fundiária, transformação das relações de produção (êxodo rural e emergência de um exército de bóias-frias) e conflitos fundiários; modernização da base técnico-produtiva, implantação da rede de fixos (armazéns, indústrias, latifúndios, centros de pesquisa, bancos, cidades, empresas, distribuidoras, portos etc.) e de fluxos de informação, capitais, mercadorias e mão de obra, integração espacial em diversas escalas geográficas, extensão da fronteira urbano-industrial de um país, desterritorialização, territorialização e marginalização de grupos sociais e/ou lugares (SILVA, 2007, p. 292).

A fronteira sob o ponto de vista geográfico é a clara definição dos processos que marcam as áreas de fronteira agrícola, com transformações sociais, econômicas, técnicas e que se caracterizam como espaços desiguais.

Martins (2009) ao tratar de fronteira destaca-a por meio de duas perspectivas distintas, sendo uma designada de frente pioneira a outra de frente de expansão. Essas duas definições são nas palavras do autor modos de ver a fronteira. Sendo assim, tornam-se importantes no entendimento de como ocorre o processo de ocupação da fronteira, tanto sobre bases capitalistas como não capitalistas. Para entender a relação existente entre essas duas definições Martins (2009, p. 138) aponta uma datação histórica, onde destaca que:

[...] adiante da fronteira demográfica, da fronteira da “civilização”, estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora [...].

Silva (2007, p. 290) a respeito da frente de expansão e da frente pioneira, aponta que

[...] a frente de expansão é caracterizada por uma economia de excedentes, absorção de excedentes demográficos e ausência da propriedade jurídica da terra. Na situação de frente pioneira, as relações capitalistas de produção ampliam seus limites sobre a frente de expansão [...].

O que se pode compreender é que o movimento na frente de expansão se dá principalmente por meio das populações indígenas, pelos camponeses, cujas relações de produção encontram-se sobre bases tradicionais. Nesse sentido, é

válido ressaltar que “[...] tradicionalmente, a frente de expansão se movia, e excepcionalmente ainda se move, em raros lugares, em consequência de características próprias da agricultura de roça [...]” (MARTINS, 2009, p.149). A frente de expansão avança à medida em que há a necessidade da busca de novas áreas, da busca de melhores condições de vida e sobrevivência por essas populações.

Do outro lado, a frente pioneira se realiza através da presença dos ditos civilizados, dos empresários capitalistas, dos processos de modernização. Aqui as relações capitalistas se colocam como centrais e o movimento na fronteira ocorre influenciado pela busca de novas áreas principalmente para a expansão do capital.

Considerando esses dois modos de tratar a fronteira destacados por Martins, trazendo a discussão para a fronteira agrícola, compreende-se que esta se expressa por meio da frente pioneira onde as relações capitalistas se estabelecem e de modo contraditório avançam sobre a frente de expansão que se caracteriza por relações capitalistas. Nas palavras de Martins (2009, p. 156-157),

Se a frente pioneira se define essencialmente pela presença do capital na produção, o mesmo não ocorre, portanto, na frente de expansão, que não se constitui pela *precedência* do que *nós* definimos como econômico na constituição de seus modos de vida e da mentalidade de seus agentes. Embora sua dinâmica resulte da ação e dos interesses do capital, combinados com as concepções próprias do camponês e mesmo do índio integrado (grifo do autor).

É importante enfatizarmos que quando há o movimento de avanço da frente pioneira sobre a frente de expansão, as relações de conflito se intensificam. Pois é o momento de encontro entre agentes sociais com modos de vida e tempos históricos distintos e sendo assim, por consequência os interesses tendem a se chocar. Nesse sentido, pode se dizer que a “[...] fronteira é uma acumulação desigual de tempos sociais [...]” (SILVA, 2007, p. 291), assim como também de espaços sociais.

Nota-se que essas duas concepções se colocam como importantes, pois trata-se de uma forma de vermos e interpretarmos a fronteira, entendendo como os diferentes grupos sociais atuam acrescentando-lhe um sentido.

Como se pode ver, o movimento da fronteira agrícola é dinâmico e ocorre apoiado sobre grupos sociais distintos, com histórias e modos de vida que se contrapõem, onde as relações de poder se impõe, revelando portanto, o caráter conflitivo e contraditório da noção e objetivação de fronteira.

1.3 O Sudoeste piauiense na fronteira agrícola

O território do Piauí, cuja formação territorial se deu principalmente com base no desenvolvimento da pecuária, sem grande influência da produção agrícola, vem passando por uma série de transformações nas últimas décadas com o processo de ocupação dos cerrados na mesorregião sudoeste do estado com o desenvolvimento de atividades agrícolas modernas voltadas principalmente para a produção de grãos com destaque para a soja.

Pode se dizer que tal processo tratou de encaminhar e inserir o território piauiense atualmente a região que corresponde a última fronteira agrícola brasileira que tem como características principais a produção agrícola com base na agricultura moderna com elevado nível de tecnificação e aplicação de capitais.

Alves (2006b) explica que no Piauí, as transformações decorrentes da moderna agricultura verificadas particularmente na região sudoeste do estado, tem suas bases, sobretudo na década de 1970 quando uma série de investimentos foram destinados com o intuito de modernizar o setor agropecuário nas diferentes regiões do país. Nesse sentido, na região Nordeste

[...] a preocupação era a de proporcionar condições para que a economia de áreas do interior da região, tradicionalmente de baixo rendimento produtivo pudesse integrar-se ao mercado nacional, ou mesmo internacional, a partir das exportações de produtos primários: frutas, carne bovina etc. Foram criados, nesse sentido, dentre outros programas, o POLONORDESTE, o Projeto Sertanejo e o Programa de Irrigação do Nordeste. Além disso, foram disponibilizadas linhas de crédito da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e do Banco do Nordeste (BNB) para projetos de reflorestamento e melhoramento da pecuária (ALVES, 2009b, p. 76).

Tais investimentos levaram a ocupação com a dinâmica da moderna agricultura de áreas dos cerrados nordestinos e de outras áreas do país a exemplo do Tocantins que também se insere como área de fronteira agrícola. Sobre isso Alves (2009a) expõe que os cerrados nordestinos e também do Tocantins destacam-se atualmente como uma região de modernização agropecuária, com transformações socioespaciais expressivas.

Nesse viés, é importante enfatizar que de uma região com expressão econômica tímida com suas bases na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência, transforma-se, sobretudo, no final da década de 1970, em produtor de mercadorias agrícolas com destaque para a produção de grãos, processo que ganha

amplitude também para outras ramificações da cadeia produtiva do setor agroindustrial (ALVES, 2009a).

Diante disso, pode se compreender que foi em meio a dinâmica de incorporação através dos investimentos voltados a modernização da agropecuária nas diferentes regiões do país que os cerrados nordestinos e conseqüentemente do Piauí passaram a fazer parte de uma estrutura produtiva moderna, estando atualmente inserido na região que corresponde a última fronteira agrícola do país.

É válido destacar aqui alguns dos fatores que influenciaram fortemente o processo de ocupação dos cerrados piauienses e conseqüentemente sua inserção como fronteira agrícola. Dentre esses fatores pode se dizer que

[...] O papel da EMBRAPA, e de outros organismos do Governo Federal, acompanhado do Programa Corredor de Exportação Norte (PCNE), os incentivos fiscais oferecidos pelo estado do Piauí, além das condições apresentadas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e de instituições privadas vinculadas à agricultura moderna e ao agronegócio, com experiências acumuladas em outras áreas de cerrados, assim como na Bahia, é preponderante na aceleração da ocupação das áreas de cerrados do Piauí (SANTOS, 2015, p. 115).

O Programa Corredor de Exportação Norte atua como importante sistema para transportes que contribui significativamente para o escoamento da produção na região do MATOPIBA.

[...] a produção de soja do sul do Maranhão, do sul do Piauí e de parte do Tocantins já escoada pelo “Corredor Norte”, que integra rodovia e estrada de ferro (Norte-Sul e Carajás) até o porto de Ponta da Madeira, em São Luís, considerado o porto brasileiro mais próximo do mercado europeu [...] (HAESBAERT, 2008, p. 389).

Além do Programa Corredor de Exportação Norte, é pertinente destacar também, programas como Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e Fundo de Investimento Setorial (FISSET) de grande importância no processo de ocupação dos cerrados piauienses, cujos propósitos eram incentivar os projetos agropecuários objetivando transformar grandes extensões de terras improdutivas, em empresas rurais modernas (PEIXINHO; SCOPEL, 2009).

Sobre a atuação de programas como Finor e Fiset no Piauí, é importante destacar que este primeiro concentrou suas ações principalmente na região centro-sul, área do cerrado, onde fazendeiros locais, bem como de outros estados beneficiaram-se com financiamentos públicos facilitados por meio de linhas de

créditos de bancos oficiais (Banco do Brasil e do Nordeste) (ALVES, 2006a).
Juntamente a este programa

[...] foram disponibilizados também para a região dos cerrados piauienses recursos advindos do Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset) que, prioritariamente, destinavam-se a projetos de reflorestamento (principalmente de caju) mediante financiamento do Banco do Brasil, via Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) (ALVES, 2006a, p. 237).

De acordo com o autor, estes projetos não lograram êxito, sendo quase todos abandonados, restando apenas as áreas com resquícios de grandes plantações de cajueiros que hoje dão lugar as lavouras modernas. Sobre o processo inicial de expansão da fronteira agrícola para o cerrado piauiense, Santos (2015, p. 107-108) acrescenta que

A gênese do PRODECER, acompanhado do Programa Corredor de Exportação Norte (PCNE), as condições apresentadas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – em que os novos empresários que se deslocavam para os cerrados piauienses obtiveram recursos para investimento de médio e longo prazo, com taxas de juros facilitadas, não superiores a 8% ao ano – e, ainda, os Incentivos Fiscais oferecidos pelo estado do Piauí, foram os grandes responsáveis pelo surgimento dessa “nova aventura” que foi a ocupação de uma outra fronteira agrícola – a do Sul e Sudoeste do Piauí.

Segundo Monteiro e Aguiar (2006), apesar da modernização voltada para a ocupação dos cerrados piauienses ter-se iniciado na década de 1970, foi somente a partir da década de 1990, que esta se efetivou em termos produtivos, principalmente para a produção de grãos, com destaque para a soja. As autoras ratificam, que

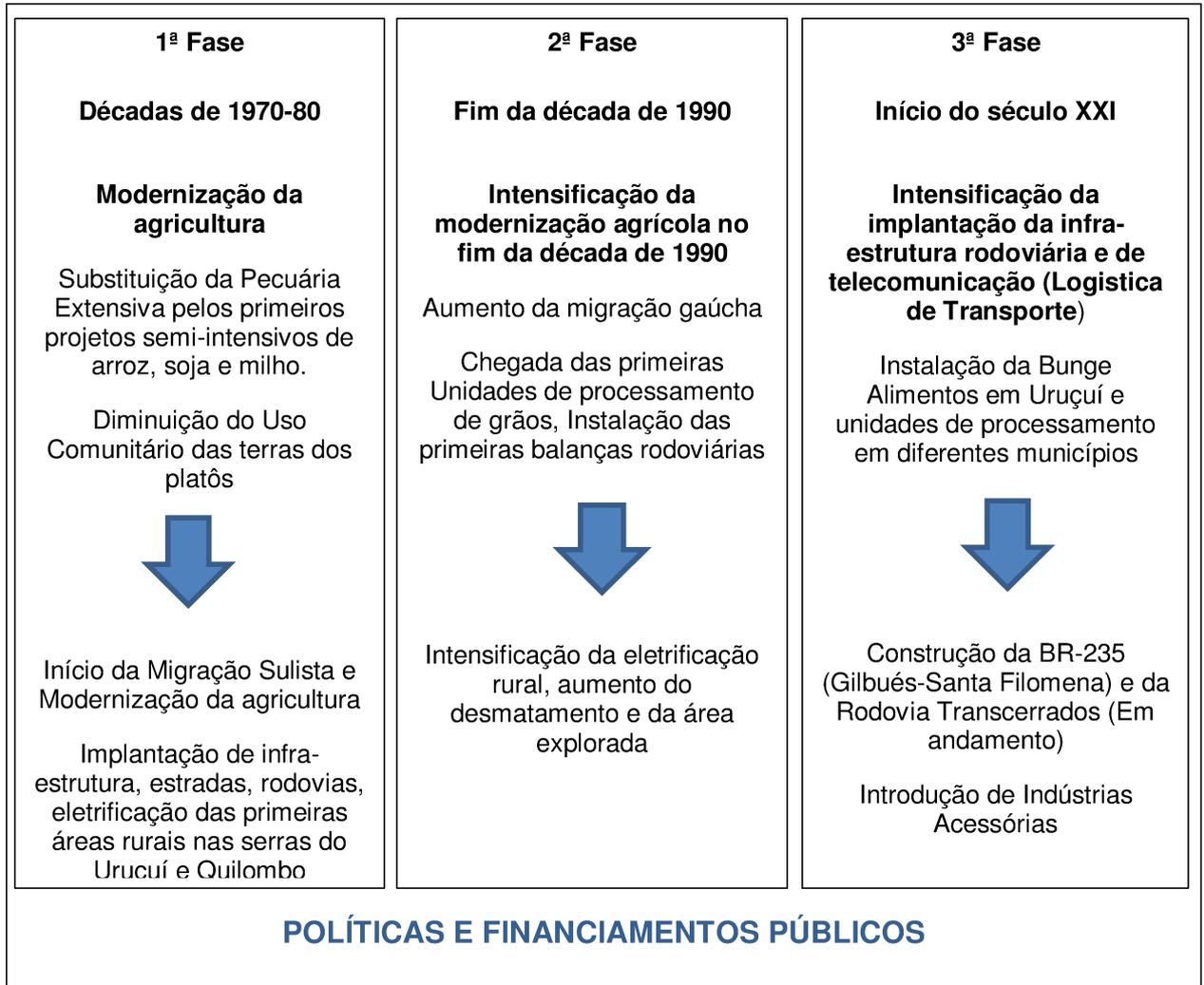
[...] Tal ocupação, ao invés de corrigir as consequências nefastas das ocupações ocorridas, antes, no restante do país, as reproduz de forma acentuada, porque o governo do Estado, com o objetivo de tornar a região um significativo pólo de agricultura comercial, incentiva o uso de mecanismos estatais de financiamento à agropecuária e institui políticas de favorecimento à obtenção de terras, uma vez que o Estado detém vastas áreas de terras disponibilizadas via Companhia de Desenvolvimento do Piauí (Comdepi) a preços ‘simbólicos’, possibilitando a constituição e dinamização do mercado de terras (MONTEIRO; AGUIAR, 2006, p. 211-212).

Nota-se diante disso, a forte influência que o Estado com seu discurso modernizador tem exercido no processo de inserção do Piauí, particularmente a mesorregião sudoeste do estado como área de fronteira agrícola. Este tem cumprido o papel de mediador no processo de ocupação do cerrado através dos programas

de incentivos fiscais que contribuem atraindo empresas de fora para o território piauiense.

Para compreender de forma mais detalhada como se deu a expansão da fronteira agrícola para o cerrado piauiense e a atuação do Estado nesse processo, podemos observar a figura 1.

Figura 1 - Fases da expansão da fronteira agrícola no Cerrado piauiense



Fonte: Rufo e Araújo Sobrinho (2015), baseado em Pizzaro (2015). Adaptado pela autora (2019).

Enquanto incentivos fiscais são direcionados para impulsionar a agricultura moderna, existe uma outra face contraditória do campo, na qual faltam incentivos para o desenvolvimento da agricultura camponesa. No projeto de assentamento Fazenda Flores, durante os trabalhos de campo realizados foi possível notar que faltam incentivos e assistência para que os camponeses possam desenvolver-se economicamente e socialmente.

Pode se dizer que o campo no sudoeste apresenta duas faces, aquela moderna com destaque para o agronegócio e outra invisibilizada marcada pela desigualdade e pela pobreza, como se pôde observar no próprio assentamento.

É importante enfatizar que os incentivos fiscais e investimentos estatais contribuem por atrair novos atores vindos de outras regiões para o sudoeste piauiense. Nesse sentido Santos (2015) destaca que a chegada de produtores advindos das regiões Sul e Sudeste do Brasil aos cerrados piauienses não ocorreram motivados por um espírito de aventura, nem por uma nova mentalidade, suas motivações estavam vinculadas as mesmas que o levaram ao Oeste baiano, sendo elas a obtenção de lucros e acúmulo de riquezas.

[...] Efetivamente na década de 90, especialmente após a sua segunda metade, chegam a alguns municípios da sub-região levas de migrantes sulistas e de empresas associadas ao agronegócio. A partir desse momento se desencadearam transformações importantes no perfil econômico, social e cultural do Sul do Piauí (ALVES, 2009a, p. 166-167).

Os “gaúchos” ou “sulistas” como são chamados, visando a obtenção de lucros chegam ao sudoeste do Piauí se apropriam do território e ditam os processos tanto no campo como nas cidades que também são alvos de transformações. Conforme Rufo e Araújo Sobrinho (2015, p. 28)

A Mesorregião Sudoeste Piauiense passa por inúmeras transformações em decorrência da expansão e modernização agrícola, o que faz com que vários municípios ganhem uma enorme diversidade devido aos processos migratórios dos chamados “gaúchos” [...].

A região encontra-se, portanto, marcada pela presença desses novos grupos sociais que construíram ao longo do processo de ocupação

[...] novas identidades, novas interações e novas formas de organização, que, se por um lado traz importantes ganhos econômicos para o estado, de outro, vem acentuando as já profundas desigualdades econômicas e sociais entre os espaços locais e entre os grupos sociais da região, com novos contornos espaciais, econômicos e demográficos (SANTOS, 2015, p. 120).

O território ao ser apropriado por novos atores sociais, por novas relações de produção, passa conseqüentemente a se configurar por meio do surgimento de novas territorialidades e de relações de conflitos.

O Piauí em sua trajetória histórica parece ter sido sempre alvo da busca por novas áreas. Isso se verifica quando “[...] donatários de capitanias em Pernambuco, Bahia e Maranhão, em um processo de expansão de suas posses,

requeriam terras piauienses para fixarem novas fazendas de criação de gado [...]” (PEIXINHO; SCOPEL, 2009, p. 89) e nas últimas décadas quando da busca de novas áreas para a expansão geográfica do capital, a exemplo das áreas do cerrado piauiense que vem passando por um processo de ocupação.

Peixinho e Scopel (2009, p. 102) contribuem ao dizer que a territorialização desses novos processos de modernização que se impõem fundamentam-se em um discurso “[...] de que nada existia antes da chegada dos que agora estão se instalando; ou quando muito, se admite que o que existia, especialmente do ponto de vista da produção capitalista, ‘produção moderna’, era uma produção de subsistência [...]”. Isso revela muito bem, o caráter da fronteira e o discurso de ocupação dos “espaços vazios”.

É esse discurso modernizador que justifica os novos processos que se territorializam no Piauí e que contribuiu para a sua inserção como área de fronteira agrícola. O discurso de que a agricultura moderna trouxe desenvolvimento ao estado é propagado para justificar os problemas sociais e ambientais que ganham visibilidade nos cerrados piauienses.

Cabe aqui salientar que além dos incentivos fiscais estatais que contribuíram para impulsionar o processo de ocupação do cerrado piauiense nas regiões sul e sudoeste, Brandão Filho (2009) coloca que as condições naturais, econômicas, culturais, sociais e políticas também contribuíram significativamente para tornar o sul do Piauí alvo de um processo de ocupação por meio do novo modelo expansionista modernizador.

Como se pode perceber uma série de fatores influenciaram esse processo de ocupação e conseqüentemente as transformações que marcam essas regiões, onde além de incentivos fiscais, facilidades de linhas de crédito, o Estado trata de investir também em infraestrutura como rodovias e ferrovias facilitando o escoamento da produção nas regiões onde a agricultura moderna é dominante. No Piauí isso fica claro quando se observa que os cerrados contam

[...] com uma infraestrutura em construção e/ou já nas suas etapas finais: uma rodovia federal – a Transnordestina (que passa literalmente por dentro de municípios que compõem o cerrado piauiense), a BR-230, que permite o escoamento da produção por meio de uma infraestrutura intermodal, que será complementada internamente com a construção de uma rodovia com recursos do governo do estado, denominada de Transcerrado, cortando os 300 km de toda a serra, onde estão instaladas as grandes empresas e modernos agricultores, e estradas pavimentadas (PI-140 e 141 e BR-135) que atravessam o polo de norte a sul (SANTOS, 2015, p. 121).

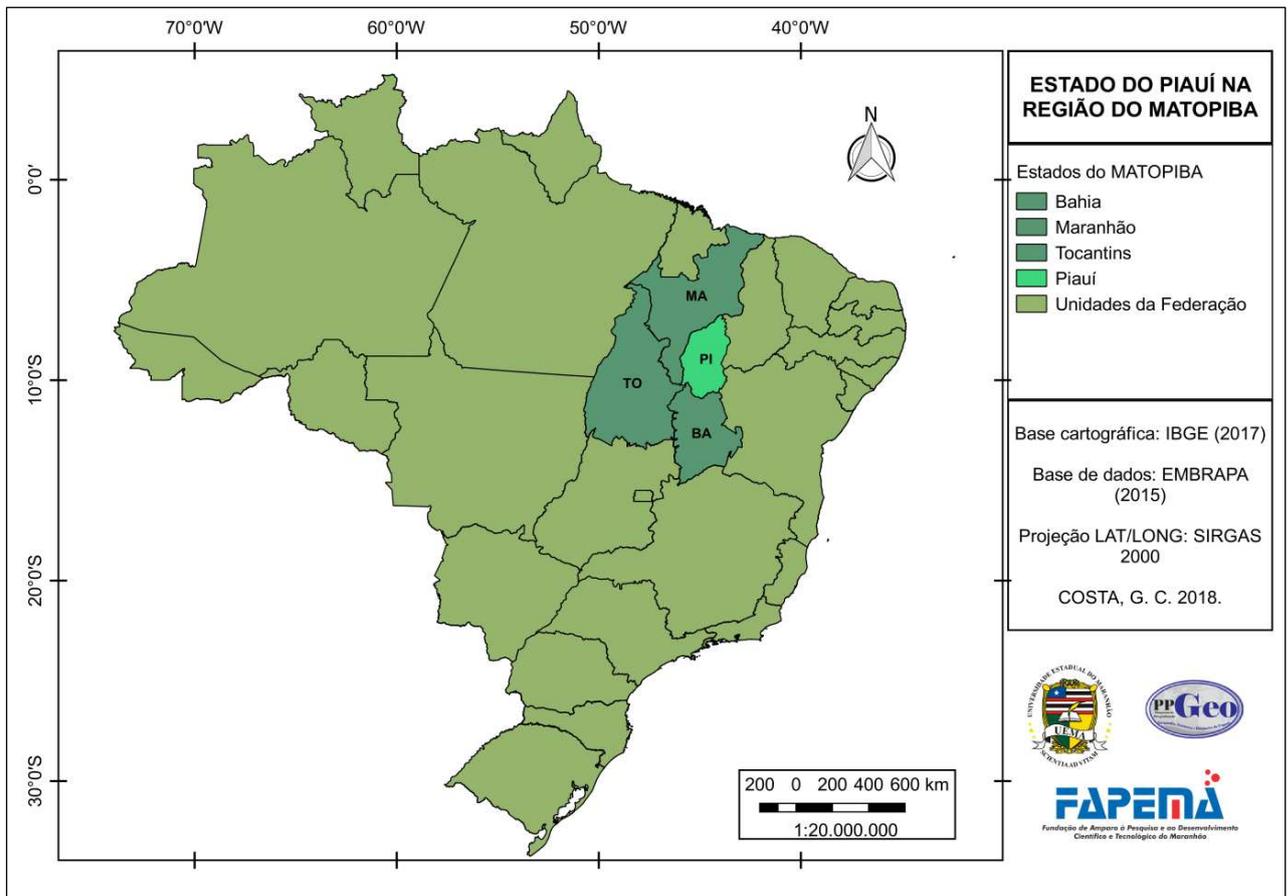
Contudo, todo o contexto que configura o Piauí atualmente, marcado pela presença de novos grupos sociais, e pelo processo de expansão do capital com o desenvolvimento da moderna agricultura, coloca o território piauiense como uma das últimas fronteiras agrícolas do país, fazendo parte da região denominada de MATOPIBA (Figura 2).

A respeito disso Santos (2015, p. 119) explica que

Assim como aconteceu com os cerrados baianos localizados na região Oeste do estado, devido a circunstâncias exteriores e ao evidente desenvolvimento das forças capitalistas no agro brasileiro, os cerrados do Piauí transformaram-se, nos últimos vinte anos, em mais um espaço agrícola do país que materializou modificações radicais nas suas paisagens, nos processos de trabalho, nos hábitos de consumo e na sua configuração geográfica, sendo considerada uma das últimas (juntamente com as do Maranhão e Tocantins) fronteiras agrícolas do Brasil a ser ocupada.

O estado do Piauí, juntamente com o do Maranhão, Tocantins e Bahia, se configuram atualmente como importante região produtiva e apresentam transformações socioespaciais expressivas com a expansão da fronteira agrícola.

Figura 2 – Mapa com Recorte dos estados do MATOPIBA

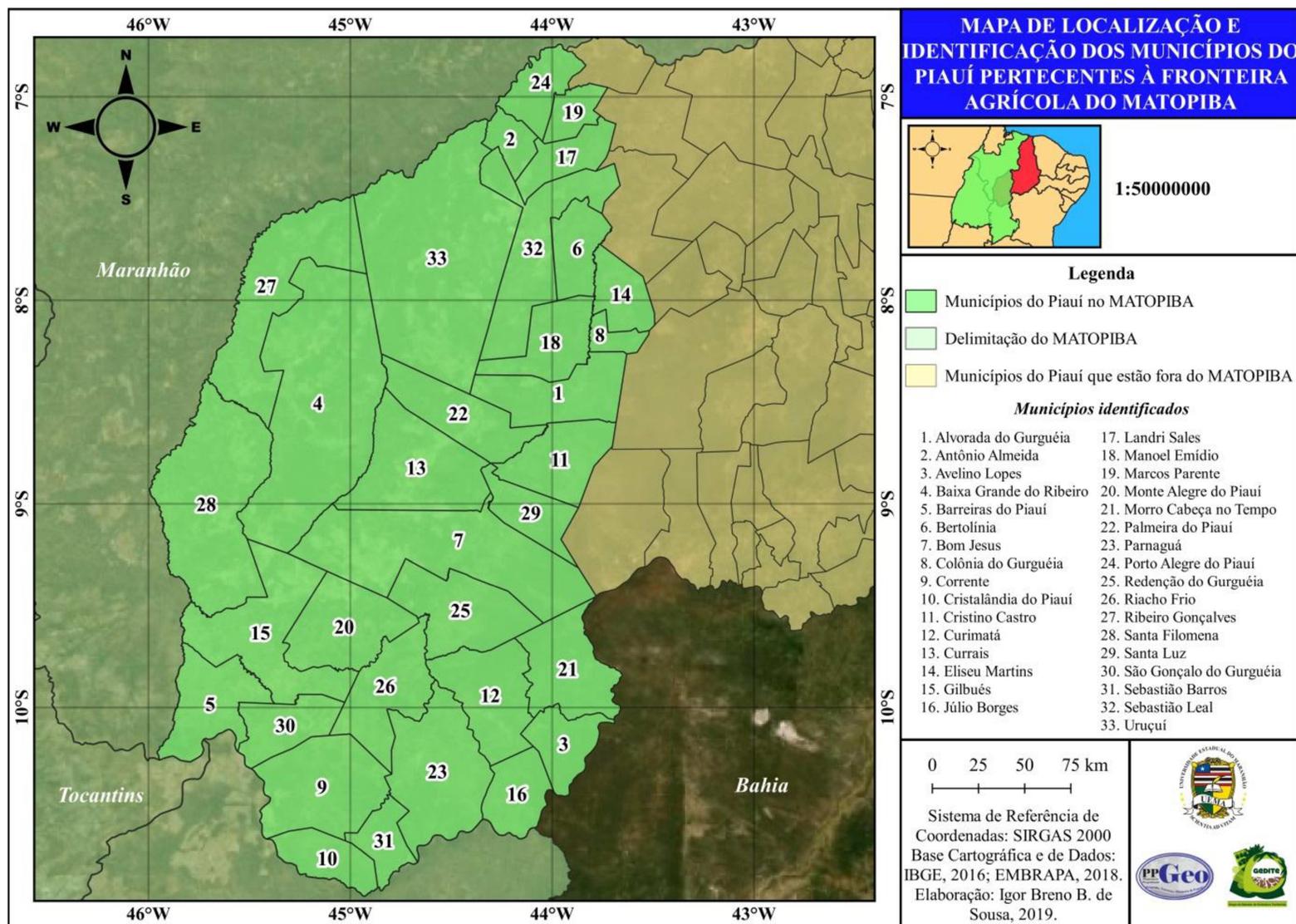


Fonte: EMBRAPA (2018).

O MATOPIBA é mais uma política territorial implementada pelo governo federal que tem como discurso, o desenvolvimento de áreas com potencial agrícola. Segundo Fernandes, Frederico e Pereira (2019) instituído no ano de 2015 pelo decreto nº 8.447 o Plano de Desenvolvimento Agrícola (PDA) do MATOPIBA segue o modelo agroextrativista voltado para a exportação como o Programa para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) criado na década de 1970.

A região do MATOPIBA possui área total de 73.173.485 ha, abrangendo 31 microrregiões e 337 municípios. Da área total, 8.204.588,15 ha faz parte do Piauí, cuja delimitação inclui 04 microrregiões, sendo elas: Alto Parnaíba Piauiense, Bertolínia, Alto Médio Gurguéia e Chapadas do Extremo Sul Piauiense e 33 municípios (EMBRAPA, 2015) (Figura 3).

Figura 3 – Mapa dos Municípios do Piauí pertencentes a fronteira agrícola



Fonte: EMBRAPA (2019).

Observa-se que 33 municípios da mesorregião sudoeste piauiense pertencem a fronteira agrícola. É válido acrescentar que aqueles que mais se destacam com a produção de soja são os municípios de Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus, Currais, Gilbués, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena e Uruçuí (Quadro 1).

Quadro 1 - Principais municípios piauienses produtores de soja no MATOPIBA em 2017.

Municípios produtores de soja	Quantidade de Soja Produzida (Toneladas)
Baixa Grande do Ribeiro	547.894
Uruçuí	390.332
Ribeiro Gonçalves	248.106
Bom Jesus	176.019
Santa Filomena	149.569
Currais	99.224
Gilbués	96.020

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2017. Org.: Oliveira, 2019.

Como se pode observar no quadro, dentre os principais municípios, Baixa Grande do Ribeiro, Uruçuí, Ribeiro Gonçalves apresentam os resultados mais elevados em quantidade produzida de soja no cerrado piauiense no ano de 2017.

Seria significativo se a atual conjuntura na qual se encontra o território piauiense como região de fronteira agrícola altamente tecnicizada tivesse tratado de solucionar os velhos dilemas, como por exemplo a concentração fundiária, imposta pelo seu próprio processo de formação territorial. No entanto, o que se assiste é a permanência dos velhos e o surgimento de novos dilemas com a inserção do estado na fronteira agrícola brasileira.

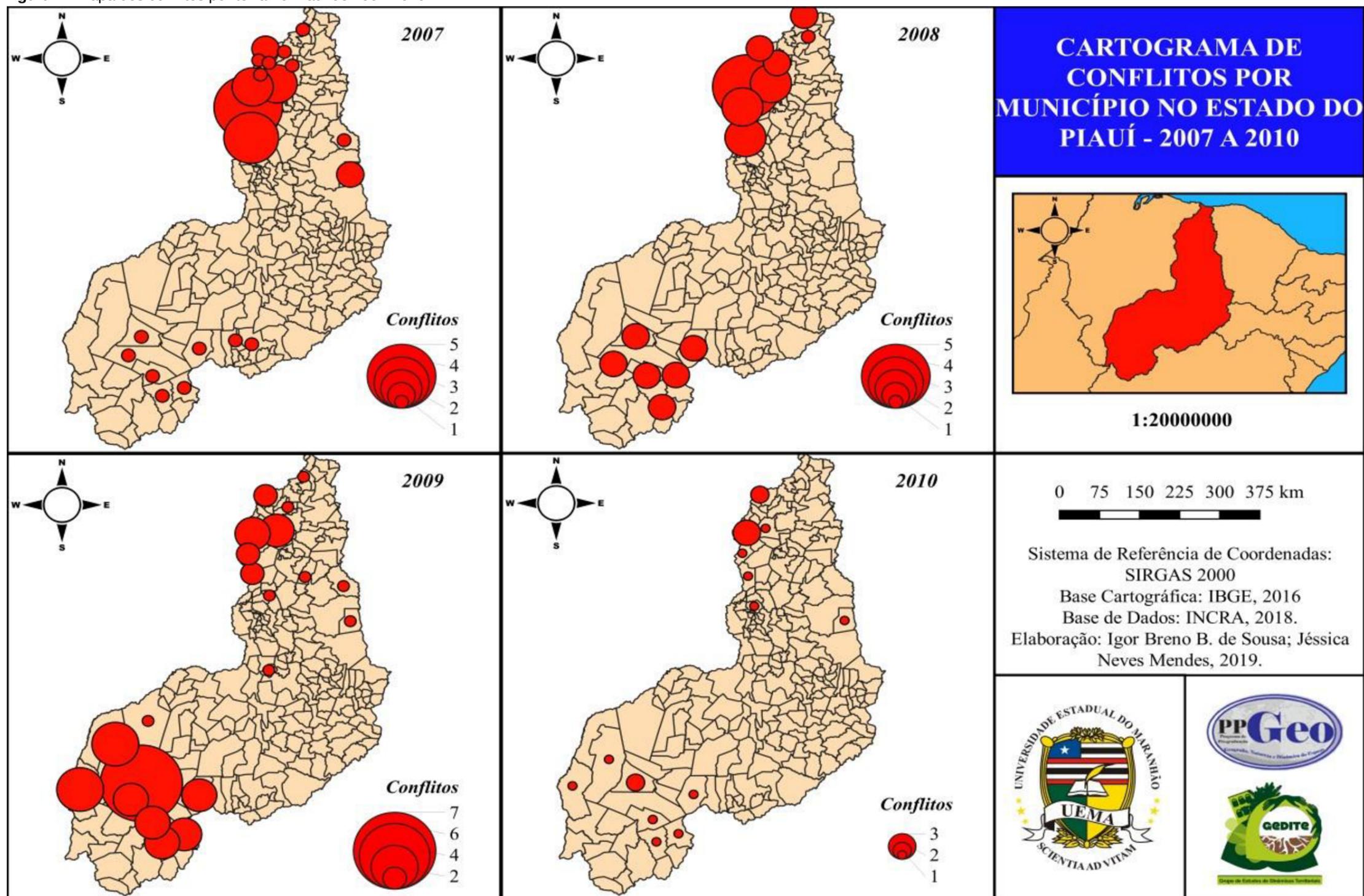
De acordo com Santos (2015) a introdução da moderna agricultura nos cerrados piauienses não resultou na eliminação das disparidades socioeconômicas preexistentes, de modo contraditório, as formas de dominação política, assim como as desigualdades econômicas e sociais se acentuaram.

A inserção do território do Piauí na fronteira agrícola brasileira resultou em um processo de ocupação que tratou de agravar ainda mais a situação da estrutura fundiária no estado. O sul e sudoeste do Piauí encontram-se apropriados pela

dinâmica do agronegócio, a concentração de terras se intensifica e conseqüentemente os conflitos agrários.

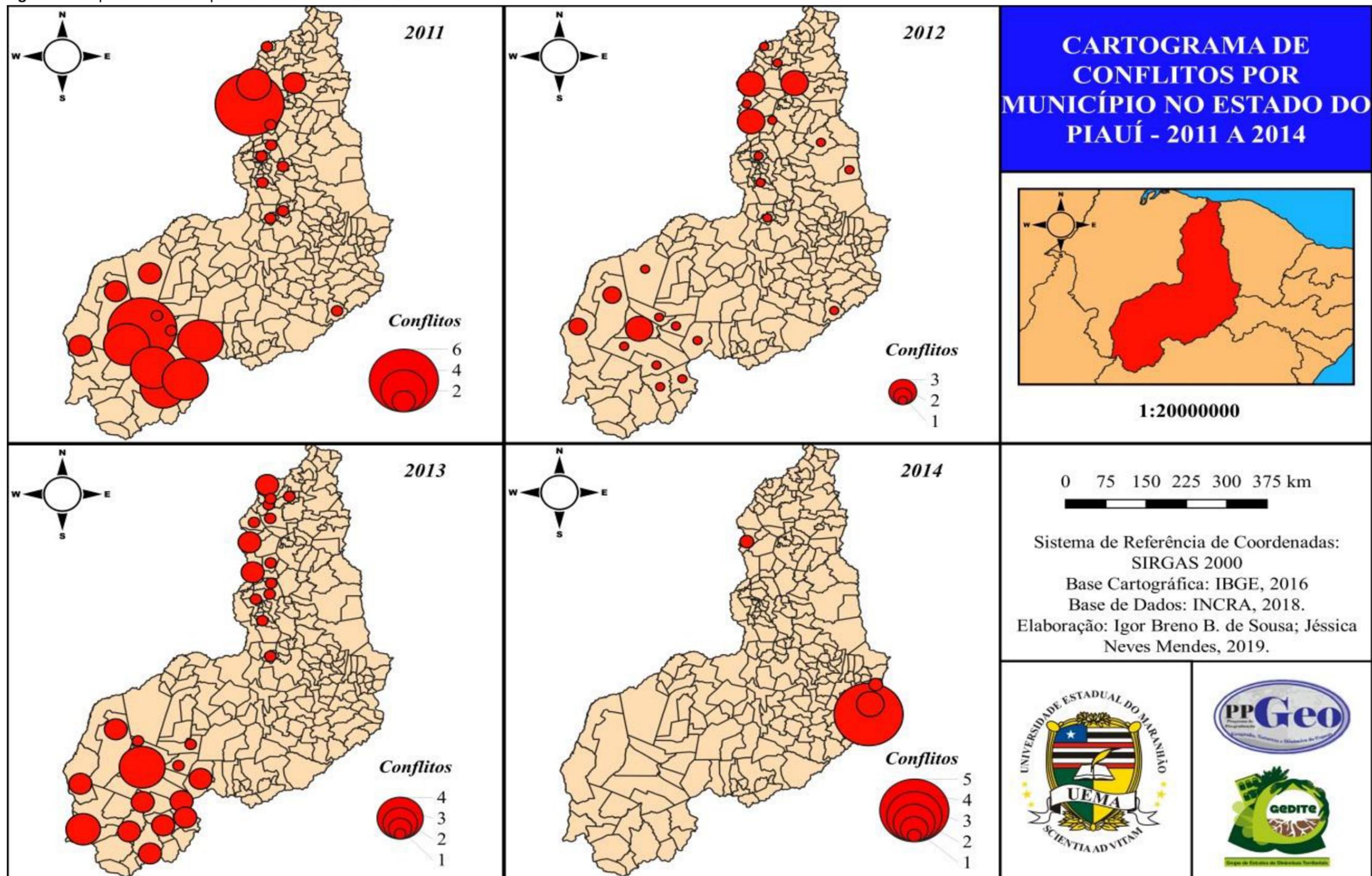
Para compreender a questão da evolução dos conflitos agrários decorrentes do processo de expansão da fronteira agrícola no sudoeste piauiense, optou-se pela análise dos dados de conflitos por terra disponibilizados pela Comissão Pastoral da Terra no período compreendido entre os anos de 2007 a 2017 (Figuras 4, 5 e 6).

Figura 4 - Mapa dos conflitos por terra no Piauí de 2007-2010



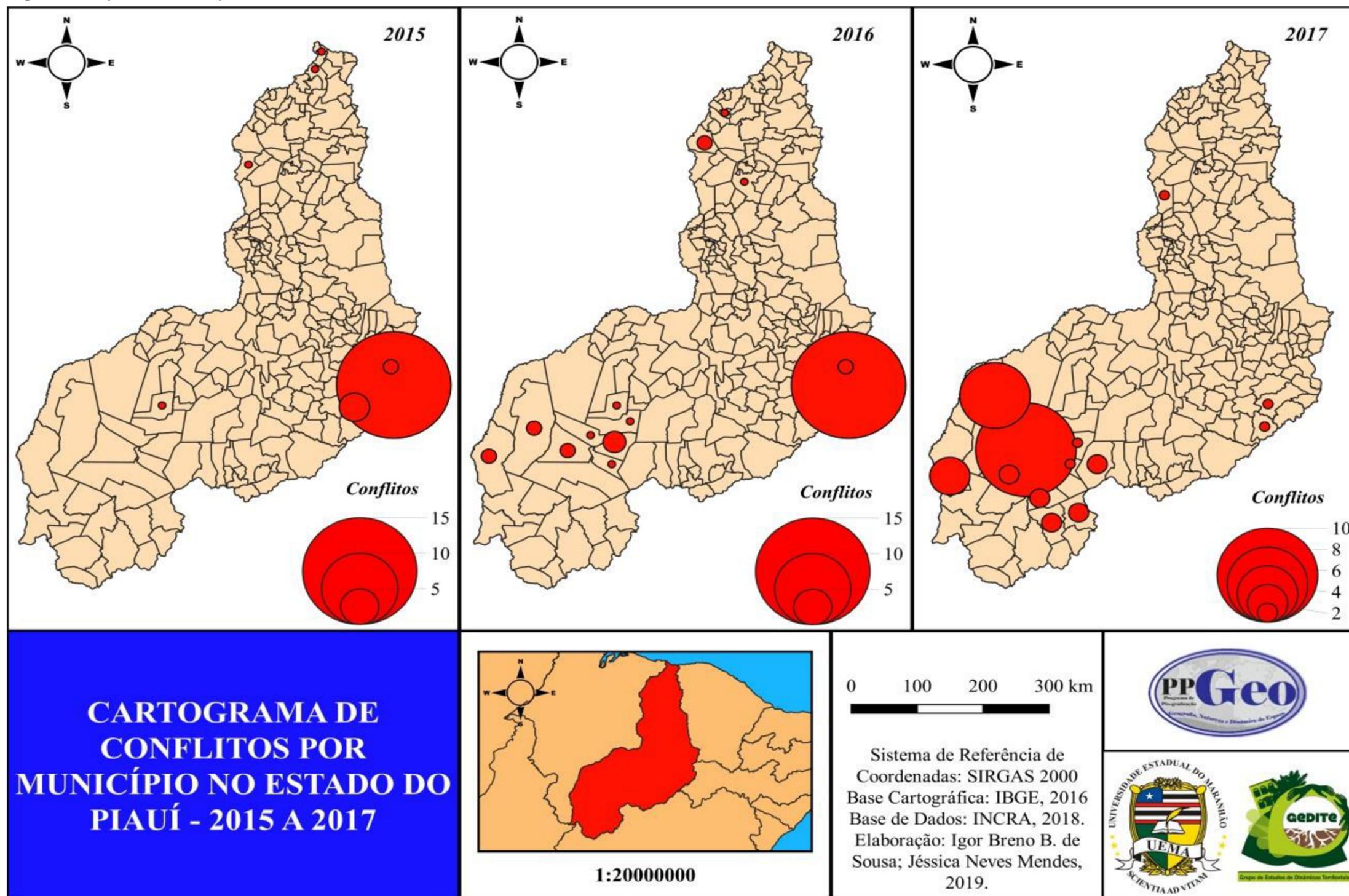
Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2019).

Figura 5 - Mapa dos conflitos por terra no Piauí de 2011-2014



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2019).

Figura 6 – Mapa dos conflitos por terra no Piauí de 2015-2017



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2019).

Verificando os dados de conflitos por terra no Piauí no período que compreende os anos de 2007 a 2010, nota-se que o número de conflitos na área de expansão da fronteira agrícola tem maior expressividade, sobretudo no ano 2009. Já entre os anos de 2011 a 2014, o intervalo de 2011 e 2013 apresentam os maiores números de conflitos por terra no cerrado da mesorregião sudoeste piauiense.

Os conflitos por terras no Piauí no período de 2015 a 2017 que corresponde à fase de implantação da política territorial do MATOPIBA o ano de 2017 aparece com o maior número de conflito. Do ponto de vista da espacialização desses conflitos pelo território quando se observa os mapas, estes estão concentrados na área de expansão da fronteira agrícola no Piauí.

É recente o processo de ocupação e transformações rumo à incorporação da modernização agrícola com características conservadoras dos cerrados piauienses, nas suas partes sudoeste e sul. Se trata de um processo em que a sua histórica tradição concentradora de terras não sofre abalos [...] (SANTOS, 2015, p. 105).

Com o processo de apropriação a grilagem de terras atualmente se coloca como um dos graves problemas existentes nos cerrados piauienses tornando-se motivo de preocupação para as autoridades governamentais tendo em vista tanto o volume de terras apropriadas por meios ilegais como também o surgimento de casos de conflitos fundiários envolvendo posseiros, grileiros e produtores da moderna agricultura (ALVES, 2006b). Pode se dizer que

[...] distintos métodos coercitivos serão adotados para que o capital possa cumprir as etapas de sua acumulação. Utiliza-se, desse modo, da força do dinheiro para desarticular quem se coloque como impedimento à realização do projeto de expansão das forças capitalistas. No Piauí essa expansão ocorre pela apropriação dos espaços produtivos das comunidades camponesas ou dos do Estado, na maioria das vezes através de mecanismos escusos. São contabilizados, nos últimos anos, incontáveis casos de grilagem nessa região anunciando mais uma dimensão da crise proveniente da modernização contemporânea [...] (ALVES, 2006a, p. 187-188).

No assentamento Fazenda Flores, segundo relatado pelos assentados há tempos vem ocorrendo casos de grilagem de terras na área do assentamento, o que traz insegurança sobre o futuro do PA caso essa problemática não seja solucionada. Os assentados não sabem se esses casos têm uma relação direta com o agronegócio, mas em uma região onde a terra torna-se cada vez mais valorizada, põe em questão as condições e o futuro dos assentamentos de reforma agrária nas áreas de fronteira.

Se as desigualdades já marcavam o sul e sudoeste do Piauí antes do território ser apropriado pelo agronegócio, após essa apropriação isso se tornou ainda mais grave. O campo, principalmente, sente os impactos dessa apropriação, os camponeses ficam de fora desse processo modernizador, vivem em espaços cada vez mais reduzidos e enfrentam o desafio de permanecer em suas terras mesmo sem a assistência de políticas públicas. Dessa forma, entende-se que

[...] o fenômeno em andamento aponta para uma grave ameaça às formas organizativas da população piauiense, particularmente dos pequenos agricultores empobrecidos que presenciam a cada dia crescente redução dos seus espaços de reprodução da vida, aprofundando um processo de exclusão social (ALVES, 2006a, p. 256).

Segundo Alves (2009a) a agricultura moderna no campo piauiense se desenvolve, sobretudo, nos platôs planos, denominados de Gerais que de modo significativo possuíam importância fundamental para a manutenção do modo de vida das comunidades camponesas. No entanto, com esse processo modernizador

[...] a partir da instalação de novos agentes econômicos nos cerrados piauienses, significou uma importante metamorfose no uso das terras dos Gerais: de espaço de uso tradicional explorado comunitariamente pelas necessidades concretas de vida da população local passa para espaço privado destinado à agricultura capitalista moderna [...] (ALVES, 2009a, p. 168).

Isso representa bem as relações e dinâmicas que caracterizam as áreas de fronteira, desse modo entende-se que

A fronteira capitalista, em áreas de domínio das atividades agrícolas e pecuárias, implica a instalação de latifúndios, empresas agrícolas, inserção de propriedades menores aos mecanismos de acumulação, bem como a expropriação do campesinato e grupos sociais diversos (índios, posseiros, seringueiros, garimpeiros etc.) [...] (SILVA, 2007, p. 293).

Portanto, o que se assiste atualmente no sul do Piauí com a expansão da fronteira agrícola como parte da região do MATOPIBA, é um quadro marcado por profundas transformações que se refletem principalmente no campo. As desigualdades se acentuaram deixando as comunidades camponesas em situação de vulnerabilidade.

Contudo, pode se compreender que a inserção do território do Piauí na fronteira agrícola brasileira se deu influenciado por uma série de fatores, onde se destacam principalmente os incentivos fiscais estatais voltados a modernização da

agropecuária. Estando também vinculado ao processo de expansão geográfica do capital que na região do MATOPIBA tem no agronegócio da soja um elemento chave para a sua expansão e territorialização.

1.4 Expansão do agronegócio da soja e a apropriação do cerrado piauiense

Observamos que a inserção do território do Piauí como região de fronteira agrícola se deu influenciado por uma série de fatores, dentre eles incentivos fiscais e creditícios estatais voltados a modernização da agricultura, investimentos em infra-estruturas visando a modernização do território, além das condições naturais que contribuíram de forma substancial atraindo novos grupos econômicos para o território, especificamente para as áreas do cerrado. Sobre esse processo Moraes (2006, p. 185) acrescenta que

[...] importante etapa da incorporação agrícola dos cerrados do sudoeste piauiense pelo agronegócio do complexo carnes/grãos foi a constituição de um mercado de terras, ainda na década de 1970, no rastro da política desenvolvimentista promovida, desde os anos 1960, pela Sudene, a qual incluía a modernização da agricultura nordestina.

Todos esses fatores foram decisivos no processo de apropriação dos cerrados piauienses pela dinâmica do agronegócio de grãos, com destaque para a soja e conseqüentemente para a territorialização do capital.

Conforme explicitado por Alves (2009a) embora a presença do agronegócio no cerrado piauiense seja um processo recente, quando comparada a de outras áreas de fronteira agrícola no Brasil, os reflexos da territorialização desse segmento do capital são visíveis na paisagem do campo e da cidade.

Nos cerrados piauienses o processo produtivo marcado pelas práticas tradicionais da agricultura de subsistência, nas últimas décadas passou a disputar espaço com a moderna agricultura de grãos, principalmente a soja, voltada para a exportação. O agronegócio da soja, dessa forma, passa a se tornar um processo dominante nos cerrados, tratando de intensificar as relações capitalistas nesses espaços.

Com relação as tranformações em curso no cerrado piauiense Alves (2009a) destaca que

[...] os sistemas técnicos tornam-se parte da paisagem e auxiliam o ritmo da produção de mercadorias agrícolas: pivôs de irrigação; máquinas agrícolas fiscalizadas por satélites; grandes galpões capazes de armazenar milhares de toneladas de grãos monitorados sob rígido controle de qualidade; escritórios controlando em tempo real o preço das *commodities* nas principais bolsas mundiais; unidades de recebimento de grãos das grandes empresas instaladas em pontos estratégicos, e próximo delas um movimento intenso de caminhões despejando ou retirando produtos para as fábricas esmagadoras ou para os portos exportadores (ALVES, 2009a, p. 168).

Nesse sentido pode se dizer que todo um aparato do ponto de vista técnico, da ciência e informação guia o processo produtivo do agronegócio e acrescenta ao cerrado piauiense uma nova configuração espacial.

Segundo Alves (2005) a incorporação de novas técnicas nos espaços de produção agrícola possibilitou não somente aumento da produção agropecuária brasileira, mas foi também determinante na inserção de novas áreas à agricultura capitalista, como as dos cerrados.

Através das novas técnicas, esses espaços passam a ser organizados de maneira a oferecer as condições propícias ao desenvolvimento da agricultura capitalista, a técnica, nesse caso, passa a se impor tornando-se superior ao ambiente natural. Nesse sentido, entende-se que “[...] os objetos técnicos e o espaço maquinizado são *locus* de ações ‘superiores’, graças à sua superposição triunfante sobre as forças naturais [...]” (SANTOS, 2012, p. 237, grifo do autor)

Bernardes (2009) acrescenta que na conjuntura atual de desenvolvimento da economia mundial, em que a natureza passa por um processo de revalorização através das mudanças técnicas, as áreas de cerrado passam a se configurar como uma fronteira significativa para a ciência e a tecnologia, favorecendo, dessa forma, o processo de expansão do capital.

Exemplo disso são os cerrados nordestinos que se configuram atualmente como novos espaços agrícolas modernos globalizado tendo no agronegócio um elemento essencial. Segundo Elias (2006) se até a década de 1980 a agropecuária nordestina permanece tímida, a partir dessa década tem-se à vista um processo de ocupação de novas fronteiras pelo agronegócio globalizado em algumas áreas dessa região.

Dentre essas áreas destacam-se no final da década de 1980 e início dos anos 1990, as que correspondem ao sul dos Estados do Maranhão e do Piauí que

sofrem um processo de ocupação intenso pela produção de grãos, destacadamente, a soja (ELIAS, 2006).

De acordo com Alves (2005) os domínios dos cerrados, vistos como terras impróprias ao desenvolvimento da agricultura, com os incentivos de modernização agropecuária e os programas de apoio a expansão da agricultura moderna, tornaram-se em áreas prioritárias para a expansão capitalista, através da agricultura moderna.

Nesse processo, o agronegócio da soja se coloca como fator preponderante, sendo responsável pelo uso e ocupação do cerrado piauiense nas últimas décadas e conseqüentemente pelas novas dinâmicas que se encaminham. O agronegócio se define como

uma noção puramente descritiva das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas e processamento industrial, realizadas antes, durante e depois da produção agropecuária, cuja soma econômica constituiria uma espécie do novo setor de atividade econômica [...] (DELGADO, 2012, p. 89).

Este se insere dentro de um projeto de desenvolvimento que deu bases para as novas formas de reprodução e territorialização do capital nos cerrados piauienses, modificando as estruturas existentes e conformando um novo arranjo produtivo nesses espaços. Nesse sentido pode se dizer que

[...] o capital e seus proprietários capitalistas, representados pelos grandes proprietários de terra, bancos, empresas nacionais e transnacionais, estão aplicando em todo o mundo o chamado modelo de produção do agronegócio (*agribusiness*), que se caracteriza sucintamente por: organização da produção agrícola na forma de monocultivo (um só produto) [...] (STEDILE, 2013, p. 33).

É o caso da *commodity* soja, cuja expansão no território brasileiro, Segundo Alves (2005, p. 652-653)

vincula-se ao processo de internacionalização da economia do país. Por um lado, esse fenômeno está associado ao papel de maior comprometimento do país em atender a demanda externa com produtos agrícolas “in natura” ou com os seus derivados; por outro lado, o de buscar mecanismos que garantissem o financiamento interno brasileiro, marcado pela industrialização e por sua crescente dívida externa. A valorização da soja entraria nesse circuito a partir de dois caminhos, quais sejam, (a) garantir o abastecimento em escala mundial de proteínas para o consumo animal e humano e (b) incentivar a modernização da agricultura brasileira através do uso de tecnologias em maquinários e pesquisas de laboratórios [...].

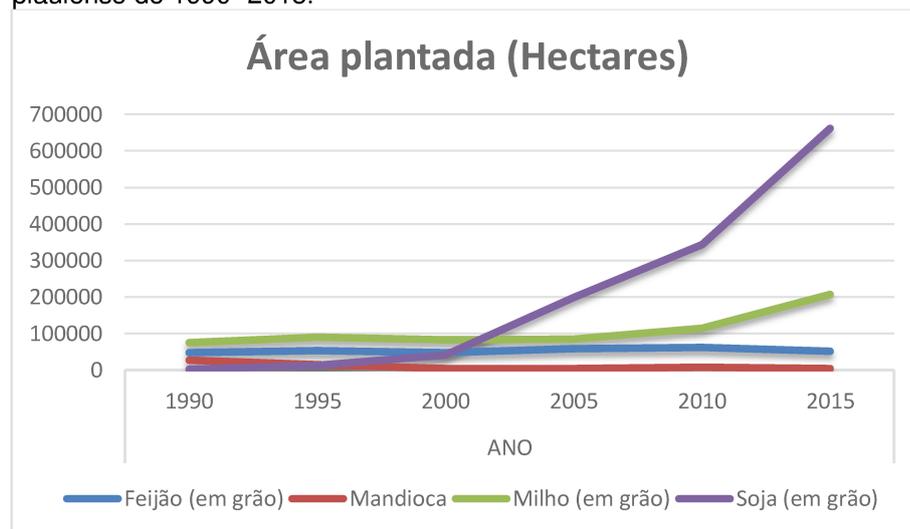
Conforme Peixinho e Scopel (2009, p. 94) o “Boom” da soja no território brasileiro, pode ser associado a dois processos, “[...] à inserção do país no mercado internacional de soja e à sua produção nas áreas dos cerrados, a partir da década de setenta [...]”.

Diante disso, pode se compreender que a produção com base na *commodity* soja volta-se principalmente para a exportação, tratando de incorporar as áreas produtoras à economia global. Isso caracteriza bem os cerrados piauienses, cuja produção de soja para o mercado externo, vem ganhando notoriedade.

Com efeito, a pesquisa de soja no Piauí iniciou-se em 1978 e o lançamento do primeiro material de soja adaptada deu-se em 1980. Tratava-se do cultivar “tropical”, seguido pelos “Teresina” e “Carajás”, lançados em 1982, e pelos “Cariri” e “Seridó”, em 1985. Os primeiros experimentos foram realizados na própria sede da Embrapa – UEPAE/Teresina (atual Centro de Pesquisa Agropecuária do Meio Norte/CPAMN) e os primeiros testes ocorreram em Uruçuí, no sudoeste do Estado [...] (MORAES, 2006, p. 189).

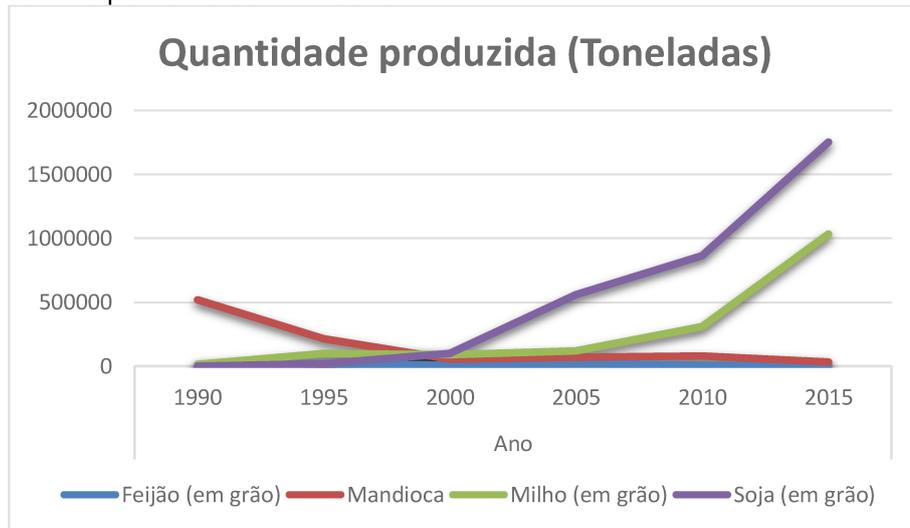
A incorporação do cerrado piauiense a dinâmica da agricultura moderna, tem seus primeiros passos na década de 1970, no entanto, a produção agrícola com base no agronegócio da soja, só começa a se sobressair a partir da década de 1990 (Gráficos 1 e 2).

Gráfico 1 - Área plantada de soja, feijão, milho e mandioca no cerrado piauiense de 1990 -2015.



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1990-2015. Org.: Oliveira (2019).

Gráfico 2 - Quantidade produzida de soja, feijão, mandioca e milho no cerrado piauiense de 1990-2015.



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1990-2015. Org. Oliveira (2019).

Ao analisar os gráficos, nota-se que a área plantada, assim como a quantidade produzida de soja no cerrado piauiense na década de 1990 ainda era tímida quando comparada as culturas do milho, feijão e mandioca. Isso se explica pelo fato de que até esse período o que predominava no cerrado era o desenvolvimento da pecuária e da agricultura de provisionamento familiar.

A evolução na produção de soja no cerrado piauiense somente passa a se destacar a partir de 2000, chegando a ter um salto expressivo no volume da produção em relação aos demais produtos nos anos de 2005 a 2015.

Os produtos de base camponesa como a mandioca e o feijão não mostram evolução em termos produtivos como a soja nas últimas décadas no cerrado piauiense. Isso está relacionado a diversos fatores, como a concentração fundiária que com esses novos processos tem reduzido cada vez mais os territórios camponeses, as fragilidades das políticas públicas voltadas a produção de base camponesa e também a própria dinâmica produtiva do campesinato que produz em pequenas roças, com uma produção voltada principalmente para subsistência.

Fernandes e Welch (2008) acrescentam que o sistema agrícola do agronegócio e do campesinato são distintos, enquanto o primeiro tem como características, a monocultura, o trabalho assalariado e produção em larga escala. No sistema camponês, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas de suas principais características.

É válido ressaltar que importante para o desenvolvimento do agronegócio da soja no cerrado piauiense são os investimentos em infra-estrutura para escoamento da produção, a inserção de novas técnicas, da ciência, informação e tecnologias. O que explica o aumento no volume da produção de soja ao longo dos anos e contribui no processo de apropriação do cerrado.

Cabe aqui mencionar a importância que as infra-estruturas criadas possuem no processo de expansão do capital. Nesse sentido, Harvey (2005, p. 130) sustenta que “[...] sob o capitalismo, a fonte permanente de preocupação envolve a criação das infra-estruturas sociais e físicas que sustentam a circulação do capital [...]”. Essas estruturas funcionam como meio para organizar o espaço de maneira a favorecer a circulação do capital.

A respeito da territorialização da modernização agrícola nos cerrados piauienses Peixinho e Scopel (2009) destacam que na década de 2000 tem-se um novo cenário na produção de soja no cerrado com a instalação de uma unidade da Bunge no município de Uruçuí.

A instalação da Bunge, contribuiu significativamente para impulsionar os novos processos que estavam a se inserir no território do Piauí, na área que corresponde a região sul do estado, pois

[...] A esmagadora de grãos instalada em Uruçuí pertence ao conglomerado multinacional de empresas Bunge que atua em diversos segmentos; tradicionalmente um gigante na área de alimentos como óleos, gorduras e farinhas, nas últimas décadas comprou algumas fábricas dos fertilizantes que distribui e se estabeleceu no mercado da bioenergia, da logística e de embalagens. Na produção de óleo de soja e margarinas, compete com a Ceagro (regional) e a ABC (mineira) e com a também multinacional Kargill [...] (RIBEIRO, 2013, p. 157).

Nesse sentido, pode se dizer que a expansão da soja é fomentada e fomentadora da “[...] territorialização das empresas exportadoras/processadoras de grãos, assim como de outras empresas que servem essa estrutura produtiva [...]” (PEIXINHO; SCOPEL, 2009, p. 107).

A instalação da Bunge no município de Uruçuí como parte de uma estratégia de controle do território nas áreas de fronteiras, impulsionou a expansão do agronegócio nos cerrados piauienses e conseqüentemente tratou de aprofundar as contradições capitalistas nessas áreas, não apenas através das novas relações de trabalho, como também na forma de apropriação do espaço (PEIXINHO; SCOPEL, 2009). Isso pode ser explicado pelo fato de que

Do mesmo modo que o capital monopolista amplia as relações de exploração sobre os trabalhadores/produtores, apropria-se ainda dos recursos naturais como uma fonte de ampliação dos lucros, e não lhe importa quais impactos suas ações acarretarão sobre o ecossistema e a população que sobrevive dele (ALVES, 2006b, p. 254).

A valorização das áreas dos cerrados piauienses contribui de forma significativa para dinamizar o mercado de terras, tratando de intensificar ainda mais o processo de territorialização do capital nessas áreas. De acordo com Santos (2015) a dimensão especulativa da terra levou a sua apropriação privada concentradora e descordenada. Diante disso, é válido destacar que “[...] No Brasil, com a permissividade governamental, a efetivação intensificada do capital internacional *via agronegócio* é a exemplificação clara dos caminhos de privatização e mercadorização da natureza” (MITIDIERO JUNIOR, 2016, p. 20, grifo do autor).

Aliado ao agronegócio, vem contribuindo para a apropriação do cerrado, um negócio de terras que cresce cada vez tornando-se lucrativo na região do MATOPIBA.

A alta do preço das commodities nos mercados de futuros aumentou a demanda por terras aráveis, o que por sua vez aumentou o preço das terras no Brasil. conseqüentemente, cada vez mais, a terra em si passou a ser alvo de agentes financeiros e um negócio a parte, separado do financiamento da produção agroindustrial. Na região do MATOPIBA, isso levou a uma apropriação de terras que era usadas e ocupadas por gerações de comunidades camponesas e ainda estavam em grande parte, cobertas pela vegetação nativa do Cerrado. Agora, essas terras se tornaram o alvo da especulação de terras (FIAN; REDE; CPT, 2018, p. 25).

A super valorização da terra vem tornando-a um negócio mais lucrativo que a produção agropecuária (FIAN; REDE; CPT, 2018). Não é mais somente o agronegócio, mas um mercado de terras que contribui no processo de apropriação das áreas do cerrado.

Segundo Fernandes, Frederico e Pereira (2019) no MATOPIBA encontra-se grande parte dos investimentos em terras realizados pelos fundos financeiros internacionais e o interesse pela região, resulta do grande potencial em aquisição de terras a preços inferiores e sua possível venda a preços superiores, após serem transformadas em grandes fazendas produtivas.

Um exemplo disso no cerrado piauiense conforme relatório elaborado pela Fian, Rede Social e CPT, intitulado “Os Custos Ambientais e Humanos do Negócio de Terras: o caso do MATOPIBA, Brasil” é a Fazenda Ludmila localizada no município de Santa Filomena que segundo o referido relatório é uma fazenda de

propriedade do TIAA⁴ que é “o maior investidor internacional em terras agrícolas do mundo, além do terceiro maior administrador de imóveis comerciais” (FIAN; REDE; CPT, 2018, p. 29).

Diante disso, é importante destacar que a forma como a terra vem sendo apropriada abre espaço para a grilagem de terras e conseqüentemente para os conflitos agrários nos cerrados piauienses.

O agronegócio representa bem o avanço das relações capitalistas no campo brasileiro nas últimas décadas, provocando conflitos dos mais variados e em muitos casos levando a expulsão dos camponeses de suas terras. O relatório elaborado pela Fian, Rede e CPT em 2018, apresenta diversos impactos decorrentes do avanço do agronegócio e da especulação imobiliária no cerrado piauiense como a destruição da fauna e flora, contaminação das águas por meio dos agrotóxicos, processos de expropriação das comunidades locais. Pode se afirmar que “a territorialização do agronegócio deixa um rastro de desmatamento, poluição das águas e mudanças climáticas, multiplicando os conflitos” (FERNANDES; FREDERICO; PEREIRA, 2019, p. 194).

Conforme Bruno (2008) nas duas últimas décadas assiste-se a um novo ciclo de conflituosidade no campo, onde de um lado estão os grandes proprietários de terra, empresários do agronegócio e seus portas-vozes e, de outro, trabalhadores rurais sem terra, agricultores familiares e seus mediadores. O campo apresenta duas faces, onde “[...] de um lado, está o agronegócio e sua roupagem da modernidade; de outro, o campo em conflito [...]” (OLIVEIRA, 2013, p. 106).

O processo de construção da imagem do agronegócio oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Todavia, a questão estrutural permanece [...] (FERNANDES, 2013, p. 216).

O discurso é de modernização e desenvolvimento e segundo Alves (2006b) representa uma característica do capital monopolista que ao se apresentar nos lugares onde chega, propaga um discurso da modernidade, colocando-se como base de novos tempos de prosperidade. No entanto, essa dinâmica não soluciona os velhos problemas no campo, pelo contrário, desencadeia outros novos e intensifica as desigualdades.

⁴ O TIAA (*Teachers Insurance and Annuity Association*) é um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos com sede em Nova Iorque (FIAN; REDE; CPT, 2018).

É válido destacar que os “novos” processos que se consolidam no cerrado piauiense decorrentes do agronegócio, assim como da valorização da terra, geram entraves para a territorialização dos assentamentos de reforma agrária, dificultando o acesso à terra e a apropriação do território por parte dos camponeses, conforme veremos na seção seguinte.

CAPÍTULO 2

ENTRAVES PARA A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS FRENTE A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO

2 ENTRAVES PARA A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS FRENTE A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO

2.1 Os assentamentos rurais enquanto territórios no campo

Os assentamentos se configuram como territórios no campo que partem das lutas camponesas. A partir do momento em que os camponeses conquistam e se apropriam da terra encaminham o processo de territorialização e conseqüentemente de constituição do território através dos assentamentos. No entanto, as novas estruturas impostas pelo avanço do capital no campo, se colocam como entraves para a constituição e territorialização destes territórios.

Diante do avanço do agronegócio nas últimas décadas, a questão agrária ainda se coloca como debate central apresentando novas feições tendo em vista as novas formas de apropriação e uso da terra. De acordo com Fernandes, Frederico e Pereira (2019, p. 196)

A territorialização do agronegócio intensificada com investimentos dos fundos financeiros internacionais, mudou a questão agrária, transformando a terra dos latifúndios em terras produtivas, aumento a produção e produzindo conflitos territoriais.

Nessa conjuntura, a territorialização dos assentamentos rurais que se constituem como principal meio de acesso á terra, apresenta fragilidades. Antes de avançar nessa questão, faz-se mister destacar o conceito de território enquanto categoria que direciona para o entendimento das relações sociais e econômicas que se desenrolam no campo.

Raffestin (1993) na leitura que faz a respeito do território destaca sua formação a partir do espaço, considerando para isso a ação de um sujeito, que ao se apropriar de determinado espaço concreta ou abstratamente, territorializa-o. Nesse sentido entende-se que “[...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Sobre isso Andrade (1998, p. 213) enfatiza que

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, deve se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas [...].

Nesse viés, não se pode esquecer de fazer referência ao território dos povos e comunidades tradicionais, pois a idéia de poder não está ligada somente ao poder público, estatal ou de grandes empresas, mas também dos diferentes grupos sociais.

Santos (1998) em seu estudo sobre o território destaca que é o território usado e não o território em si que faz dele um objeto a ser analisado socialmente. Afirma ainda que “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado [...]” (SANTOS, 1998, p. 16).

O entendimento do território tem como foco as relações de poder exercida seja pelos grupos sociais, econômicos, pelas instituições, pelo Estado em determinada porção do espaço geográfico. Assim, pode ser expresso por meio das relações sociais, culturais, políticas e econômicas. Dessa forma, pode se afirmar que o território passa pelas relações de poder “[...] mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito, ou simbólico, de apropriação [...]” (HAESBAERT, 2007, p. 20-21).

Saquet (2006, p. 65-66) contribuindo com a discussão a respeito do território, destaca que

[...] Um território é apropriado e ordenado por relações econômicas, políticas e culturais, sendo que estas relações são internas e externas a cada lugar; é fruto das relações (territorialidades) que existem na sociedade em que vivemos e entre esta e nossa natureza exterior. E estas relações são relações de poder, de dominação e estão presentes num jogo contínuo de submissão, de controle de recursos e de pessoas, no espaço rural, no urbano e em suas articulações.

Diante disso, pode se afirmar que o território se constrói através do movimento exercido por meio das relações que os sujeitos desenvolvem no cotidiano, seja no âmbito político, econômico ou cultural.

Contribuindo com essa questão Haesbaert e Limonad (2007) afirmam que o homem e o território são interdependentes. O homem constrói o território e da mesma forma é construído por ele numa relação de apropriação de determinado espaço. Entende-se dessa forma, que nessa relação de apropriação o homem e o território exercem influência um sobre o outro. Segundo Haesbaert e Limonad (2007, p. 49)

A construção do território resulta da articulação de duas dimensões principais, uma mais material e ligada à esfera político-econômica, outra mais imaterial ou simbólica, ligada sobretudo à esfera da cultura e do conjunto de símbolos e valores partilhados por um grupo social [...].

Temos a configuração do território em território material e imaterial. Conforme Souza (2009) o território se expressa principalmente pelas relações de poder e a dimensão política é antes de mais nada, aquela que o revela, o que não quer dizer, que a cultura e a economia, não sejam considerados relevantes na definição do conceito de território.

No caso dos assentamentos rurais, estes passam pelas diversas dimensões do poder expressas no território, o político quando o Estado cria as políticas públicas, o simbólico através das relações culturais, as relações sociais que se estabelecem entre os próprios assentados, assim como as relações entre estes e os grandes proprietários de terras.

No contexto de territorialização do agronegócio que intensifica a concentração fundiária, os assentamentos rurais aparecem como territórios que vão contra o território do agronegócio, quando possibilitam o acesso a terra aos camponeses sem terras. Diante disso, as relações de poder se ampliam gerando disputas territoriais e conseqüentemente conflitualidade.

Fernandes (2008, p. 203) corrobora sobre a questão da conflitualidade ao dizer que

[...] A conflitualidade é, portanto, um processo em que o conflito é apenas um componente. Esse processo é formado por diversos componentes polarizados como uno – diverso; consenso – crítica; regra – conflito; padronização – variedade; centralização – centralidades; território – territórios. O âmago da conflitualidade é a disputa pelos modelos de desenvolvimento em que os territórios são marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades, ameaçando a consolidação da democracia.

A conflitualidade retrata bem a realidade do campo brasileiro com modelos de desenvolvimento direcionados principalmente para a territorialização do capital no campo que intensifica o processo de exclusão e conseqüentemente a disputa por território. A reforma agrária aparece como modelo contrário ao modelo de desenvolvimento pautado no capital.

Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento (FERNANDES, 2010, p. 541).

É nesse sentido que se pode afirmar que diante do processo de territorialização do agronegócio, a consolidação dos territórios camponeses através dos assentamentos rurais aparece de modo fragilizado, o Estado não tem a pretensão de criar assentamentos no território do agronegócio. No cerrado piauiense, área de expansão da fronteira agrícola, percebe-se que o número de assentamentos, assim como o de famílias assentadas é inexpressivo, como será apresentado no item 2.2.

Pode se dizer que o processo de territorialização dos assentamentos ocorre influenciada pelos reflexos da concentração fundiária que marca o campo o brasileiro, assim como também do desenvolvimento do capitalismo que se faz gerando profundas contradições.

A representatividade dos assentamentos de reforma agrária para os camponeses está na conquista e no acesso à terra que significa o ponto de partida para a construção das condições de reprodução social autônoma que caracteriza a sociabilidade camponesa.

Quando tratamos dos assentamentos rurais enquanto territórios no campo não estamos falando apenas do ponto de vista da conquista da terra, mas da conquista de um território que se constrói e reconstrói ainda no processo de luta e que se materializa com o acesso à terra e através das relações que se estabelecem no cotidiano daqueles que habitam esses espaços.

No entanto, diante das novas questões que permeiam o campo, encaminham reflexões sobre o futuro destes territórios, as políticas de assentamentos não são intensificadas nas áreas de fronteira agrícola, o que facilita o processo de expansão do agronegócio e conseqüentemente sua territorialização.

2.2 A territorialização dos assentamentos rurais no Piauí no contexto de expansão da fronteira agrícola

As discussões empreendidas neste item a respeito da territorialização dos assentamentos rurais no Piauí no contexto de expansão da fronteira agrícola remontam a criação do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em 1985. Entretanto, é importante deixar claro que não desconsideramos como menos importantes os acontecimentos que antecederam esse período e que marcaram a luta pela reforma agrária no Brasil e no Piauí, pois o que temos no pós década de 1980 são reflexos de todos os processos que se estruturaram no campo anteriormente.

A década de 1980 traz na bagagem os reflexos de processos importantes que ocorreram no campo brasileiro no período que a antecede como o processo de modernização da agricultura que deu bases para o desenvolvimento do capitalismo no campo provocando impactos econômicos, sociais, culturais e políticos. Tal processo se fez por um lado gerando riqueza, mas por outro serviu para aprofundar ainda mais as desigualdades sociais e agravar ainda mais a questão agrária do país. Desse modo, pode se afirmar que

[...] a modernização foi um processo brutal de concentração da produção, de concentração da renda e de geração, de outro lado da sua face de miséria. O desenvolvimento capitalista se fez gerando profundas riquezas, concentrando riquezas e concentrando, do outro lado miséria (SILVA, 2013, p. 165).

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura gerou profundas transformações, gerou consequências que recai exatamente sobre os pobres sem terras do campo. A questão agrária tornou-se algo bem mais amplo e nesse caso para tentar solucionar a questão, a reforma agrária também teria que fazer parte de um projeto maior.

No contexto do território do Piauí a década de 1980 também apresenta processos importantes, pois, tem-se nesse período os primeiros passos para a consolidação da modernização agrícola, culminando na inserção do cerrado piauiense como área de fronteira agrícola como já mencionado anteriormente.

O quadro marcado pela concentração fundiária e pela inserção das relações capitalistas no campo brasileiro contribuiu para reacender os movimentos

camponeses na década de 1980 levando a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) de importância significativa por pressionar o Estado a implementar a reforma agrária. Pode se afirmar que a reforma agrária no Brasil é fruto das lutas dos camponeses e de movimentos importantes como as Ligas Camponesas, MST, assim como também a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs). Esses movimentos tem grande representatividade nessa luta que muitas vezes é marcada pela conflitualidade. Como afirma Leite e Ávila (2007, p. 14-15)

[...] na maior parte dos casos, o conflito constitui um elemento importante do processo, sendo em boa medida responsável pela própria atuação do Estado, “chamado” a intervir a partir da pressão dos trabalhadores sem terra e/ou camponeses.

Sobre a reforma agrária no Brasil Veiga (2013) acrescenta que a mesma só entrou na pauta política em dois momentos: um primeiro que foi com a posse de João Goulart logo após a renúncia de Jânio quadros e um segundo momento após a morte de Tancredo quando Sarney assume a presidência. O autor destaca ainda que nesses dois momentos a derrota da reforma agrária esteve ligada à ação das Forças Armadas sendo que no primeiro “[...] a ameaça de muitas outras reformas, além da agrária, gerou uma ditadura militar. No segundo, o temor da Constituinte, além do PNRA, gerou uma tutela militar” (VEIGA, 2013, p. 359).

Com o processo de redemocratização em 1985 vislumbrava-se novos rumos para a reforma agrária, acreditando-se na sua realização

[...] quando a chamada “Nova República” inscreveu a reforma agrária entre suas prioridades. A proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), pautada no Estatuto da terra, lançada durante o 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, estabeleceu metas de longo, médio e curto prazos quanto à extensão de áreas a serem desapropriadas e ao número de famílias a serem assentadas, propondo o estabelecimento de zonas prioritárias de reforma agrária [...] (LEITE *et al.*, 2004, p. 39).

No entanto, a reforma agrária caminha carregada de limitações, nos dois momentos apontados por Veiga, com destaque para o segundo quando da criação do PNRA, a pauta de uma reforma para modificar a estrutura fundiária brasileira não foi efetivamente implementada.

A importância da reforma agrária está em promover uma distribuição igualitária da terra com vistas a modificar a estrutura fundiária concentrada. No

entanto, ela não se limita apenas a distribuição de terras, na medida em que contempla um projeto maior que possibilita o acesso a um conjunto de oportunidades sociais que vão desde o desenvolvimento, à justiça e à igualdade social, além do combate à pobreza (LEITE; ÁVILA, 2007).

Diante de uma questão agrária que se gestou no próprio processo de formação territorial do Brasil, a realização de uma reforma agrária aparece como uma necessidade perante a concentração fundiária do país. Entretanto, a dimensão dessa reforma encontra-se arraigada ao conservadorismo e se movimenta através de um jogo de interesses entre o Estado e as elites agrárias brasileiras.

Com o discurso de desenvolvimento capitalista da agricultura estamos diante de uma contraposição, pois a necessidade de uma reforma agrária se faz presente e isso vai contra os interesses das elites agrárias. Estamos pois frente a dois projetos de desenvolvimento contrários para o campo brasileiro.

Como destacado anteriormente o tema da reforma agrária volta ao debate novamente com o processo de redemocratização, levando à criação do I PNRA em 1985 que segundo Mendonça (2010) objetivava, atender às demandas sociais mais urgentes do campo brasileiro, visando as desapropriações e o assentamento de famílias naquelas áreas de maior incidência de conflito do país, como o Norte – Pará e Maranhão e o Nordeste.

Isso vem demonstrar o verdadeiro sentido da criação do PNRA, visando conter os conflitos por terras no campo brasileiro em um período em que os trabalhadores se organizavam e se mobilizavam, intensificando a luta pela terra e pela reforma agrária no país.

Entretanto, a proposta do PNRA lançada no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais cria oposição por parte de alguns segmentos que vêem a proposta como ameaça aos seus interesses. Nesse sentido,

[...] a indignação com a proposta seria generalizada, envolvendo não apenas latifundiários ou agroindustriais, mas também setores ditos liberais, em função da forma de seu lançamento. Não é demais lembrar que, naquele momento, o movimento dos trabalhadores rurais vinha crescendo na cena política brasileira, justamente quando o país vivenciava o “apogeu” da redemocratização. Com isso o lançamento da proposta em um congresso de trabalhadores acirraria as tensões entre aqueles segmentos que se polarizavam entre os que não aceitavam nenhum princípio de reforma agrária e os que não aceitavam aquele projeto de reforma agrária (MENDONÇA, 2010, p. 93).

A organização destes segmentos que representam a elite agrária brasileira levou a criação da União Democrática Ruralista se opondo a proposta do PNRA. Segundo afirma Leite e Ávila (2007) a criação da UDR vem carregada de uma prática e um discurso contra a realização da reforma agrária e uma defesa explícita da violência no campo, beneficiando assim, a propriedade privada.

Conforme afirma Mendonça (2010) o que estava previsto no PNRA com relação a obtenção de terras consistia na figura jurídica da desapropriação por interesse social, o que faria diferença se comparado aos planos criados anteriormente. Ficava expresso ainda que

O PNRA pretendia o assentamento de 1.400.000 famílias, em 43.090.000 hectares, durante o período 1985-1989. O resultado obtido atesta um índice de 10,5% de realização das metas no total de terras arrecadadas e de 6,4% no total de famílias assentadas (LEITE; ÁVILA, 2007, p. 83).

No entanto, o PNRA não cumpriu com as metas estabelecidas e em sua maioria o assentamento de famílias sem terras ocorreu devido a luta dos trabalhadores por meio das ocupações pressionando o governo a realizar as desapropriações. Diante disso, pode se dizer que “Um dos elementos que contribuiu para o fracasso do PNRA foi a União Democrática Ruralista (UDR), formada pelas elites rurais que lutavam contra a implementação da reforma agrária e em defesa de seus interesses” (OLIVEIRA, 2016, p. 36).

Fernandes (2000) ressalta que a organização dos latifundiários conseguiu minar a criação de uma lei para a reforma agrária, tornando assim, inviável uma solução para a questão agrária. A ação deste grupo político permanece até os dias atuais com a chamada “Bancada Ruralista”, que segue lutando pelos interesses de latifundiários e em defesa do agronegócio.

Nesse sentido, pode se dizer que a reforma agrária proposta no PNRA não ocorreu conforme o previsto limitando-se, portanto, a uma política de assentamentos rurais que tem-se constituído como principal meio de acesso à terra no Brasil. É relevante destacar que

[...] a construção dos assentamentos, principalmente no final da década de 1980, será fruto de arranjos políticos que colocará para o INCRA novos desafios que corresponderiam a aprender fazendo um tipo de trabalho que fugia, naquele momento, à prática utilizada pela instituição que sofrerá pressões por parte das entidades e movimentos sociais para uma resposta rápida na execução de obras de infra-estrutura produtiva (MATTOS JUNIOR, 2010, p. 49).

Conforme Bergamasco e Norber (1996, p. 8) os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novos espaços voltados a produção agrícola por meio das políticas governamentais objetivando o reodernamento do uso da terra. Cabe destacar ainda que “[...] como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e a vida comunitária”.

Contribuindo com a questão da reforma agrária Sabourin (2008) esclarece que sem a organização coletiva dos trabalhadores sem terras que se utilizando das ocupações de propriedades improdutivas, por razões políticas, técnicas e financeiras a reforma agrária no Brasil não teria saído do papel; ao contrário estaria limitada a política de colonização de frentes pioneiras como, os Cerrados de Minas Gerais, Goiás, Maranhão, Piauí e Floresta Amazônica ou à distribuição de terras públicas.

Diante disso, compreende-se a importância dos movimentos dos trabalhadores para a implementação da reforma agrária que embora não se realizando de fato, limitando-se, portanto, a uma política de assentamentos rurais, representa muito para aqueles que lutam pelo acesso à terra.

O Piauí e particularmente a mesorregião sudoeste vem passando por transformações importantes com o processo de modernização agrícola, como mencionado anteriormente. Tal processo trouxe à tona questões importantes, como a questão fundiária e conseqüentemente visibilidade para a realização de uma reforma agrária.

No Piauí, assim como no restante do país a realização de uma reforma agrária não foi implementada efetivamente e os assentamentos rurais vem se constituindo como principal forma de acesso à terra, representando muito para os camponeses, pois nascem de suas lutas revelando a importância das mesmas e dos movimentos sociais para a conquista da terra.

Com relação a questão fundiária no Piauí, de acordo com Andrade e Viana (2016) as primeiras ações do poder público foram no âmbito do governo federal, por meio de projetos de colonização, como a criação, em 1932, do Núcleo colonial de David Caldas com 350 famílias e, em 1959, do Núcleo Colonial do Gurgueia com 260 famílias. No entanto, esses projetos de colonização no estado do Piauí, não provocaram grandes resultados com vistas a modificar a estrutura fundiária.

De acordo com Moraes (2006) o surgimento de recursos financeiros e o financiamento de programas voltados para o desenvolvimento rural, acabaram dando visibilidade, já na década de 1980, ao problema da questão fundiária e ao tema da reforma agrária no Piauí.

Nesse sentido, pode se dizer que a pauta da reforma agrária no estado só passa a ganhar notoriedade por volta da década de 1980 com o processo de modernização agrícola que criou um clima de tensão no campo ainda maior.

Nesse sentido, pode se dizer que a pressão dos movimentos camponeses no estado do Piauí na luta pela terra e por melhorias nas condições de trabalho tornaram-se visíveis. As lutas camponesas foram primordiais para pressionar o poder público à realização da reforma agrária.

Na década de 1980 tem-se os primeiros passos para a formação do MST no estado do Piauí, de grande importância na luta pela terra juntamente com a Comissão Pastoral da Terra, a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Piauí (FETAG) e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

De acordo com Silva (2012) a primeira ocupação de terras organizada pelo MST no estado, ocorreu no município de São João do Piauí. O autor esclarece ainda que

As articulações para essa ação iniciaram em 1985, logo após a realização do *1º Congresso Nacional dos Sem Terra*, e estão associadas ao trabalho de setores católicos vinculados à luta pela terra, de sindicatos de trabalhadores rurais da região de Picos e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que forneceram o apoio necessário à constituição do movimento no Estado (SILVA, 2012, p. 48 grifo do autor).

Como fruto dessa atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra temos o primeiro assentamento do Piauí, conquistado por meio de uma ocupação: o Assentamento Marrecas.

As famílias do atual assentamento Marrecas, segundo Silva (2012, p. 68), permaneceram acampadas durante cinco anos e a “firme determinação de permanecer na terra transformou em realidade o sonho de homens e mulheres que historicamente estiveram alijados do acesso à terra”. A importância da resistência camponesa para a conquista da terra se evidencia, sendo o assentamento Marrecas reconhecido como o primeiro assentamento do Piauí criado por meio de uma ocupação organizada pelo MST.

Cabe mencionar que se destaca na questão da reforma agrária no Piauí a criação do Instituto de Terras (INTERPI) por volta de 1980 e que começa a atuar na implementação dos assentamentos rurais a partir de 1983 (SANTOS, 2007).

Percebe-se que esse período da criação do Instituto de terras do Piauí tem origem exatamente em um momento em que os movimentos dos trabalhadores passam a se fortalecer e a se articular novamente na luta pela reforma agrária em âmbito nacional e no período em que o Brasil passa pelo processo de redemocratização e o tema da reforma agrária volta ao debate, culminando na criação do PNRA.

É válido ressaltar que nos primeiros anos da criação do PNRA o número de assentamentos e de famílias assentadas no estado do Piauí ainda é tímido, passando a se elevar somente a partir de 1990. No quadro 2 apresentamos os dados referentes ao número de assentamentos criados e famílias assentadas entre a década de 1980 a 2002.

Quadro 2 – Número de Assentamentos criados e Famílias assentadas no Piauí (1987-2002)

Período	Nº de Assentamentos criados	Nº de Famílias assentadas
1987-1994	22	1.676
1995-2002	188	14.499
Total	210	16.175

Fonte: INCRA, Relatório SIPRA (2017). Org. Oliveira, 2019.

Como se pode observar o número tanto de assentamentos criados, como o de famílias assentadas até 1994 é significativamente reduzido se comparado aos anos posteriores. Esse período de 1987-1994 corresponde exatamente a época dos governos de José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco, gestões estas que não apontam grandes avanços com relação a reforma agrária.

Segundo Leite e Ávila (2007) no governo Collor houve um desmonte do aparato público e a criação de assentamentos e a arrecadação de terras praticamente limitaram-se a concluir aquilo que se iniciara na gestão anterior. Já no governo de Itamar Franco, os autores destacam que o tema da reforma agrária volta a ganhar espaço, especialmente quando foi associado à questão da fome e da segurança alimentar.

No entanto, o Piauí chega a década de 1990 apenas com 7 assentamentos criados e o número de famílias assentadas só passa a ganhar expressividade a partir desse período. O que fica claro que nos primeiros anos de criação do PNRA⁵ o andamento para a implementação de uma reforma agrária no estado ainda era lento.

Nota-se portanto que a política de assentamentos no Piauí somente passa a evoluir a partir da década de 1990 e mais precisamente na década de 1995-2002 período que corresponde ao governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Esse período aparece com um número de famílias assentadas superior aos anos anteriores, totalizando 14.499 famílias.

No entanto, apesar destes importantes avanços segundo Santos (2007), os resultados mais positivos da implementação de assentamentos rurais no estado do Piauí tornam-se visíveis a partir da década de 1990 tendo em vista os programas sociais e de financiamentos estabelecidos no Plano Nacional de Reforma Agrária sendo eles, o Programa Fundo de Terras para a Reforma Agrária e o Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Esses programas fazem parte das políticas fundiárias neoliberais⁶ ampliadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, dando início a um modelo de reforma agrária orientada pelo mercado com financiamento do Banco Mundial. Nesse caso, os camponeses sem terras poderiam acessá-la por meio da compra, o que muda o verdadeiro sentido da realização de uma reforma agrária baseada na desapropriação por interesse social.

Pode se dizer, portanto, que mesmo com a criação do INTERPI e a implementação do PNRA, a intensificação da política de assentamentos no Piauí só passou a ganhar visibilidade com as políticas fundiárias neoliberais, o que representa um ponto negativo do ponto de vista do verdadeiro sentido da reforma agrária.

Essas políticas são implementadas visando o acesso à terra por meio da compra e venda mediada pelo Estado servindo como meio de controlar os conflitos por terra. No entanto, adotar essas políticas para acessar à terra pode levar muitos

⁵ “No Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), elaborado no Governo Sarney (1986-1989) a meta era assentar 99.900 famílias até 1989 no Piauí” (ANDRADE; VIANA, 2016, p. 86).

⁶ De acordo com Ramos Filho (2013, p. 34) “A lógica central das políticas fundiárias neoliberais reside na conversão da terra como mercadoria, na liberalização das formas de acesso à terra pelos camponeses pobres, nos estímulos às políticas de arrendamento, na promoção de títulos alienáveis e na eliminação da posse comunitária”.

dos camponeses a adquirirem dívidas. A reforma agrária orientada pelo mercado, na verdade representa uma contrarreforma agrária. A respeito da Reforma Agrária de Mercado (RAM), Ramos Filho (2013, p. 33) afirma que

Em diferentes realidades, verifica-se que os camponeses pobres sempre dispõem de pouca ou nenhuma informação para realizar as negociações, colocando-os em situação de desvantagem frente aos proprietários. Os níveis de informações sobre os mercados, procedimentos burocráticos e direitos são muito incipientes, colocando estes sujeitos na condição de presas fáceis para a atuação dos corretores fundiários que atuam a mando dos interesses dos fazendeiros, da ação do clientelismo político etc., cujos efeitos são inócuos para eliminação da corrupção na transação imobiliária em questão.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso a reforma agrária se baseou nesses termos e aparece como o período que mais assentou famílias. Esse fato se explica pela atuação dos movimentos sociais, com destaque para o MST através das ocupações pressionando o Estado a intervir e assim realizar a reforma agrária.

Pode-se dizer que no governo FHC a tão esperada reforma agrária limitou-se ao assentamento de famílias em áreas já ocupadas pelos movimentos sociais, à regularização fundiária, assim como também ao discurso de reforma agrária via mercado, evidenciando uma continuação da contrarreforma agrária durante esse governo (OLIVEIRA, 2016, p. 40).

Sucedendo o governo FHC, temos o governo Lula com primeiro mandato em 2003 que traz a esperança de realização de uma reforma agrária ampla com a criação de um II Plano Nacional de Reforma Agrária que traz como título “Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural”⁷. A meta do II PNRA era o assentamento de 400 mil famílias em projetos de reforma agrária, no entanto, o que ocorreu na prática foi a continuidade das políticas de assentamentos rurais do governo anterior.

A realidade da reforma agrária no Piauí no governo Lula aponta um número de famílias assentadas menor do que nos anos anteriores. Temos em média 273 assentamentos criados durante os dois mandatos de Lula, mas com um número de famílias modesto, como se pode conferir no quadro 3.

⁷ Esse plano vislumbrava, ser inovador em relação aos modelos criados anteriormente buscando fazer dos assentamentos espaços de produção e qualidade de vida relacionados ao desenvolvimento territorial (BRASIL, 2004, p. 15).

Quadro 3 – Número de Assentamentos criados e Famílias assentadas no Piauí no período (2003-2017).

Período	Nº de Assentamentos criados	Nº de Famílias assentadas
2003-2010	273	14.296
2011-2017	15	584
Total	288	14.880

Fonte: INCRA, Relatório SIPRA (2017). Org.: Oliveira, 2019.

Percebe-se no quadro que o número de assentamentos criados de 2003 a 2010 período correspondente aos dois mandatos de Lula é maior do que aqueles que foram criados nos governos anteriores, no entanto, o número de famílias assentadas com total de 14.296 é um pouco inferior quando comparado ao período do governo FHC que assentou 14.499 Famílias.

Do total de famílias assentadas durante a gestão de Lula temos 7.838 famílias em projetos de assentamentos estaduais e municipais reconhecidos pelo INCRA e 5.623 famílias assentadas em projetos de assentamentos criados através de desapropriações o que demonstra que no período de vigência do II PNRA a política de reforma agrária no Piauí permanece lenta e ineficaz.

Diante disso, pode se dizer que a realização de uma reforma agrária ampla no governo Lula como constava no II PNRA, não aconteceu de fato. Segundo Fernandes (2013a) após as suas duas gestões a realização de uma reforma agrária permanece como um desafio para o Brasil. O que houve na gestão de Lula foi o fortalecimento do agronegócio favorecendo assim a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa.

[...] Embora o governo Lula tenha praticado diversas políticas de desenvolvimento da agricultura camponesa, estas não foram suficientes para diminuir os níveis de subalternidade do campesinato ao agronegócio e tampouco para realizar uma reforma agrária plena (FERNANDES, 2013a, p. 193).

De acordo com Oliveira (2011) o II PNRA foi criado pelo governo Lula com vigência de 2003/2007, mas chegou ao seu final e nenhum outro plano de reforma agrária foi elaborado desde então, deixando esta de fazer parte dos planos deste governo a partir de 2008. Pode se afirmar, portanto, que este inicia e finaliza o seu segundo mandato (2007-2010) sem priorizar a política de reforma agrária.

É importante destacarmos que esse quadro tem continuidade na primeira gestão do governo de Dilma Rousseff (2011-2014) que também não colocou a reforma agrária como prioridade. O número de famílias beneficiadas com assentamentos nesse período no Piauí foi o pior se comparado ao governo de FHC e Lula.

Durante a primeira gestão de Dilma Rousseff, temos 12 assentamentos criados no estado do Piauí, com um número de apenas 541 famílias assentadas o que contribui significativamente para a manutenção da estrutura fundiária concentrada no estado. Na segunda gestão de Dilma que seria de 2014-2018, não chegando a finalizar o cargo por ser destituída por um processo de impeachment, temos apenas 1 assentamento criado no Piauí em 2015, beneficiando apenas 43 famílias. Corroborando com a questão da reforma agrária Fernandes (2014, p. 8) destaca que

[...] Nós temos um forte recuo com o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária que não foi desenvolvido, tivemos outro recuo com o segundo Plano de Reforma Agrária que foi implantado parcialmente e agora a governo Dilma colocou a Reforma Agrária dentro do “Brasil sem Miséria”, que é uma política compensatória, de subalternidade e que coloca de novo o campesinato dentro dessa possibilidade de subalternidade, ou seja, não colocou numa perspectiva ofensiva, mas numa perspectiva passiva. Estamos em refluxo, resistindo, mas em refluxo.

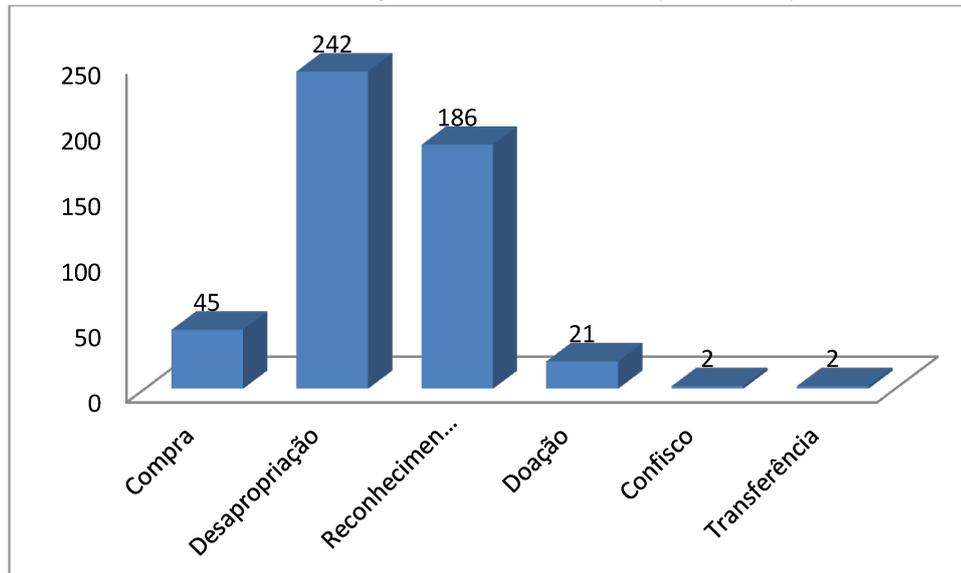
Com relação aos tipos de assentamentos rurais do estado do Piauí, destacam-se como principais, os projetos de Assentamentos Federais com 307 assentamentos criados e os projetos de Assentamentos Estaduais reconhecidos pelo INCRA com um total de 169 assentamentos.

A espacialização maior dos PAs pelo estado, ocorre principalmente no Norte e Centro-Norte. Além dos Projetos de Assentamentos Federais e Estaduais, temos 19 Projetos de Assentamento Casulo, 1 Resex e 2 Projetos de Desenvolvimento Sustentável.⁸

⁸ **Projetos de Assentamentos Federais (PA):** desde a obtenção da terra, criação do projeto e seleção dos beneficiários fica sob responsabilidade da União através do INCRA. **Projetos de Assentamentos Estaduais (PE):** a forma de obtenção da terra, criação do projeto e seleção dos beneficiários fica a encargo das Unidades Federativas e ao incra cabe o reconhecimento dos PEs como projetos de reforma agrária. **Projeto de Assentamento Casulo:** pode ser criado pelo município ou pela União, diferenciando-se pela proximidade à centros urbanos e geralmente pelas atividades agrícolas intensivas e tecnificadas. **Resex:** as áreas de reservas extrativistas (Resex) são reconhecidas pelo Incra como projetos de assentamentos, viabilizando o acesso das comunidades aos direitos básicos estabelecidos para a reforma agrária. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS):** implementado para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (rebeirinhos, comunidades

Dentre as políticas de obtenção de terras adotadas para fins de reforma agrária no estado do Piauí, temos a compra e venda de terras, a desapropriação, o reconhecimento, confisco, doação e transferência⁹ (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Políticas de Obtenção de Terras no Piauí (1987-2017)



Fonte: INCRA, Relatório SIPRA (2017).

Evidentemente que dentre as políticas de obtenção de terras as que mais se destacam são a desapropriação, reconhecimento e compra de terras. As desapropriações são frutos principalmente das pressões dos movimentos sociais que levam o Estado a intervir e a implementar os projetos de reforma agrária. Com relação ao reconhecimento, este não é capaz de provocar alterações na estrutura fundiária na medida em que faz parte da política de regularização fundiária. No que diz respeito a compra de terras, que representa a reforma agrária de mercado, além de favorecer determinados proprietários, com a compra de suas terras, estabelece alguns assentamentos cuja organização posterior apresenta problemas, exatamente vinculados à ausência de mobilização coletiva e da luta (OLIVEIRA, 2016).

extrativistas etc.) com obtenção da terra, criação do projeto e seleção dos beneficiários realizado pelo Incra (Texto extraído do site oficial do Incra). Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>. Acesso em: 10 jul. 2019.

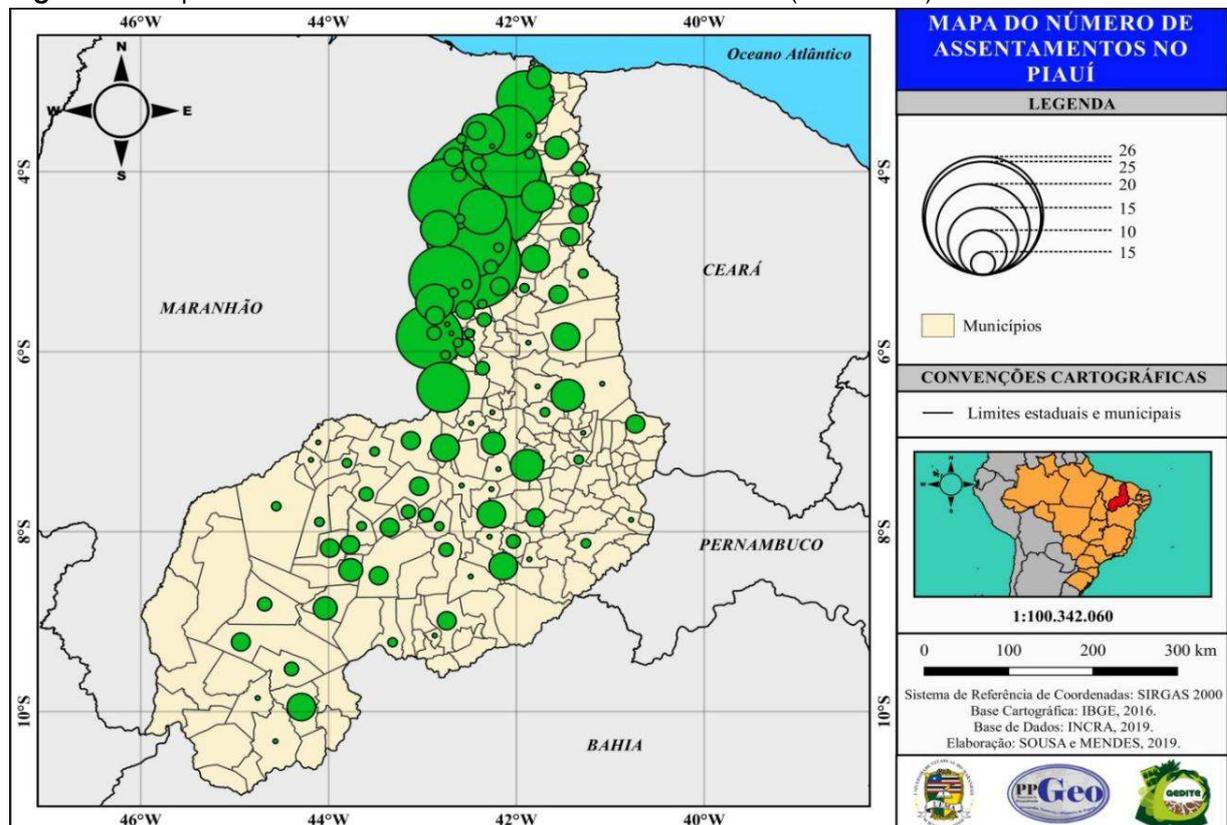
⁹ **Desapropriação:** se destaca como uma das políticas de obtenção de terras que mais tem beneficiado o assentamento de famílias, sendo responsável pela criação da maioria dos assentamentos federais. **Reconhecimento:** política de regularização fundiária que se caracteriza por regularizar mediante títulos a situação de camponeses que vivem “irregularmente” em terras devolutas. **Compra:** No caso da política de obtenção de terras por meio da compra, é o INCRA o responsável pela compra das terras e implantação dos projetos de reforma agrária. **Transferência:** “[...] a Transferência ocorre quando o INCRA transfere o direito de uso das terras pertencentes ao instituto ou a União para as famílias beneficiadas pela Reforma Agrária [...]” (ROCHA, 2013, p. 66).

Portanto, diante do recuo na implementação de uma reforma agrária ampla e eficiente, o Piauí chega a 2017 com 499 projetos de reforma agrária numa área de 1.393.325,5400 ha, com capacidade para 34.345 famílias, mas com um total 31.170 famílias beneficiadas (INCRA, 2017). Pode se afirmar que a política de assentamentos está longe de ser efetivamente uma reforma agrária, já que a estrutura fundiária não se altera, continuando a terra concentrada.

No Piauí pouco mais de 3% dos estabelecimentos agropecuários, com áreas superiores a 500 ha, concentram mais de 46% da área total ocupada por esses estabelecimentos no estado. Em contraste, a pequena propriedade aparece com um número expressivo de estabelecimentos, embora ocupe uma área proporcionalmente bastante inferior. Aqueles estabelecimentos agropecuários com áreas de até 100 ha correspondem a 81% dos existentes no estado, embora ocupem apenas 26% da área total (IBGE, 2006).

A questão da propriedade da terra se acentua ainda mais no contexto de expansão da fronteira agrícola no cerrado piauiense, processo que vem tornando a terra nessas áreas cada vez mais valorizadas. A política de assentamentos no cerrado não tem sido intensificada (Figura 7).

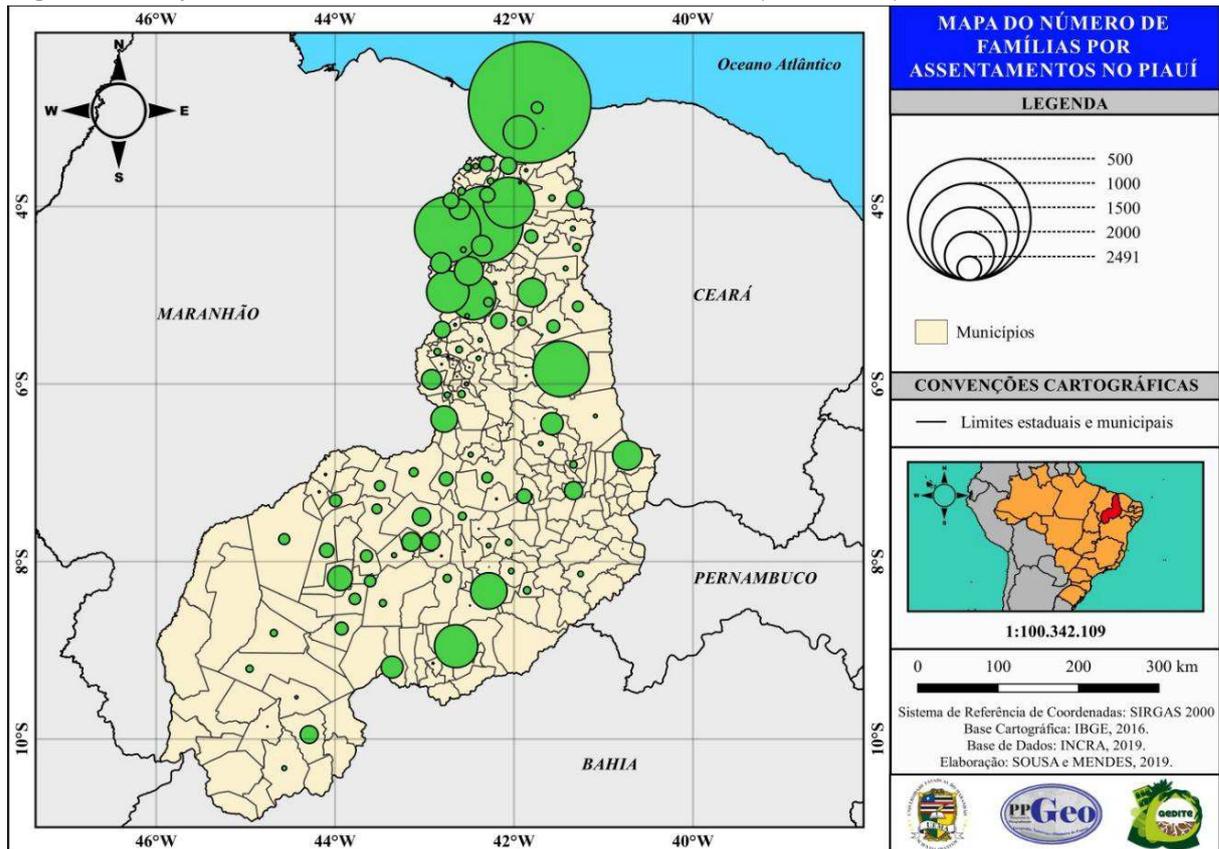
Figura 7 – Mapa do Número de Assentamentos criados no Piauí (1987-2017)



Fonte: INCRA (2019).

Como mencionado anteriormente o Piauí chega a 2017 com 499 assentamentos de reforma agrária, no entanto, observa-se no mapa que grande parte destes projetos encontram-se territorializados principalmente na região Norte e Centro Norte do estado. Isso se evidencia também com o número de famílias assentadas (Figura 8).

Figura 8 – Mapa do Número de Famílias Assentadas no Piauí (1987-2017)



Fonte: INCRA (2019).

Nota-se no mapa que o número de famílias por assentamentos no Piauí, mostra-se inexpressivo na mesorregião sudoeste do estado que corresponde exatamente a região de expansão da fronteira agrícola marcada pelo avanço do agronegócio da soja e que, portanto, isso explica o “vazio” com relação ao número de famílias assentadas nessa região.

Isso mostra como o governo vem favorecendo a agricultura capitalista à medida que não intensifica a implementação de projetos de reforma agrária nas regiões de fronteira agrícola. A respeito disso, Oliveira (2011) contribui ao dizer que a não reforma agrária do governo do PT esteve marcada no princípio de não realizá-

la nas áreas onde o agronegócio é dominante, e realizá-la apenas nas áreas onde ela possa favorecê-lo.

A terra nas áreas de avanço do agronegócio, como é o caso da região sudoeste do Piauí, torna-se super valorizada movimentando o mercado de terras. Além disso a grilagem de terras nessas áreas é marcante o que dificulta o processo de apropriação do território pelos camponeses. Todas essas questões colocam-se como entraves para a territorialização das políticas de assentamentos rurais no contexto de expansão da fronteira agrícola no Piauí

Além dessas questões os movimentos sociais têm concentrado suas ações mais ao norte do estado do Piauí, sem muita articulação no cerrado e sem organização na luta pelo acesso à terra, os camponeses assistem seus territórios serem devorados pelo domínio do agronegócio.

Evidenciamos até aqui o processo de territorialização dos assentamentos rurais no Piauí no contexto de expansão da fronteira agrícola elencando os avanços e os entraves desse processo.

No entanto, entendemos que ainda há muito a ser feito com relação a questão agrária piauiense, pois não estamos diante apenas da problemática da concentração fundiária, mas do avanço do capital no campo o que acrescenta novos elementos à questão agrária do estado, necessitando pois de avanços com relação a realização de uma reforma agrária no estado que possibilite o acesso à terra e proporcione condições para a permanência dos camponeses na mesma.

Para visualizarmos a questão da reforma agrária e os problemas relacionados aos desafios dos camponeses pela permanência na terra no contexto de avanço da fronteira agrícola, será evidenciado no próximo capítulo o Assentamento Fazenda Flores, localizado no sudoeste do Piauí, região que como mencionado anteriormente integra a fronteira agrícola brasileira.

CAPÍTULO 3

A TRAJETÓRIA DO ASSENTAMENTO FAZENDA FLORES E OS DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA DOS CAMPONESES FRENTE AO AVANÇO DO MATOPIBA

com uma área de agricultura moderna considerável. O que explica o fato deste ser conhecido como “a capital do agronegócio”.

Ressalta-se ainda que o município abriga muitos migrantes sulistas, o que atribui traços marcantes da cultura gaúcha, o que acaba influenciando nas características da população (RUFO; ARAÚJO SOBRINHO, 2015).

De acordo com informações do IBGE (2010a), o município de Bom Jesus está na condição de um dos centros de povoamento mais antigos do Estado do Piauí, tendo em vista que as primeiras habitações datam do século XVIII. Com base no último censo, o município conta com uma população de 22.629 habitantes e com densidade demográfica de 4.14 (hab/km²).

Com relação ao município de Currais, este também destaca-se como um dos principais produtores de grãos do estado do Piauí. Este município tem uma história de emancipação, segundo o IBGE, foi elevado à categoria de município e distrito em 1994, sendo desmembrando do município de Bom Jesus. Sua população de acordo com o censo (2010) é de 4.704 habitantes e sua densidade demográfica apresenta-se com 1,49 (hab/km²) (IBGE, 2010b).

Nesse sentido, cabe destacar que é nessa estrutura, entre esses dois municípios que se destacam entre os principais produtores de soja do Piauí, ambos localizados na mesorregião sudoeste piauiense e microrregião do Alto Médio Gurgueia, que encontra-se localizado o Projeto de Assentamento Fazenda Flores. “Partindo-se de Currais no sentido de Bom Jesus, por estrada municipal, percorre-se 0,5 km, atinge-se o Projeto de Assentamento”¹⁰.

O assentamento Fazenda Flores é fruto de uma desapropriação de uma propriedade improdutiva realizada pelo Incra no ano de 2003. O processo de desapropriação foi formalizado pela Comissão Pastoral da Terra do Estado do Piauí, visando fiscalizar o cumprimento da função social da terra¹¹.

A trajetória do PA Fazenda Flores nos revela uma história onde algumas famílias estavam na terra na condição de arrendatários e outras na condição de posseiros, muitos deles estando na terra há mais de 16 anos. Conforme relatado em entrevista

¹⁰ Trecho extraído do Projeto de Exploração Anual do assentamento Fazenda Flores. Janeiro de 2006. Teresina-PI.

¹¹ Informações cedidas pelo INCRA-PI por meio do portal Lei de Acesso a Informação.

Eu trabalhava como arrendatário, agora assim, tinha muita gente que trabalhava sem pagar renda porque eram posseiro que trabalhava no baixão e eu trabalhava na beira do ri, o dono do terreno ficava mais lá na vazante, ele só arrendava esse povo que trabalhava lá. Aí eu trabalhava lá e pagava a renda, pagava 1 pra ele e 3 pra mim (Entrevista A)¹².

De acordo com informações concedidas pelo Incra o imóvel no qual foi implantado o projeto de assentamento era de propriedade do Sr. Prudente Benvindo de Sousa e com vistoria realizada pelo Incra entre os dias 29 e 30 de outubro de 2003, o imóvel foi classificado como grande propriedade improdutiva. Dessa forma, “o imóvel foi recomendado para desapropriação para fins de reforma agrária, com capacidade de assentamento estimada em 35 famílias”¹³.

Muitas das famílias não tinham condições de pagar uma renda, pois o que era produzido era apenas para sua subsistência. Por volta do ano de 2001 através de um jogo de interesses, um político da região estava articulando as famílias para que o acesso à terra a qual elas já estavam a anos se desse por meio de financiamento junto ao Banco da Terra. A respeito disso o representante da Comissão Pastoral da Terra Regional-PI relata que

O padre da cidade, o padre Josevaldo que hoje tá em Bom Jesus, me ligou e disse, olha, aqui tá tendo um problema. Eu queria que você viesse até aqui pra gente resolver o problema aqui que querem fazer o povo comprar uma terra. Aí eu fui lá numa reunião, sentei lá atrás e tava um político, dizendo “olha, tá aqui e todo mundo tem que entrar na associação, aquele que não entrar, não pode mais plantar, não pode ficar nem dentro mais. Lembro que o padre interrogou “mas esse povo tá muitos anos aí dentro, tem gente que tá a 60 anos dentro dessa terra, e os direitos?” Aí o político “lamento, mas não existe esse negócio de dieito mais não, isso acabou, é uma lei que foi extinta. Aí eu pedi a palavra e perguntei “porque você disse que acabou o direito de posse?” Porque até agora estava tudo ok (Entrevista B)¹⁴.

Isso vem revelar a questão da valorização da terra nas áreas de fronteira agrícola. A terra, um bem comum e principal meio de subsistência dos camponeses passa a ser tratada como mercadoria e estes muitas vezes sem informação acabam se deixando levar, correndo o risco de adquirirem dívidas e perderem suas terras. O contexto na qual se inicia o processo de consolidação do assentamento, é exatamente o período em que o agronegócio passa se expandir no cerrado piauiense dando bases para a valorização da terra.

¹² Entrevista A realizada no dia 28 setembro de 2018.

¹³ Conforme informações do INCRA-PI.

¹⁴ Entrevista B realizada no dia 03 de outubro de 2018.

Diante desses processos é válido destacar a força e a importância de organizações como CPT e Sindicatos na luta pela terra e pelos direitos dos trabalhadores, pois foi através dessas duas organizações que se encaminhou o processo de luta pela desapropriação da terra, como se pode perceber na fala da entrevistada assentada e ex presidente do STR de Currais

Nós desarticulamos esse político, compramo-se uma briga, fomos ameaçado de morte, inclusive o compadre Altamiram teve que sair escondido por que foi ameaçado pelos trabalhadores e por esse político da região, por que os trabalhadores queriam a terra e nós fomos tentar explicar, mas ali eles já tinham trabalhado a mente dos trabalhadores que o bom era aquilo ali (Entrevista C)¹⁵.

As famílias já trabalhavam na terra e buscavam o direito de permanecer na mesma, pois era de onde elas tiravam o seu sustento. No entanto, de acordo com entrevista “os trabalhadores não tinham ainda a idéia o quê que eles iam ficar devendo” (Entrevista C), caso a terra fosse vendida ao Banco da Terra.

A partir daí iniciou-se um processo de articulação entre Comissão Pastoral da Terra e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Currais no sentido de sensibilizar os trabalhadores a se organizarem para conquistar a terra que não fosse por meio da venda. Feito isso, o representante da CPT relata

Eu fiz o ofício, eu e Cláudia assinamos, ela pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Currais e eu pela Comissão Pastoral da Terra e mandei pelo ônibus e um colega meu pegou e já levou para o Incra. Foi encaminhado e falei, tá tudo encaminhado, agora só quero levar uma relação dos que poderão ser assentados, expliquei todo o processo, a diferença do assentamento que o rapaz queria criar e a diferença da reforma agrária pelo Incra (Entrevista B).

Diante disso, conforme expresso em uma das entrevistas

[...] os trabalhadores caíram em si, chamou nós pra organizar e começamo um processo de organização daquela comunidade, daquele povo. A gente fez várias reuniões na comunidade de preparação como que se daria essa desapropriação, o quê que era mesmo uma desapropriação (...) aí o Sindicato e a CPT em 2003 encaminhou um ofício, em 2004 foi desapropriada a área, a gente passou para a seleção das famílias, durante 2003 e 2004 a gente foi fazendo reuniões, mobilizações, curso de associativismo e até de relações humanas a gente fez e aí a gente conseguiu desapropriar essa área [...] (Entrevista C).

Percebe-se que na trajetória do atual PA Fazenda Flores, não houve grande articulação e organização por parte das famílias na luta pela conquista da

¹⁵ Entrevista C realizada no dia 19 de janeiro de 2018.

terra, e todo o processo inicial esteve sob competência da Comissão Pastoral da Terra e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Currais. Isso traz como reflexão a respeito da fragilidade no fortalecimento da luta pela terra no cerrado piauiense. Segundo destacado pelo representante da CPT

Naquela região, só a CPT atua, os outros movimentos não conseguem chegar, eles alegam a questão da distância. Tem a Fetag que chega também via seus sindicatos, mas de 10 sindicatos, você tem dois que realmente tem a bandeira para a reforma agrária (Entrevista B).

O processo inicial de desapropriação ocorre em 2003, mas o Projeto de Assentamento “foi criado em 30 de novembro de 2004, denominado PA Fazenda Flores, com área registrada de 2.604, 5000ha e área medida de 3.175, 0366ha”¹⁶.

Com relação ao número de famílias, o PA teve sua capacidade de assentamento aumentada para 58 lotes familiares, em relação a anterior que tinha capacidade estimada em 35 famílias. Atualmente conta na RB 58 famílias e a representação legal é a Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Taboca PA Flores¹⁷(Figura 10). Taboca é como as famílias chamam o assentamento, pois essa era denominação da comunidade antes de passar a ser área de assentamento. Fazenda Flores é a denominação do INCRA.

Figura 10 - Estrutura física da associação do assentamento



Fonte: A autora (2018).

¹⁶ Conforme o Projeto de Exploração Anual do Assentamento Fazenda Flores. Janeiro de 2006. Teresina-PI.

¹⁷ Projeto de Exploração Anual do PA Fazenda Flores. Janeiro de 2006. Teresina-PI.

O cadastro das famílias beneficiadas foi realizado através da organização da CPT e Sindicato de Currais durante as reuniões realizadas dentro da área do assentamento no ano de 2003. Segundo entrevista do representante da CPT, durante as reuniões foram aparecendo muitas pessoas, mas a prioridade era para quem realmente estava dentro da área.

É importante destacar que havia aquelas famílias que estavam dentro da terra e também aquelas que desenvolviam suas atividades produtivas na terra, mas moravam na cidade de Currais, como se pode perceber nos trechos abaixo

Nós tem nossa casa lá nos Currais, mas nós viemo embora pra cá, abandonamo lá e viemo por que justamente nós precisava de um lugar pra nós trabalhar. Minha casa até hoje ta lá abandonada, mas eu voltar pra lá nem pensar, pra morar não [...] minha morada é aqui (Entrevista D)¹⁸.

Eu tenho uma casa lá na cidade, larguei pra vir praqui e daqui com fé em Deus só pro cemitério. Eu trabalhava lá na cidade, antes de eu vim pra cá, mas voltava pra cá. Morava em Currais. Mas eu tinha minha casinha na roça (Entrevista E)¹⁹.

Dessa forma, pode se dizer que a terra além de lugar de sustento da família, passou a ser também lugar de moradia, nota-se que há um vínculo com a terra, enquanto a cidade parece ficar no passado.

Isso denota a importância e representatividade dos assentamentos de reforma agrária, que apesar do seu caráter contraditório, representam a principal política pública de acesso a terra no Brasil e consequentemente no estado do Piauí.

Os assentados do PA Fazenda Flores se identificam como lavradores, como bem relata um dos assentados “eu me considero um lavrador, porque desde criança que trabaio na roça, andei pelo mundo uns tempo, mas voltei pra roça de novo” (Entrevista F)²⁰. As famílias vivem uma vida simples, do trabalho na roça, desenvolvendo atividades produtivas tradicionais voltadas principalmente para o provisionamento familiar. Dentre estas atividades destacam-se o plantio de feijão, melancia, mandioca, milho, abóbora (Figura 11).

¹⁸ Entrevista realizada no dia 20 de janeiro de 2018.

¹⁹ Entrevista realizada no dia 28 de setembro de 2018.

²⁰ Entrevista realizada no dia 30 de setembro de 2018

Figura 11 – Plantio de feijão e de mandioca no PA Fazenda Flores



Fonte: A autora (2018).

No entanto, devido as condições climáticas e a falta de políticas públicas os assentados enfrentam dificuldades para desenvolverem suas atividades, como expresso em entrevista

A gente vai compra o óleo pra levar pra botar no trator e arar a terra lá na beira do rio, cada um tem seu pedacim, aí vai compra o óleo, manda arar e ainda paga por fora, aí vamo plantar aquele feijãozim, leva o motor, com toda dificuldade, ai a gente vai e planta aquele pedacim ali, leva o motor e molha. Tem que molhar, jogando água do rio, pra gente poder apanhar pelo meno um feijãozim (Entrevista D).

A área na qual os assentados desenvolvem suas atividades produtivas fica nas proximidades do rio Gurguéia e os recursos hídricos disponíveis no assentamento são oriundos deste rio (Figura 12)

Figura 12 – Motor bomba instalado no rio Gurguéia



Fonte: A autora (2018).

Diante dos problemas com as condições climáticas, o motor instalado no rio Gurguéia é o meio que os assentados utilizam para irrigarem suas plantações quando passa o período das chuvas.

Com relação a vegetação do PA encontra-se aquela de cerrado subcaducifólio ou caatinga. Na linguagem local a área do assentamento se encontra entre formações de chapadas que como mencionado anteriormente são aquelas prioritárias para o desenvolvimento da agricultura moderna, a caatinga e os baixões²¹.

A maioria das famílias desenvolve a agricultura nas proximidades do rio Gurguéia, mas há aquelas que fazem seus plantios na sede do assentamento, na própria unidade familiar (Figura 13).

Figura 13 – Plantio de mandioca na sede do assentamento



Fonte: A autora (2018).

Cabe destacar que as famílias vivem também da criação de animais, como aves, suínos e bovinos, voltado principalmente para a subsistência (Figura 14).

²¹ O baixão é o lugar de desenvolvimento da agricultura de provisão: o arroz, o feijão, a fava, a mandioca e o milho que são cultivados em escala adequada à provisão alimentar (MORAES, 2009).

Figura 14 – Criação de suínos e bovinos no assentamento



Fonte: A autora (2018).

A criação de suínos é na própria sede do assentamento, já o gado é criado solto. Esse registro do gado solto foi feito nas proximidades do rio Gurguéia, próximas as áreas onde os assentados desenvolvem suas atividades agrícolas e é onde o gado obtém sua pastagem. Segundo os entrevistados, da criação de animais o que vendem as vezes, são os bovinos para as cidades vizinhas.

A realidade do PA Fazenda Flores vem reafirmar a questão de que só a criação dos assentamentos não é suficiente, exigindo-se a criação e a implementação de infraestrutura social e produtiva que garanta serviços básicos e condições de produção satisfatórias. Tais condições cobram a elaboração de políticas públicas que possam promover o desenvolvimento desses territórios e consequentemente das famílias beneficiadas.

No contexto em que o assentamento se insere, em uma região de fronteira agrícola, as políticas públicas tornam-se ainda mais necessárias, pois os camponeses são deixados de lado diante do processo de modernização da agricultura.

3.2 As fragilidades das políticas públicas para a consolidação do Assentamento

Com relação as políticas públicas voltadas para a consolidação do assentamento, temos uma dinâmica em que, após o cadastro das famílias iniciara-se as mobilizações no ano de 2004 por meio da CPT e STR de Currais juntamente

com as famílias para a obtenção de recursos junto ao INCRA, que permitissem a efetivação das moradias no assentamento.

Dessa forma, iniciam-se o processo de construção das casas, processo marcado por inúmeras dificuldades, como relatado pelos assentados.

Ganhei o lote aqui, graças a Deus, nós tava precisando, nós ganhamo essa casa e é como eu lhe falei, pra nós construir ela, até hoje tem o buraco que nós cavemo, botamo um plástico, aí vinha a pipa d' água e enchia e quando não tinha água da pipa, nós pegava quando chovia, as vezes vinha um chuva grossa e ajuntava água na estrada e nós pegava (Entrevista D). A construção das casas eles deram 5.000 reais pra levantar a construção, mas aí o dinheiro não dava, aí entrou todo mundo, cada qual entrou com sua mão de obra pra ajudar, as vezes até gastamo dinheiro pra completar por que os 5.000 não dava. Mas concluímo, foi feito as casa. Aqui era seco, nós aproveitava água do inverno que empossava aí, pra nós fazer a massa pra levantar as parede (Entrevista G)²².

Nesse sentido é importante ressaltar que a construção das casas se deu por meio da organização das famílias em regime de mutirão, sem a presença de empresas construtoras (Figuras 15 e 16).

Figura 15 – Sede do Assentamento Fazenda Flores-PI



Fonte: A autora (2018).

²² Entrevista realizada no dia 20 de janeiro de 2018.

Figura 16 – Moradia no Assentamento Fazenda Flores-PI.



Fonte: A autora (2018).

Como se pôde perceber, umas das maiores dificuldades para a construção das casas, além do pouco recurso disponibilizado, foi a questão da falta de água. Fato que leva os camponeses a questionar o modelo de reforma agrária existente, conforme expresso em entrevista

Eu até questiono hoje o modelo de reforma agrária que tem. Chega, tá aqui a terra e aí tem que fazer primeiro as casa, eu questiono direto, que modelo de reforma agrária é esse, como é que a gente vai construir a casa se não tem água. Que eu acho que num pimeiro momento seria chegar a água. Eu questiono isso com o governo, seja com quem for, aonde for preciso, por que eu não concordo com o modelo de reforma agrária que tem nesse país, ele tem que melhorar e muito (Entrevista C).

Isso vem revelar a questão da fragilidade da reforma agrária, como a falta de infraestrutura na fase inicial de implantação do projeto. Por outro lado mostra a força e a importância da organização das famílias, pois de acordo com os entrevistados nessa fase de obtenção de recursos, como para a construção das unidades familiares, a comunidade estava organizada, lutando coletivamente o que contribuiu significativamente para a consolidação do atual assentamento.

A gente se organizou e nós conseguimos, foi muito organizado no início, depois veio umas indiferença, mas no início nós fomos muito organizado, por isso que nós conquistamos, por que nós tava muito unido. Nós fizemos reunião, se organizamos na associação, foi tudo muito rápido, com unidade, com união a gente consegue (Entrevista G).

Além da construção das casas as famílias receberam também na fase inicial de implementação do assentamento cestas básicas, ferramentas, como arame para a construção de cercas.

Sobre os recursos recebidos pelos assentados após a construção das casas um entrevistado relata “depois nós tivemos aqui crédito semi-árido de 1.500 por pessoa, o crédito apoio inicial que era 2.400, 400 era pra compra de alimentos e 2.000 pra compra de insumos agrícolas [...] outro passo importante foi a compra de 4 motor bomba”. (Entrevista G) (Figura 17).

Figura 17 - Ações desenvolvidas no assentamento no período de consolidação

VII - AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO PA FLORES				
DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS	assent.	58	400,00	23.200,00
PERFURAÇÃO E REVESTIMENTO DE POÇO TUBULAR COM 120m DE PROFUNDIDADE	poço	1	10.870,00	10.870,00
AQUISIÇÃO DE GRUPO GERADOR DE 7,5KVA, BOMBA SUBMERSA DE 4,5CV, CAIXA D'ÁGUA DE 10.000L, CANOS E ACESSÓRIOS.	unid.	1	22.154,75	22.154,75
SULCADOR 2 LINHAS	unid.	1	3.772,00	3.772,00
PNEU TRATOR	unid.	1	1.570,00	1.570,00
CARRO DE MÃO	unid.	47	85,00	3.995,00
PÁ	unid.	20	20,00	400,00
CAVADEIRA	unid.	41	30,00	1.230,00
ROÇADEIRA	unid.	38	10,00	380,00
ARAME	rolo	401	120,00	48.120,00
GRAMPO	kg	449	5,00	2.245,00
PLANTADEIRA	unid.	37	40,00	1.480,00
ENXADA	unid.	43	10,00	430,00
CHOCADEIRA	unid.	1	650,00	650,00
NOVILHA LEITEIRA	cab.	20	600,00	12.000,00
GARROTA LEITEIRA	cab.	30	320,00	9.600,00
REPRODUTOR BOVINO	cab.	1	960,00	960,00
MATRIZ SUÍNO	cab.	34	150,00	5.100,00
MATRIZ OVINO	cab.	45	80,00	3.600,00
GALINHA	cab.	17	10,00	170,00
FRANGA	cab.	22	5,00	110,00
TRATOR DE ESTEIRA	hora	37	130,00	4.810,00
TRATOR DE PNEU	hora	80,5	70,00	5.635,00
MOTOBOMBA	unid.	4	9.650,00	38.600,00
MACHADO	unid.	40	55,00	2.200,00
PULVERIZADOR COSTAL 20l	unid.	9	190,00	1.710,00
FACÃO	unid.	30	15,00	450,00
ENXÓ	unid.	3	12,00	36,00
MARTELO	unid.	8	14,00	112,00
TELA	m	1.319	4,00	5.276,00
TAMBOR PLÁSTICO	unid.	6	65,00	390,00
TAMBOR DE ZINCO	unid.	1	35,00	35,00
MANGUEIRA 32mm	m	600	0,60	360,00
BOTA DE COURO	par	6	23,00	138,00
ENXADECO	unid.	11	14,00	154,00
MUDA DE CAJU	muda	667	1,50	1.000,50
CAIXA D'ÁGUA 310 l	unid.	10	120,00	1.200,00
CAIXA D'ÁGUA 500 l	unid.	21	150,00	3.150,00
CAIXA D'ÁGUA 1.000l	unid.	16	250,00	4.000,00
LONA 8x7	unid.	2	280,00	560,00
REPRODUTOR OVINO	cab.	1	150,00	150,00
POÇO CACIMBÃO	unid.	2	930,00	1.860,00
MÁQUINA FORRAGEIRA	unid.	1	1.876,00	1.876,00
PISTOLA PARA VACINAÇÃO	unid.	1	152,00	152,00
MANILHAS	unid.	6	40,00	240,00
EVENTUAIS (Sobra)	vb.	1	68,75	68,75
TOTAL				226.200,00

Fonte: Plano de Exploração Anual do PA (2006).

O quadro faz parte do Projeto de Exploração Anual do Assentamento das ações a serem desenvolvidas no PA e data de 2006. Essas ações estão distribuídas entre o Crédito Apoio - alimentos; Crédito Apoio - ferramentas, equipamentos, insumos e semoventes e o Crédito Apoio - adicional do semi-árido.

Dos equipamentos contidos no quadro, o trator é algo que falta no assentamento, pois, as famílias quando necessitam da máquina para arar a terra, por exemplo, precisam solicitar no município de Currais. Um dos entrevistados acrescenta “nós precisamos muito de infraestrutura, a infraestrutura ainda é muito precária e nós precisamos muito disso principalmente de uma máquina agrícola que eles precisa muito e a gente tem buscado, mas não tem sido fácil” (Entrevista H)²³.

O PA conta ainda com energia, água encanada por meio do poço que há no assentamento, no entanto, as famílias reclamam da falta de água, muitas vezes por problemas técnicos.

O que se pôde perceber é que os lavradores vivem com uma infraestrutura mínima, contando somente com as casas, energia elétrica e água encanada. Ao ser questionado sobre a moradia, um dos entrevistados revelou

Num tá bom não, por que as casa são pequenininha, os cupim, cheio de cupim. A gente já não tem uma condição pra ajeitar. Aí disseram que vinha uma reforma das casa e essas reforma dessas casas nunca chegou, até hoje nós espera (Entrevista D).

Diante disso, pode se compreender a realidade do PA Fazenda Flores na mesorregião sudoeste piauiense que vem se destacando nas duas últimas décadas como parte da região do MATOPIBA. Isso traz a tona questões importantes, pois, enquanto os camponeses vivem com o mínimo, o agronegócio se expande cada vez mais por meio de incentivos fiscais do Estado. No assentamento Fazenda Flores, na fala de um dos entrevistados o mesmo destaca que “ falta mesmo é recurso, ajuda do poder público que não tem, se o poder público investisse pelo menos na agricultura, aí era um passo importante” (Entrevista G).

De acordo com os entrevistados os recursos mencionados foram os únicos direcionados ao assentamento, depois de consolidado não houve mais a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social e econômico do PA.

²³ Entrevista H realizada no dia 29 de setembro de 2018.

Diante disso, pode se perceber que os poucos recursos direcionados para o assentamento Fazenda Flores é um dos desafios enfrentados pelos camponeses, no entanto, estes continuam resistindo para permanecer na terra.

3.3 Implicações internas e externas para a permanência dos camponeses no Assentamento Fazenda Flores

Os projetos de desenvolvimento para o campo brasileiro são marcados por contradições, pois, ao invés de solucionar os problemas, tornam-os cada vez mais complexos. Assim se observa na mesorregião sudoeste piauiense que vem sendo palco de transformações, como mencionado em seção anterior. A apropriação desta região pela dinâmica da agricultura moderna intensifica a problemática da questão fundiária e conseqüentemente as desigualdades no campo.

Isso fica claro quando se observa a realidade precária do assentamento Fazenda Flores, onde os camponeses enfrentam dificuldades, com questões sociais e econômicas que implicam a sua permanência na terra. As famílias vivem em uma condição em que conquistaram a terra, mas não possuem as condições necessárias para que possam se desenvolver socialmente e economicamente, como destacado em entrevista

A gente vê assim, uma questão muito difícil dessa apropriação que embora a gente seja no assentamento, já tenha a terra, mas nós não tem ainda a apropriação do território como total, tanto no geral como no local do assentamento que a gente vive, por que? Porque chega a terra, mas não chega as políticas públicas de permanência nesse território. Então a gente não tem uma legalização total dessa área na região, é uma área muito de latifundiário, que o latifundiário é quem manda (Entrevista C).

A realidade mostra que, enquanto o Estado direciona investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento da agricultura moderna no cerrado piauiense, os camponeses resistem para permanecer em seus territórios sem recurso e sem assistência.

Um dos entrevistados acrescenta que é uma questão difícil e que sofrem, pois não conseguem sobreviver apenas da terra, desenvolvendo somente a agricultura, para sobreviver alguns saem para trabalhar em atividades vinculadas ao agronegócio.

Eles tem que sair pra fora, trabalhar no cerrado, porque eles não consegue se alimentar daquele alimento o ano todo porque falta água e as vezes né todo agricultor, camponês que tem aquela condição de comprar um motor pra trabalhar durante o ano, no período do verão, pra molhar as plantação, então eles planta mais é no inverno (Entrevista I)²⁴.

Aqueles que saem para trabalhar no cerrado, a atividade desenvolvida está relacionada ao trabalho braçal conforme mencionado durante entrevista “eu ainda trabaiei uma vez na serra, 12 dias, juntando rama pra produzir soja” (Entrevista J)²⁵.

Essa é a realidade vivenciada no cerrado, pois, muitas vezes pela frágil escolaridade, a mão de obra dos trabalhadores da região é utilizada no desenvolvimento de atividades como a mencionada acima pelo entrevistado, enquanto a mão de obra qualificada vem de fora do estado.

É importante ressaltar que esse processo traz a tona uma questão importante sobre o trabalho assalariado no campo que corrobora com o debate sobre o fim ou permanência do campesinato frente a territorialização do capital.

O que se pôde perceber é que muitos dos assentados não tem conhecimento de que estão em uma região de fronteira agrícola e frente ao processo de expansão do capital no campo por meio do agronegócio. Enquanto outros vêem o agronegócio como desenvolvimento e oportunidade de emprego.

O pessoal tem essa questão de dizer que o agronegócio traz um impacto muito grande ao meio ambiente, pra mim não, eu acho que a questão da soja trabalha com a tecnologia e acompanhamento, eu acho que não traz tanto prejuizo a questão do meio ambiente não, eu acho que traz um resultado muito bom que é gerar emprego e renda pra essa região (...) eu acho que a questão do agronegócio não influenciou muito na questão dos pequeno não, acho que melhorou muito porque além de gerar emprego, tem colocado muitas pessoas no mercado de trabalho (Entrevista H).

Em uma região na qual o foco volta-se para a agricultura moderna, onde as oportunidades não foram e não são ofertadas aos povos do campo, esse processo aparece para muitos como novos tempos de oportunidades.

Por outro lado é válido mencionar que esse processo tem intensificado a problemática da questão fundiária a medida em que a terra torna-se valorizada, abrindo caminho para a grilagem de terras. No PA Fazenda Flores um dos desafios que as famílias vêm enfretando é com relação a grilagem dentro da área do assentamento. Em uma região onde a grilagem de terras é muito forte, os

²⁴ Entrevista I realizada no dia 30 de setembro de 2018.

²⁵ Entrevista J realizada no dia 30 de setembro de 2018.

assentados preocupam-se com o futuro do assentamento, caso essa problemática não seja solucionada. No depoimento do representante da CPT, o mesmo diz ter conhecimento de três pessoas que grilaram terras no PA

Hoje lá dentro tem 3, tem 1 que é funcionário do ICMBIO, ele tem um processo na Justiça Federal, ele grilou dentro do assentamento pra mais de 200 há, um outro grilou mais de 100 há dentro do assentamento, 1 gaúcho lá grilou mais de 300 há do assentamento [...] eles visam a especulação (Entrevista B).

O mesmo acrescentou que a questão da valorização da terra, da especulação torna-se um negócio grandioso no cerrado piauiense e todas as comunidades acabam sendo impactadas seja pelo agronegócio ou pela questão da grilagem.

Durante o trabalho de campo no assentamento Fazenda Flores, observou-se que os assentados sentem-se inseguros com relação aos casos de grilagem que vem ocorrendo na área do assentamento, pois, para eles isso se torna um conflito, como explicitado no trecho de entrevista

Os grileiros que num tem terra e querem entrar no terreno que o governo desapropriou pra essas 58 famílias e eles querem entrar dizendo que tem direito nessa parte. Tem outro que tá lá no mei da terra dizendo que é uma terra que ele comprou. Eu não sei pra quê eles querem. Eu sei que eles entra e é um conflito grande porque os associado não quer deixar eles aí dento, aí o Incra nunca vem resolver o pobrema (Entrevista L)²⁶.

Com relação a posição do Incra sobre os casos de grilagem no assentamento, é importante destacar, conforme explicado pelo técnico agrícola do Incra durante a entrevista

Assim, a situação geral do Flores, lá tinha grilagem dentro da área, o rapaz dizia que era dono de uma parte da área, eu não tenho conhecimento se já foi resolvido, inclusive eu andei notificando esse invasor, na época era só uma pessoa que fez um desmatamento com trator. Eu não sei se tem casos atualmente, porque é com a ouvidoria do Incra e não sei se foi resolvido esse problema (Entrevista M)²⁷.

Para solucionar a questão da grilagem de terras no assentamento os assentados estão em busca da divisão dos lotes. Eles acreditam que ao dividirem os lotes cada um toma conta do seu e a grilagem possa vir a diminuir. Isso fica claro no trecho que segue

²⁶ Entrevista L realizada no dia 01 de outubro de 2018.

²⁷ Entrevista M realizada no dia 25 de setembro de 2018.

O primeiro desafio que nós tamo enfrentando aí, com fé em Deus vamo se organizar primeiro, é fazer a dividição de lotes, que o georreferenciador que nós tamo esperando, a gente ta correndo atrás pra da tudo certo. Por que assim [...] esse é um dos maiores desafios nossos, por que [...] nós temo muito grileiro aqui, todo lado aí um quer dar uma puxada, como aqui a terra é muito boa, produtiva e tem o valor alto, eles sempre quer ta puxando um pouquinho. Inclusive nós temos muitos conflitos sobre isso. Nós já fomo por justiça e tudo e a gente fazendo esse loteamento tirando um pedaço pra cada um, cada qual vai tomar conta do que é seu e aí eu acho que diminui, nós queremos que diminua, com fé em Deus é pra diminuir. É um dos maior desafio nosso (Entrevista N)²⁸.

Os assentados não possuem o título da terra, mas apenas um documento provisório com validade de cinco anos e essa é uma das questões que deixa-os inseguros com relação a grilagem de terras, a falta de um documento definitivo que comprove a posse da terra. O técnico agrícola do Incra destacou que

Na Fazenda Flores nenhum tem título, lá inclusive tá num processo, porque o Incra tá sem condições de fazer loteamento, lá o assentamento é comunitário, eles tão num processo de discussão pra eles mesmo pagarem a empresa pra fazer o loteamento pra poder o Incra titular. Já fizeram uma reunião, não deu certo porque queria entrar como pessoa física e o Incra não aceita, tem que ser pessoa jurídica. Fizeram outra reunião, o Incra já deu autorização pra fazer o loteamento, só que lá tem um grupinho de assentamento que é minoria que não quer fazer o pagamento (Entrevista M).

Com relação ao valor a ser pago pelos assentados para a empresa realizar o loteamento foi determinado que cada assentado pagaria mil e quinhentos reais parcelado em cinco vezes. Durante o trabalho de campo pôde se compreender que muitos assentados discordam desse valor por não disporem de condições financeiras, para eles o Incra deveria ser o responsável pela divisão dos lotes.

Diante disso, compreende-se que todas essas questões se colocam como implicações externas para a permanência no assentamento. O processo de expansão do capital no cerrado piauiense levanta o questionamento sobre o futuro dos assentamentos de reforma agrária e das comunidades.

Outra questão que tem fragilizado a vivência no assentamento e conseqüentemente o seu desenvolvimento, diz respeito ao espírito de individualidade com que se relacionam os assentados atualmente. Toda coletividade e organização que marcou e contribuiu para o processo de consolidação do assentamento, hoje dar lugar a individualidade.

²⁸ Entrevista N realizada no dia 20 de janeiro de 2018.

A associação do assentamento encontra-se dividida o que dificulta as relações entre os assentados e até mesmo a busca por políticas públicas. Dessa forma, compreende-se que um dos grandes problemas no assentamento também é a falta de organização política entre os assentados.

Essa dinâmica de individualidade que marca o assentamento hoje, fica clara quando um dos assentados afirma que

Hoje nós tem dificuldade, o assentamento parou, ta dividido e onde há divisão não há construção, se não somar, principalmente numa conjuntura que hoje estamos que são sonegados todos os direitos dos trabalhadores ao longo dos tempos. Então se já estava difícil e complicado, complicou mais ainda e aí você parte de uma estrutura que ta abalada em divisão das pessoas de uma comunidade que se veem todo dia e tem essa divisão, aí complica mais ainda (Entrevista C).

A questão da individualidade que existe hoje no assentamento, onde segundo relatado pelos entrevistados, não há mais a organização que existia quando o assentamento foi criado, o espírito de coletividade entre os assentados encontra-se fragilizado, o que acaba muitas vezes dificultando o processo de luta pela permanência na terra.

Se nós tivesse forte e organizado com certeza não deixaria entrar, mas que tão entrando e o desafio é muito grande, como é que nós vamos combater pra essas pessoas não entrar e daqui a pouco se entra 1, entra outro, daqui a pouco nós não tem mais a área não (Entrevista C).

Sendo assim, nota-se que essa dinâmica dificulta até mesmo o processo de luta dos assentados para conter os casos de grilagem no assentamento, pois falta articulação, politização entre os mesmos. O assentamento é coletivo, no entanto os assentados não tem experiência em trabalho coletivo.

Outra questão importante é com relação a educação e saúde no assentamento, pois há uma precariedade, não há escola no assentamento e para que as crianças possam estudar precisam se deslocar até a cidade de Currais.

Nós vivenciamos uma dificuldade, por que nós somos área de assentamento e nossos filhos vai estudar na cidade e aí como é que nós vamo ta trabalhando o espirito desse jovem de permanência no campo se eles tão trabalhando uma educação diferenciada. O ônibus passa todo dia em nossas portas e leva, mas a maioria das mães “será que esses filhos estão indo mesmo pra escola?” “será que estão dentro de sala de aula?” Nós tamo num processo de ver se consegue, por que nós não temos lá nem uma escola, nem posto de saúde, é um assentamento que só tem mesmo a moradia normal (Entrevista C).

Tal fato traz uma reflexão relevante sobre o futuro do campo e do campesinato, em um contexto de fechamento de escolas voltadas para o campo que faz com que cada vez mais crianças e jovens saiam para estudar na cidade, em uma realidade diferente da sua. A respeito desse processo

Daqui uns dias nós vamos ficar lá velhos, sozinhos por que os jovens vão estudar outra metodologia e não vão querer voltar para o campo. Por que você ver que a educação hoje trabalha o espírito do exôdo rural, dos jovens sair do campo pra cidade e da cidade não voltar mais para o campo (Entrevista C).

Segundo relatado pelos entrevistados no assentamento tem o lugar para a construção da escola, de um posto de saúde e de uma praça, mas que nunca saiu do papel. Para que os assentados tenham atendimento médico precisam se deslocar até a cidade de Currais ou Bom Jesus.

Além disso, segundo relatado por um dos entrevistados o fato da área do assentamento está localizada entre dois municípios, dificulta a busca por recursos, os assentados não sabem a que município devem recorrer.

Nós tamo num conflito muito grande da área geográfica. Isso atrapalha, por exemplo, quando tem o seguro safra, bolsa família, por que é contado pela área do imóvel. O seguro safra muitos trabalhadores tamo passando por várias dificuldades dessas políticas, por que o garantia safra é contado pelo imóvel, imóvel rural...aí como ele ta registrado em Bom Jesus e a gente mora em Currais, vota em Currais...aí a gente vem pra Bom Jesus e eles dizem "não, vocês tem que procurar Currais. Nós tem esse conflito geográfico que não é bom para a comunidade (Entrevista C).

Nota-se que inúmeras questões marcam a realidade vivenciada pelos assentados no assentamento Fazenda Flores, questões essas que se refletem na permanência destes no território.

A trajetória do assentamento é marcada por dificuldades desde a fase de consolidação e após a conquista da terra os assentados enfrentam os desafios para permanecer na terra conquistada. No trecho do depoimento abaixo isso é reforçado

Eu acho que eles aqui têm coragem porque eles trabalham com recurso próprio deles, num tem apoio, a secretaria de agricultura do município, pode dizer que o apoio é zero. As vezes têm um gado na roça, precisa da pipa pra colocar água, mas num tem. O desafio deles é grande, eles tem sido muito corajoso nesse sentido (Entrevista H).

Todas essas questões revelam as contradições existentes com relação a modernização no campo. Uma modernização que não está ao alcance de todos, descortinando-se de modo excludente.

A realidade do Projeto de Assentamento Fazenda Flores vem reforçar a verdadeira face da política de assentamentos rurais, de que a luta não se encerra com o acesso à terra, a luta continua pela permanência na terra, por condições sociais, políticas e econômicas dignas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de modernização da agricultura provocou transformações significativas no campo brasileiro. Essa dinâmica aprofundou a questão agrária do país intensificando a concentração fundiária e conseqüentemente as desigualdades no campo. Os camponeses não estavam somente diante da questão fundiária, mas também da territorialização do capital.

O Piauí, e mais especificamente a mesorregião sudoeste do estado, não ficou de fora desse processo de modernização da agricultura. Com os investimentos e incentivos fiscais estatais direcionados ao desenvolvimento da agricultura por volta da década de 1970, a região passou por transformações significativas.

A mesorregião sudoeste que tinha características baseada em atividades pecuaristas, a partir de 1990 passou a despontar através da produção de grãos, dinâmica que ganhou notoriedade contribuindo para a inserção do território à fronteira agrícola brasileira.

A expansão da fronteira agrícola tendo como base o agronegócio da soja deu bases para a apropriação do cerrado piauiense. Os cerrados que se caracterizavam pelo desenvolvimento de atividades produtivas tradicionais, atualmente apresentam características modernas com imposição de infraestrutura, tecnologia.

A produção de soja no cerrado tem-se destacado nas últimas décadas em detrimento da produção camponesa que se desenvolve em espaços reduzidos por meio de práticas tradicionais.

A apropriação do cerrado pelo agronegócio produz novas territorialidades e novas formas de uso da terra. A terra é usada como reserva de valor, o que contribui para ascender o mercado de terras, que traz como consequência a intensificação da concentração fundiária e da grilagem de terras.

Essas transformações decorrentes do processo de expansão da fronteira agrícola se refletem principalmente no campo, intensificando os conflitos e dificultando a apropriação da terra pelos camponeses.

A política de assentamentos rurais que possui grande representatividade como principal meio de acesso a terra, nessa conjuntura de avanço do agronegócio, não tem sido intensificada no cerrado piauiense, como verificado anteriormente.

Quando não se assenta, a concentração fundiária permanece intocada, o que favorece a consolidação do território do agronegócio e fragiliza a consolidação do território camponês.

Diante desses novos processos, a luta dos camponeses não é somente a luta pelo acesso a terra, mas a luta pelo território, para permanecer no território. Para que ocorra a territorialização efetiva dos assentamentos e conseqüentemente a consolidação do território camponês, não cabe somente o acesso a terra, é necessário que as condições de permanência sejam direcionadas e intensificadas.

O Projeto de Assentamento Fazenda Flores que se encontra diante da estrutura de avanço do MATOPIBA, teve os primeiros passos para sua consolidação no período em que o agronegócio da soja no Piauí começa a se expandir dando bases para o surgimento de um mercado de terras.

Nesse contexto, a área do atual assentamento, como destacado anteriormente, por meio de interesses estava sendo proposta para venda ao Banco da Terra. No entanto, através da articulação entre STR e CPT, conscientizando no início, os lavradores sobre as conseqüências da venda e lutando para que os mesmos conquistassem a terra por meio de uma desapropriação, a área foi desapropriada para fins de reforma agrária. A articulação entre STR e CPT demonstra a importância dessas organizações na luta pela e para a conquista da terra.

Após os lavradores acessarem a terra por meio do processo de desapropriação realizado pelo Incra, foi o momento dos mesmos se organizarem para conquistarem as políticas públicas necessárias para o desenvolvimento social e econômico do assentamento.

No entanto, o que se pôde perceber é que essas políticas apresentam fragilidades tanto pelos poucos recursos disponibilizados, quanto pelo fato de que a realidade dos assentados é marcada pela pobreza e desigualdade.

Os lavradores desenvolvem suas atividades produtivas sem assistência e sem investimentos por parte do poder público. Equanto na outra linha, o Estado apoia e investe no desenvolvimento da agricultura moderna no cerrado piauiense.

O que se pôde compreender é que questões externas como a falta de políticas públicas para que os lavradores possam se reproduzir economicamente e socialmente, falta de infraestrutura, assim como o fato do assentamento está situado entre dois dos principais municípios produtores de soja e conseqüentemente onde

se tem um mercado de terras em ascensão que abre caminho para a grilagem, como os casos de grilagem que vem ocorrendo dentro da área do assentamento, coloca os assentados em situação de vulnerabilidade.

Além disso, implicações internas como a falta de articulação entre os próprios assentados e associação do assentamento, a falta de experiência em trabalho coletivo tornam-se um problema e dificultam o processo de organização e luta dos lavradores contra todas as questões que marcam a realidade do assentamento atualmente.

Todas essas questões tornam-se implicações e entraves para a permanência dos assentados no território do assentamento. No entanto as famílias permanecem na terra e mesmo diante dos problemas, aquele território tem um significado e representatividade para elas, isso ficou claro quando as mesmas declararam que gostam de morar ali e irão permanecer. Portanto, o território representa a possibilidade de vida em meio aos efeitos de exclusão e expropriação provocados pelo aprofundamento da questão agrária.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vicente Eudes Lemos. A expansão da soja e o processo de urbanização nos cerrados piauienses. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMERICA LATINA, 10., 2005. **Anais...** São Paulo, mar. 2005. p. 651-667.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. As bases históricas da formação territorial piauiense. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p 55-76, jul./dez. 2003.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. As novas dinâmicas socioespaciais introduzidas pelo agronegócio nos cerrados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins. In: BERNARDES, Julia Adão; BRANDÃO FILHO, José Bertoldo (Orgs.). **A territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Ed. Arquímedes, 2009a. p. 151-175.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses**: formação territorial no império do agronegócio. 2006. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006a.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. O mercado de terras nos cerrados piauienses: modernização e exclusão. **Agrária**, São Paulo, n. 10/11, p. 73-98, 2009b.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. Os cerrados piauienses e sua nova lógica de reprodução capitalista. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006b.p. 235-258.

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 213-220.

ANDRADE, Patrícia Soares de; VIANA, Masilene Rocha. Entre o avanço do agronegócio e as políticas de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense. **Revista NERA**, Presidente Prudente, a. 19, n. 30, p. 80-97, jan./abr. 2016.

BANDEIRA, Wilian Jorge. Os programas e projetos governamentais e seus efeitos sobre a estrutura agrária piauiense no pós-70. 1993. 494 f. Tese (Doutorado em economia) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

BARBOSA JÚNIOR, Paulo Antônio; ESPINDOLA, Giovana Mira de; CARNEIRO, Edilson Lívio Neves da Costa. Cartografias do Piauí: relacionando infraestrutura e desenvolvimento social. **Revista Geografica Acadêmica**, Roraima, v. 10, n. 1, p. 56-68, 2016.

BECKER, Bertha K; EGLER, Claudio A. G. **Brasil**: uma nova potência regional na economia-mundo. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORBER, Luiz Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERNARDES, Júlia Adão. Fronteiras da agricultura moderna no Cerrado Norte/Nordeste: descontinuidades e permanências. . In: BERNARDES, Julia Adão; BRANDÃO FILHO, José Bertoldo (Orgs.). **A territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Ed. Arquímedes, 2009. p. 13-39.

BONFIM, Washington Luís de Sousa; SANTOS JÚNIOR, Raimundo Batista dos. Formação política. In: SANTANA, R.N. Monteiro de (Org.). **Piauí**: formação, desenvolvimento, perspectivas. Teresina: Halley, 1995. p. 43-54.

BRANDÃO FILHO, José Bertoldo. Dilemas e desafios da pequena produção agrícola frente à expansão do agronegócio no Piauí. In: BERNARDES, Júlia Adão; BRANDÃO FILHO, José Bertoldo (Orgs.). **A territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Ed. Arquímedes, 2009. p. 115-136.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília: MDA, 2004.

BRUNO, Regina. Agronegócio e novos modos de conflituosidade. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 83-103.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo – Brasil 2007-2017**. Goiânia, GO: CPT Nacional-Brasil, 2017.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965/2012). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. p. 25-82.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Grupo de Inteligência Territorial Estratégica. Caracterização Caracterização Territorial Estratégica do MATOPIBA. São Paulo: GITE-EMBRAPA, 2015. Disponível em: www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/150211_MATOPIBA_v3.0_website.pdf. Acesso: 22 jul. 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013a. p. 191-205.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Sociedade e Território**, Natal, v. 14, n. 1, p. 7-16, jan./jun. 2000.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013b. p. 173-237.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 197-215.

FERNANDES, Bernardo Maçano; WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Maçano (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 45-69.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: SPÓSITO, Eliseu Savério; SANT'ANNA NETO, João Lima (Orgs.). **Uma geografia em movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 505-559.

FERNANDES, Bernardo Maçano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. Acumulação pela renda da terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 47, p. 173-201, 2019.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Conflitualidades, reforma agrária e desenvolvimento. **Campo Território: Revista de Geografia Agrária**, p. 1-10, jun. 2014.

FIAN INTERNATIONAL; REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Os custos ambientais e humanos do negócio de terras: o caso do MATOPIBA, Brasil**. 2018. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Os-Custos-Ambientais-e-Humanos-do-Nego%CC%81cio-de-Terras-.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2019.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geografia**, Niterói, ano IX, n. 17, p. 19-46, 2007.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Etc: Espaço, tempo e crítica**, Niterói, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago. 2007.

HAESBAERT, Rogério. "Gaúchos" e baianos no "novo" Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 367-415.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção agrícola municipal**: 1990-2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção agrícola municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**: Bom Jesus. 2010a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/bom-jesus/panorama>. Acesso em: 26 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**: Currais. 2010b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/currais/panorama>. Acesso em: 26 jul. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Projetos de reforma agrária conforme fase de implementação**. 2017.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEITE, Sérgio *et al.* **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura – IICA, 2004.

LEITE, Sérgio Pereira; ÁVILA, Rodrigo Vieira de. **Um futuro para o campo**: reforma agrária e desenvolvimento social. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O entroncamento das políticas agrárias no Maranhão**: encontros e desencontros institucionais na microrregião geográfica de Itapecuru Mirim. 311 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

MENDONÇA, Sonia Regina. A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 17-29.

MENDES, Felipe. Formação econômica. In: SANTANA, R.N. Monteiro de. (Org.). **Piauí**: formação, desenvolvimento, perspectivas. Teresina: Halley, 1995.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Crise do capital global, natureza e agronegócio. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **A questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 17-35.

MONTEIRO, Maria do Socorro Lira; AGUIAR, Teresinha de Jesus Alves. Ocupação do cerrado piauiense: valorização fundiária e consequências ambientais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. p. 211-233.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. Do destino pastoril à vocação agrícola: modernização agrícola nos cerrados e inflexões discursivas nas narrativas mestras do Piauí. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. p. 173-210.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. Um *povo do cerrado* entre *baixões e chapadas*: modo de vida e crise ecológica de camponeses (as) nos cerrados do sudoeste piauiense. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias: estratégias de reprodução social. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p.131-161.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo Lula. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 13., 2011. **Anais....** Costa Rica: EGAL, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 103-172.

OLIVEIRA, Jucelia Maria Rocha. **O impacto das políticas públicas no assentamento Baixão do Arvoredo**. 2016. 87 f. Monografia (Graduação em Licenciatura Plena em Geografia) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2016.

PEIXINHO, Dimas Moraes; SCOPEL, Iraci. A territorialização da agricultura moderna no Piauí. In: BERNARDES, Julia Adão; BRANDÃO FILHO, José Bertoldo (Orgs.). **A territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Ed. Arquímedes, 2009. p. 89-113.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural os casos do MST, CONTAG e MARAM**: subordinação e resistência camponesa. São Paulo, Buenos Aires: Outras Expressões, 2013.

RIBEIRO, May Waddington Telles. O processo de territorialização de gerações de agricultores de Baixão no Piauí. **Ruris**, v. 7, n. 1, p. 153-180, mar. 2013.

ROCHA, Herivelto Fernandes. **Produção territorial das reformas agrárias no Brasil**. 2013. 242 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

RUFO, Tiago Fernandes; ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz. O processo histórico de formação territorial do estado do Piauí e as transformações recentes na mesorregião do sudoeste piauiense. **Espaço & Geografia**, v. 18, n. 1, p. 121-160. 2015.

SABOURIN, Eric. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Estud. Soc. Agric**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 151-184, 2008.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. **O espírito do capitalismo na ocupação dos cerrados da Bahia e do Piauí**. Feira de Santana: Ed. UEFS, 2015.

SANTOS, Josafá Ribeiro dos. **A questão agrária no Piauí e as políticas de sustentabilidade para os assentamentos rurais**: a experiência do assentamento Quilombo em Altos/José de Freitas-PI. 2007. 147 f. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 15-20.

SAQUET, Marcos Aurélio. Campo-território: considerações teórico-metodológicas. **Campo-território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2006.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton *et al* (Orgs.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 282-311.

SILVA, Gisvaldo Oliveira da. **Um levante no sertão do Piauí**: a trajetória camponesa na formação do assentamento Marrecas (1985-1995). 2012. 162 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

SILVA, José Graziano da. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 163-170.

SOUSA, Mário Ângelo M.; MUNIZ, Ana Cristina F.; FARIAS, Antonio Soares. Ligas camponesas no Piauí. In: FAÇANHA, Antonio Cardoso; SOUSA, Mário Ângelo de Menezes (Org.). **Indicações geográficas e temas em foco**. Teresina: EDUFPI, 2011. p. 117-134.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

STEDILE, João Pedro. Tendências do capital na agricultura. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VEIGA, José Eli da. Reforma agrária hoje. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 355-364.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS – ASSENTADOS

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO - CPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E DINÂMICA
DO ESPAÇO – PPGeo**

Roteiro de Entrevistas – Famílias Assentadas

Data: ____/____/____

Principais questões abordadas:

- 1- História das famílias na terra.
- 2- Processo de consolidação do assentamento.
- 3- Políticas públicas.
- 4- Moradia, produção, educação, saúde, associação.
- 5- Transformações com o avanço do MATOPIBA.
- 6- Desafios para conquistar a terra.
- 7- Desafios para permanecer na terra.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA – REPRESENTANTE DO INCRA-PI

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO - CPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E DINÂMICA
DO ESPAÇO – PPGeo**

Roteiro de Entrevista – Representante do Incra**Data:** ____/____/____**Principais questões abordadas:**

- 1- Panorama geral sobre os assentamentos de reforma agrária no Piauí.
- 2- Assentamentos no sudoeste piauiense
- 3- Situação do PA Fazenda Flores
- 4- Políticas Públicas no Fazenda Flores
- 5- Atuação do Incra com relação a grilagem de terras na área do Fazenda Flores
- 6- Permanência dos assentados na terra.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA – REPRESENTANTE DA CPT-PI

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO - CPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E DINÂMICA
DO ESPAÇO – PPGeo**

Roteiro de Entrevista – Representante da Comissão Pastoral da Terra-PI**Data:** ____/____/____**Principais questões abordadas:**

- 1- Panorama da luta pela terra e pela reforma agrária no sudoeste piauiense.
- 2- Conflitos no cerrado piauiense.
- 3- Atuação da CPT.
- 4- Articulação da CPT para a consolidação do PA Fazenda Flores.